

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

MARIANA FREITAS DE ABREU

**O TURISMO CULTURAL COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2022

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

MARIANA FREITAS DE ABREU

**O Turismo Cultural como alternativa de desenvolvimento local da cidade de
Campos dos Goytacazes/ RJ**

Trabalho de Conclusão de Mestrado
apresentado à Universidade Candido
Mendes, como parte das exigências para
obtenção do título de mestre em
Planejamento Regional e Gestão de
Cidades.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Anido Lira

Campos dos Goytacazes
2022

Catálogo na fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 012/2023

Abreu, Mariana Freitas de.

O turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento local da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. – 2022.
126 f.

Orientador(a): Rodrigo Anido Lira.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.
Referências: f. 84-94.

1. Desenvolvimento local. 2. Turismo. 3. Campos dos Goytacazes. I. Lira, Rodrigo Anido, orient. II. Universidade Candido Mendes – Campos. III. Título.

CDU – 338.48(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirolamo CRB 7ª-6723

MARIANA FREITAS DE ABREU

**O Turismo Cultural como alternativa de desenvolvimento local da cidade de
Campos dos Goytacazes/ RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Anido Lira

Aprovado em 03 de agosto de 2022

Banca Examinadora

Prof.^a Rodrigo Anido Lira D.Sc.
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - CAMPOS

Prof. Romeu e Silva Neto, D.Sc.
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - CAMPOS

Prof. Elis de Araújo Miranda, D.Sc.
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2022

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre foi minha fortaleza e porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Todo o curso de pós-graduação foi atravessado por momentos difíceis. Agradeço primeiramente a Deus por ter conseguido chegar até aqui.

Agradeço à minha mãe, Vanilce, que me deu forças e encheu o meu espírito de palavras de coragem, me acolheu e sempre ouviu minhas ideias, mesmo quando passava por um complicado tratamento de câncer de mama durante o curso. Ela sempre foi a minha maior incentivadora.

Agradeço ao meu pai, Ailton, por ter financiado e apoiado mais esta etapa de minha trajetória acadêmica. Sem seu incentivo financeiro, nada disso seria possível.

Agradeço ao meu noivo, Wilson, que abriu mão de diversos momentos junto de mim para que fosse possível meu estudo, além das incontáveis colaborações nas idas ao sítio histórico municipal para a composição do inventário.

Agradeço ao meu avô, Vital, por todas as conversas gostosas que tivemos durante o café, que me fizeram ter certeza da importância da minha pesquisa.

Agradeço ao meu tio-avô, Evaldo, que desde criança aguçou minha curiosidade perante a história e ao nosso passado.

Agradeço ao meu orientador, Rodrigo, por ter clareado minha mente para que pudesse encontrar o caminho por todas as vezes que estive perdida.

Por fim, agradeço à minha avó, Nilta, que não verá fisicamente a conclusão de minha formação, mas que sempre acreditou fielmente em meu potencial, e rezava incansavelmente por mim. Sem todos estes, eu nada seria.

RESUMO

Com a atenuação do segmento turístico de Sol e Praia e com a expansão do turismo de experiências, Campos dos Goytacazes, o maior município do interior do estado do Rio de Janeiro, traz como vocação a potencialidade da exploração do turismo cultural na área urbana como alternativa para o desenvolvimento local. Dona de um passado glorioso por sua importância cultural, econômica e política, Campos aspira por dias melhores. Embora tenha tido o ápice da produção sucroalcooleira no século XIX, em 1930 nem mesmo o Programa Nacional do Álcool foi capaz de reerguer a economia. Posteriormente, no século XXI, entre 1999 e 2014, a cidade recebeu mais de 14 bilhões de reais entre royalties do petróleo e participações especiais, e, mesmo que tenha havido mais uma oportunidade de desenvolvimento no período, em 2022 a cidade enfrenta mais uma crise econômica, que foi iniciada a partir da queda das arrecadações entre os anos de 2014 e 2015. A alarmante situação econômico-social do município é representada por mais de 130 de seus 500 mil habitantes vivendo na extrema pobreza, fazendo com que sejam necessárias as pesquisas que desbravem novas alternativas e novos olhares. Com objetivo de averiguar as possibilidades e os limites da exploração do turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento econômico local, foram realizadas revisões bibliográficas, pesquisas documentais e entrevistas através de questionário semi-estruturado. A partir das pesquisas, chegou-se a um número de 107 bens inventariados e 7 entrevistados, cujas análises à luz do Plano Diretor Municipal, mostram a potencialidade turística da municipalidade, com destaque para o georreferenciamento dos bens inventariados, que mostra que, com o fomento ao segmento do turismo cultural, seria possível resolver antigos problemas da malha urbana central da cidade, como o esvaziamento, a geração de emprego e renda e o aumento das áreas de lazer e construção de memórias afetivas coletivas.

Palavras-chave: desenvolvimento local; turismo cultural; trabalho e renda; turismo de experiência; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

With the attenuation of the tourist segment of Sol and Praia and with the expansion of experience tourism, Campos dos Goytacazes, the largest municipality in the interior of the state of Rio de Janeiro, brings as a vocation the potential of exploring cultural tourism as an alternative for the development place. Owner of a glorious past for its cultural, economic and political importance, Campos aspires for better days. Although it had the peak of sugar and alcohol production in the 19th century, in 1930 not even the National Alcohol Program was able to rebuild the economy. Later, in the 21st century, between 1999 and 2014, the city received more than 14 billion reais between oil royalties and special participations. Even though there was one more opportunity for development in the period, in 2022 the city faces another economic crisis, which started with the drop in collections between 2014 and 2015. The alarming economic and social situation of the municipality is represented by more of 130 of its 500,000 inhabitants living in extreme poverty, making research necessary to discover new alternatives and new perspectives. In order to investigate the possibilities and limits of exploring cultural tourism as an alternative for local economic development, bibliographic reviews, documentary research and interviews were carried out through a semi-structured questionnaire. From the research, a number of 107 inventoried goods and 7 interviewees were reached, whose analyzes in the light of the Municipal Master Plan, show the municipality's tourist potential, with emphasis on the georeferencing of inventoried goods, which shows that, with the promotion of the cultural tourism segment, it would be possible to solve old problems of the central urban fabric of the city, such as emptying, the generation of employment and income and the increase of leisure areas and the construction of collective affective memories.

Key-words: local development; cultural tourism; work and income; experience tourism; Campos dos Goytacazes.

“Parei de desejar que a minha vida fosse diferente e comecei a ver que tudo o que acontece contribui para o meu crescimento. Desisti de querer ter sempre razão e com isso errei muito menos vezes (...) (MÁRIO QUINTANA).

LISTA DE SIGLAS

OMT	Organização Mundial do Turismo
FCJOL	Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima
Coppam	Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Proálcool	Programa Nacional do Álcool
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano para Municípios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNB	Produto Nacional Bruto
OMT	Organização Mundial do Turismo
ETC	Comissão Europeia de Turismo
Unesco	União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Inepac	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
DPHA	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
Cidennf Fluminense	Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos empregos formais, segundo os setores da economia no município de Campos dos Goytacazes – Dezembro/ 2016	28
Tabela 2: Os tipos de atrações para o turismo cultural e seus exemplos	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O progresso do valor da oferta econômica	36
Figura 2: Torre do Mercado Municipal em 2022	71
Figura 3: Georreferenciamento dos imóveis no Centro Histórico de Campos	73
Figura 4: Fachadas no Centro Histórico	74
Figura 5: Arredores da Lira de Apólo	74
Figura 6: Cabeamento Aéreo no Boulevard Francisco de Paula Carneiro	76
Figura 7: Cabeamento Aéreo da Lira de Apólo	77
Figura 8: Restauro da Lira de Apólo	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2. PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	16
2.2 O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	20
2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	20
2.3 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E EMPREGATÍCIA DE CAMPOS.....	27
2.3.1 O SETOR PRIMÁRIO.....	28
2.3.2. O SETOR SECUNDÁRIO.....	29
2.3.3 O SETOR TERCIÁRIO.....	29
2.4 IMPLICAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DE SERVIÇOS.....	30
2.4.1 A ECONOMIA DE SERVIÇOS E O BRASIL.....	31
2.4.2 O TURISMO ENQUANTO SERVIÇO: ECONOMIA DE EXPERIÊNCIAS.....	34
3. O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	38
3.1 TURISMO: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO.....	38
3.2 NOVAS DEMANDAS NO MERCADO TURÍSTICO?.....	40
3.3 PERFIL DA PROCURA DO TURISMO CULTURAL.....	41
3.4 TURISMO CULTURAL: A RELAÇÃO DO TURISMO COM A CULTURA.....	43
3.4.1 O QUE É CULTURA?.....	43
3.4.2 O CONCEITO DE TURISMO CULTURAL.....	45
3.4.3 OS FATORES DA OFERTA DO TURISMO CULTURAL.....	52
3.5 NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	54
3.5.1 PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL.....	58
3.5.2 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL.....	58
3.5.3 ÓRGÃOS DE CONSERVAÇÃO.....	59
3.6 CULTURA E MEMÓRIA DO POVO.....	60
4. O POTENCIAL DO TURISMO CULTURAL EM CAMPOS.....	63
4.1 METODOLOGIA.....	63
4.2 RESULTADOS.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	95

1 INTRODUÇÃO

Elevada à categoria de cidade em março de 1835, a história de Campos dos Goytacazes começou a ser escrita bem antes disto. Desde o dia que os portugueses pisaram nesta terra pela primeira vez, já se passaram mais de 400 anos. A terra dos índios Goitacás, anda à passos lentos rumo ao desenvolvimento. Campos passou por 'continua algemada a seu passado de pouca diversificação econômica.

Mesmo que tenha passado pelos períodos econômicos supracitados, a cidade de Campos tem o setor terciário como sustentáculo econômico. Mais de 82% dos trabalhadores estão divididos entre comércio e serviços. Ainda que 55% deste total de empregados atue especificamente no segundo eixo, na economia de serviços, no Perfil de Campos dos Goytacazes (2018), mesmo com o gasto de mais de R\$ 300.000,00 no segmento turístico, que está alocado na rubrica de Educação e Cultura, o turismo, seja ele cultural ou ecológico, sequer é mencionado como uma das fontes de geração de renda do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Desta forma, considerando que Campos dos Goytacazes, berço de um ex-presidente da República, possui fama de museu a céu aberto, e conta com diversos monumentos ou praças centenários, casarões, igrejas e solares catalogados, além da riquíssima história de seu povo, seu vasto folclore e artefato gastronômico tombado como Patrimônio Cultural Imaterial; com 55% de seus trabalhadores já atuando no setor de serviços, há de se perguntar: por que Campos dos Goytacazes não consegue explorar economicamente o turismo cultural?

O objetivo geral é investigar as possibilidades e os limites da exploração do turismo cultural em Campos dos Goytacazes como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico local. Já os objetivos específicos são realizar inventário sobre o Patrimônio Cultural de Campos; analisar a situação da preservação do patrimônio, analisar de que forma a gestão pública local enxerga o turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento local e verificar se o plano diretor urbano está sendo seguido no setor.

Ainda que alguns munícipes percebam beleza e exuberância no cotidiano citadino e em paisagens naturais, a maior parte dos moradores costuma dizer que em

Campos não há opções de turismo e lazer. Provando que a afirmativa não é verdadeira, foi feito um levantamento pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes hospedado no *site* Revele Campos, existem mais de 60 pontos de relevância do patrimônio cultural da cidade, embora o Perfil de Campos dos Goytacazes, 2018, não apontasse a exploração do turismo cultural como uma das fontes de renda do município, em 2019 setor do turismo representou 10,3 % do PIB mundial e 8% do PIB nacional, sendo a cidade do Rio de Janeiro, que fica a menos de 280 km de Campos, a maior receptora de turistas do Brasil (CUNHA, 2008).

Experienciando de forma conjunta a queda histórica de mais de 85% das receitas provenientes dos royalties do petróleo e das participações especiais, em 2014 e a crise econômico-sanitária da Covid-19 em 2020, que aumentou o índice de desemprego no país para mais de 14,4 % em 2021, Campos que já em 2018 tinha mais de 34% de suas famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, urge pelo fomento ao desenvolvimento endógeno para o restabelecimento de sua economia, sendo o turismo cultural uma das mais sustentáveis alternativas, uma vez que seus benefícios são muito maiores que apenas a geração de renda, mas perpassam por um ciclo virtuoso de reforço da identidade regional, preservação do patrimônio cultural material e imaterial, e o aumento da percepção da qualidade de vida, puxada principalmente pelo aumento das opções de lazer.

Sendo assim, analisar as dificuldades encontradas pela cidade para explorar economicamente seu rico patrimônio cultural, de histórias, igrejas e casarões centenários através do turismo na área urbana será benéfico para embasar futuros investimentos públicos e privados neste setor, colaborando com a geração de empregos e a diversificação econômica local. Para além da relevância prática desta pesquisa, deve-se considerar a relevância acadêmica do projeto.

Para que fosse possível a obtenção das informações da pesquisa, a metodologia utilizada foi a descritiva, que pode ser classificada como aquela cujas técnicas de pesquisa são estruturadas e padronizadas na coleta de dados, expondo os fenômenos de forma clara e bem delineada. A exploratória por sua vez vale-se do conhecimento restrito dos pesquisadores acerca do tema, buscando levantar hipóteses e descobrir características não explicitadas (GIL, 1994). Quanto aos meios, foram utilizadas pesquisas bibliográficas com base em materiais publicados em livros, jornais, revistas, artigos e o Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes,

com informações disponibilizadas para o público em geral. As pesquisas documentais corroboraram para a composição do inventário, já que sua cobertura é maior que a bibliografia, e traz observações e fotografias. No âmbito das entrevistas foi viabilizado um questionário semi-estruturado para questionar a visão e as compreensões da gestão pública local.

O primeiro capítulo desta dissertação trata da introdução, onde foram apontadas as justificativas e os objetivos de pesquisa, além da síntese dos principais pontos em questão.

O segundo capítulo aborda as perspectivas do desenvolvimento, explicitando os conceitos do desenvolvimento com ênfase no desenvolvimento endógeno, trazendo especificidades sobre o processo de Campos dos Goytacazes, a caracterização geográfica e histórica do município, além de suas etapas de desenvolvimento desde o início dos engenhos de cana-de-açúcar até os dias atuais. Para além disto, o segundo capítulo traz a estrutura de empregos da cidade e as implicações sobre a economia de serviços, apontando o turismo cultural enquanto um serviço de experiências.

O terceiro capítulo traz os apontamentos conceituais sobre o turismo enquanto alternativa de desenvolvimento local, no qual sua revisão bibliográfica busca compreender a história do turismo, e as novas demandas do mercado turístico, trazendo o perfil do consumidor deste nicho turístico. Esta etapa também traça o paralelo entre o turismo e a cultura, tratando de definir o conceito de cultura e patrimônio, analisando a importância da cultura para memória do povo e quais são os órgãos de preservação que atuam na cidade de Campos.

O quarto capítulo, de resultados, tratará de avaliar o potencial do turismo cultural em Campos dos Goytacazes, apresentando também a metodologia de pesquisa. Por fim, o quinto e o sexto capítulo trarão, respectivamente, as considerações finais e as referências que basearam esta dissertação.

2 PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. (BUARQUE, 2002).

De semântica ampla, enquanto conceito, o desenvolvimento pode representar uma ideia, um paradigma, uma visão, uma ilusão, ou até mesmo uma utopia. Já quando se fala sobre seus sinônimos, usualmente vê-se como par de progresso, prosperidade, crescimento, modernização, industrialização e avanço tecnológico. Suas várias dimensões e grande complexidade explicam sua fugidez, cuja definição tem evoluído com o passar dos anos e agregando experiências negativas e positivas, ecoando os avanços nas configurações políticas e intelectuais (SACHS, 2008).

A partir do discurso do presidente dos EUA, Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, inaugurou-se o conceito ideológico de desenvolvimento, quando o estadista mencionou o termo *áreas subdesenvolvidas*. Devido a antítese criada, emergiu a necessidade de países subdesenvolvidos adotarem políticas cujo eixo central era o crescimento econômico e a industrialização com a finalidade de se tornarem países desenvolvidos. Sendo assim, o desenvolvimento começou a ter o sentido de industrialização e crescimento econômico, podendo ser medido por um indicador de atividade econômica como o PIB per capita (LATOUCHE, 2000).

Depois do grande desenvolvimentismo das décadas de 1940 e 1950 e do descobrimento das necessidades básicas em 1960, só depois dos anos de 1970 que a evolução do conceito foi marcada pela problemática ambiental, que representou a primeira grande mudança em seu significado (SACHS, 2000).

Com base nos estudos que expuseram as discrepâncias entre o bem-estar da população e a riqueza, nos anos 2000 passou a se aderir à ideia de que indicadores e objetivos não seriam o suficiente para traduzir algumas questões como a qualidade de vida e a satisfação da população, adotando, desta forma, indicadores subjetivos para se medir o bem-estar e o desenvolvimento, trazendo o paradigma de desenvolvimento subjetivo (BELLINGIERI, 2017).

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Apesar do desenvolvimento ser visto comumente como um processo ocorrido em uma localidade em decorrência de movimentações externas, como investimentos públicos ou a instalação de indústrias e empresas privadas, diversas experiências com projetos desenvolvimentistas mostraram que a capacidade do ente local se organizar e sua utilização de seu estoque de capital social são essenciais em sua consolidação.

De acordo com Bellingieri (2017), o desenvolvimento não pode estar relacionado apenas ao crescimento econômico, mas deve ser encarado, principalmente, como um processo transformador da vida social. Pode-se dizer ainda que a sociedade civil, incluindo as redes locais de solidariedade, cooperação e integração social podem ser consideradas os principais atores da transformação social e econômica de uma região (SCHMITT, 2010).

Por mais que decisões externas desempenhem papéis relevantes na estruturação ou reestruturação social e econômica de uma certa localidade, o desenvolvimento regional anseia por formas de mobilização e ações dos atores locais em prol de um objetivo coletivo, pois, caso contrário, têm-se a tendência de que as mudanças almejadas pelos agentes exógenos não sejam internalizadas nas estruturas social, econômica e cultural de forma que seja sustentável. Este fato decorre de não estarem sendo sanadas demandas locais, mas expectativas externas e alheias àquela região e aos atores locais, principalmente no que tange a sociedade civil.

Desta forma, pode-se dizer que a política econômica local está interligada a uma abordagem *bottom-up* das políticas de desenvolvimento, cujos atores, que são as administrações públicas, as empresas e sindicatos, entre outras organizações da sociedade civil, que quando organizadas podem articular o potencial local, desempenhando papel central na definição, execução e no controle, que são características intrínsecas ao processo de desenvolvimento endógeno (SCHMITT, 2010).

O pesquisador endogenista Grootaert *et al.* dispôs que:

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre

eles contata que o objetivo seja o desenvolvimento local. (GROOTAERT *et al.*, 1987, p. 139).

O avanço da teoria endógena é enfatizado pela importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento. Sendo assim, deve ser destacada a existência de traços diferenciais na organização e administração da estratégia do desenvolvimento endógeno, uma vez que as políticas locais tradicionais estariam sob incumbência da administração estatal, disseminadas de forma centralizada, ao passo que a política de desenvolvimento exógeno possui a lógica oposta, prezando a administração descentralizada (SCHMITT, 2010).

Articulando tanto com a comunidade quanto com áreas municipais ou a região, o desenvolvimento local é dependente de uma demorada, contínua e complexa integração entre produtos econômicos, políticos, culturais e sociais para acontecer. Para Dowbor (1996), as manifestações locais de desenvolvimento não devem acontecer enquanto exclusivas do poder público, uma vez que este deve operar como um articulador e catalisador de ações que só serão efetivas quando representarem um projeto de desenvolvimento adequado para sociedade, onde o poder público é apenas um dos diversos agentes envolvidos.

Nota-se então que o desenvolvimento endógeno acontece em um cenário de organização social, no qual as maneiras de disposição e de cultura implicam no condicionamento de processos de mudança estrutural, equivalentes às condições dos processos de desenvolvimento. A cidadania, quando praticada, pressupõe um comprometimento para com os bens públicos, fazendo com que o cidadão seja caracterizado como aquele que apresenta a capacidade de compreender que o bem-estar de sua comunidade depende, principalmente, da responsabilidade coletiva (TENÓRIO, 2007).

Sachs (2004), postulou que a grande diversidade dos arranjos sociais, econômicos e culturais, bem como as dotações de recursos que dominam diferentes micro e mesorregiões, acabam por excluir a aplicação geral de estratégias uniformizadas de desenvolvimento, uma vez que para serem eficazes estas deveriam responder aos problemas mais atormentadores, e aos desejos específicos de cada comunidade, rompendo com os gargalos que obstruem o uso dos recursos, sejam eles potenciais ou ociosos, capazes de gerar sinergia com a participação de todos

atores envolvidos, sendo eles trabalhadores ou empregadores, estado ou sociedade civil.

Quando as comunidades locais têm êxito no fortalecimento de sua capacidade organizacional, elas articulam condições de evitar a limitação de suas potencialidades por organizações externas, alheias às suas questões particulares. É a capacidade de liderar os próprios processos, junto da mobilização de seu potencial, que torna possível o processo de desenvolvimento endógeno (SCHMITT, 2010).

Sendo assim, o desenvolvimento local, ou endógeno, procura sanar as necessidades e demandas da população local por meio da participação da comunidade envolvida, na qual os projetos, para além de influenciar os aspectos produtivos, levam em consideração fatores específicos de cada população, como as dimensões sociais e culturais (SCHMITT, 2010). O conceito de “endógeno” está então fixado na lógica de que as localidades são detentoras de recursos econômicos, institucionais, econômicos e culturais que engendram seu potencial de desenvolvimento, incluindo a formação de um sistema que utilize os insumos disponíveis, introduzindo inovações e fomentando a criação de riquezas e o avanço do bem-estar local e regional.

É válido destacar que os países em desenvolvimento têm buscado estimular os moldes de desenvolvimento que se baseiam na regionalização de fatores competitivos, em contraste ao modelo de globalização do capital e das megacorporações, se caracterizando por redes de micro e pequenas empresas. Por não ser intensivo em capital e haver um pressuposto de enormes investimentos estatais em infraestrutura, o modelo tem se mostrado como mais adequado à realidade das localidades em desenvolvimento, apresentando-se de maneira socialmente mais justa, com maior distribuição de emprego e renda e, mais adequado sob a ótica da competitividade (BIANCHI, 1996).

Para que haja sucesso da teoria, é crucial validar a máxima de que aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social foram, de fato, extirpados das oportunidades que têm direito. Portanto, afirma Sachs:

É importante fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas,

mediante a criação de oportunidades de trabalho decente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. (SACHS, 2004, p. 83).

Para elucidar a teoria do desenvolvimento endógeno, não se deve isentar o Estado de suas responsabilidades, muito menos torná-las menores do que realmente são, mas deve ser promovida a capacitação das comunidades a fim de que elas possam se organizar com vias de buscar soluções para seus próprios problemas, cobrando de maneira correta seus direitos e as condições básicas na jornada em prol de uma sociedade justa, democrática e participativa (SCHMITT, 2010).

Dialogando com o desenvolvimento local e regional, existe uma tendência mundial de fomento ao desenvolvimento de organizações interempresariais existe com a finalidade, segundo Filho e Pires (1999), de reestruturar o aparato produtivo do território e modernizar as empresas, permitindo a melhoria de sua competitividade. Os consórcios, cooperativas, agências de desenvolvimento e os centros regionais de serviços acabam por viabilizar este objetivo. É cada vez mais clara a inadequação das propostas formuladas de cima para baixo, sem articulação com os atores locais e segmentos da sociedade civil (BANDEIRA, 1999).

O sistema regional e local está desempenhando um papel de contínuo crescimento para o fator de competitividade das empresas, fazendo emergir uma nova geografia econômica e política, que difere, em partes, da geopolítica tradicional adotada pelos países. Como disse Bandeira: "as divisões microrregionais adotadas pelos diferentes órgãos públicos estaduais e federais tendem a não ser mais compatíveis entre si" (BANDEIRA, 1999, p. 6).

Desta forma, abre-se um leque de possibilidades para o surgimento de novas instituições para aderir ao cunho econômico em que as instituições tradicionais possuem capacidade limitada pela geografia política e setorial, podendo ou não se interessar em executar os serviços em necessidade (PIRES, 2001). Este seria o caso, por exemplo, dos empregos gerados no município de Campos dos Goytacazes através do fomento ao turismo cultural, visto que sua oferta e demanda são específicas e dependem do engajamento da sociedade local.

Ao se falar em desenvolvimento endógeno não se pode esquecer de tangenciar a questão da sustentabilidade dos projetos. Para que a esta seja assegurada, é fundamental a consulta aos setores da comunidade impactados de

forma direta nos vieses de concepção, elaboração, implementação e avaliação dos programas relacionados ao desenvolvimento (PIRES, 2001).

Para além da sustentabilidade, ao se falar sobre desenvolvimento local e potencialidades turísticas, há de se abordar a identidade regional, uma vez que a participação dos membros dos diferentes setores da comunidade em todas as etapas da construção e implementação dos projetos podem contribuir com a percepção dos interesses da região, colaborando para que se possa consolidar esta dita identidade regional. Sem a identidade, uma região acaba por ser constituída somente da combinação arbitrária do território, invalidando-se enquanto verdadeiro ente social. A presença da identidade regional passa a ser peça chave no aumento da competitividade da região ao passo que amplia a formulação de consensos básicos entre vários atores sociais em torno de vantagens de comparação particular (PIRES, 2001). Cumpre destacar que principalmente quando se fala sobre a exploração do turismo cultural, uma forte identidade regional é um fator primário, pois aquele não existe sem este.

2.2 O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

2.2.1 Caracterização do município

Elevada à categoria de cidade em 1835, o município de maior extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, que assim foi nomeada em homenagem aos antigos campos dos índios Goytacazes, pertenciam à capitania de Pero de Góis Silveira, como aponta a Carta de Doação, a 28 de agosto de 1536. Dotada de uma população de 463.731 habitantes, a 42ª mais populosa cidade do país, 7ª do estado e 1ª em sua região geográfica imediata, Campos apresenta densidade demográfica de 115,16 habitantes por quilômetro quadrado, razão justificada por sua enorme extensão, de 4.032 km² (IBGE, 2010).

A extensão da cidade entretanto não é proporcional aos rendimentos de sua população, visto que seus 2,4 salários mínimos de salário médio mensal dos trabalhadores formais lhe conferem a 651ª posição no ranking nacional, com 19,1% da população ocupada (IBGE, 2019). Ainda mais preocupante é o percentual da

população com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo, totalizando 37,7% do total de municípios.

Pertencente à região turística da Costa Doce (PMCG, 2018), a cidade de Campos dos Goytacazes apresenta uma bela zona serrana nas partes noroeste e sudoeste de seu território. Pela cidade perpassam importantes rodovias federais, como a BR 101 e a BR 356, dentre outras estaduais, fazendo com que Campos seja um importante ponto entre o Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Maior município do interior do estado, Campos se localiza a 286 km da cidade do Rio de Janeiro, e faz limite com os municípios de São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira e Italva, que territórios foram pertencentes a Campos antes de suas emancipações. Além destes têm-se os municípios de São Fidélis, Quissamã, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, Bom Jesus do Itabapoana e Mimoso do Sul como vizinhos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Se enganam aqueles cujo pensamento é de que Campos começou a contar sua história apenas após sua elevação à categoria de cidade. Muito antes disto os habitantes nativos desta terra, falantes do idioma macro-jê, já haviam gravado seu nome na história na capitania de São Tomé com suas características memoráveis de força e valentia para proteção de seu território (PAES; LIMA, 2021). Não à toa foram três tentativas de ocupação de Campos dos Goytacazes, com sucesso apenas na terceira.

A ocupação, no entanto, não foi de grande facilidade. As terras da capitania cedida a Pero de Góis, que existiam desde o rio Macaé até o rio Itabapoana, da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas até o mar, teve as primeiras moradias e tentativas de atividades de exploração econômica na Vila da Rainha, onde hoje se encontra o município de São Francisco de Itabapoana. Todavia, os assentamentos sucumbiram aos sucessivos ataques indígenas. Na Vila da Rainha houveram pouquíssimos anos de bom convívio com os povos nativos, suficientes apenas para a construção de algumas casas, uma capela e um pequeníssimo engenho em 1530 (PAES; LIMA, 2021).

Segundo Alberto Lamego:

O fracasso da capitania de São Tomé mostra-nos mais uma vez o caráter do índio goitacá. Acessível e assimilável pelo colonizador, reage, entretanto, vivamente às primeiras provas de barbaridade. Fácil na amizade com o

branco, é, todavia, implacável contra o menor ataque a sua áspera sensibilidade. (LAMEGO, 1945, p. 79).

Com a expansão do plantio da cana-de-açúcar no século XIX, a elite local notou uma cada vez maior necessidade de transformar a cidade de Campos em um polo regional centrado ao norte da província, ocupando áreas que eram consideradas vazias, aumentando o tráfego nos rios e canais e fomentando a economia local.

A produção de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes, por sua vez, foi fundamental no processo de desenvolvimento regional na década de 1850. Para Sérgio Buarque de Holanda, os núcleos urbanos do Brasil Colônia não passavam de partes das unidades produtivas, cujo espaço era organizado mediante a demanda, fazendo surgir casas circundadas por plantações de cana, moendas e engenhos de açúcar (HOLANDA, 1993).

Assim também foi o início da estruturação da região Norte Fluminense. Apesar da produção sucroalcooleira não ter sido ímpar na atividade industrial, ela foi a que apresentou maior relevância, já que a relação da terra com o plantio iniciou-se em 1536, quando Pero de Góis implementou na Capitania de Paraíba do Sul a atividade canavieira seguindo os moldes do nordeste, com engenhos movidos à água e com a importação de escravos africanos para o trabalho nas lavouras (CARVALHO; SILVA, 2004).

A produção de açúcar em Campos teve seu ápice no século XIX a partir da imersão de novas técnicas de fabricação do açúcar e aumento do volume de recursos para aprimoramento dos engenhos, chegando a produzir a partir de 1828 mais de 600.000 arrobas de açúcar, utilizando ainda a mão de obra escrava no serviço (PARANHOS, 2002). Na década de 1870 iniciou-se a formação dos primeiros engenhos centrais à exemplo dos de Quissamã, Poço Gordo Barcelos e Bom Jardim, com a junção de capital público e privado, empregando a tecnologia disponível e efetivando a divisão do trabalho na economia da cana-de-açúcar (PANG, 1979). Este investimento de capital nos engenhos contou ainda com o Decreto Legislativo nº 2687, de 6 de novembro de 1875 para garantia de subsídios financeiros na produção. Todavia, aumentou-se o volume de investimento estrangeiro frente à escassez de recursos estatais que geraram dependência do capital inglês para funcionamento dos engenhos centrais (PARANHOS, 2002).

Mais tarde, com a definição da cláusula da dissociação da utilização da mão de obra escrava nos engenhos por parte do Banco de Crédito Real, a intenção de se formar uma nova organização do escopo de trabalho com a participação de imigrantes no norte fluminense fez com que a população local perdesse sua caracterização e fosse empregada em atividades pouco ou zero produtivas, submetendo a região a questões de cunho social que se arrastam até hoje, tais quais a falta de oportunidade de emprego e habitações decentes (OSCAR, 1985).

Os anos de ouro da economia açucareira na região de Campos dos Goytacazes começaram a enfrentar sua derrocada em consonância com o final da Segunda Guerra Mundial, quando a produção capitalista se adaptou a um molde que encarava com urgência a revolução técnico-científico-informacional, unindo cada vez mais a ciência e a técnica (SANTOS; SILVEIRA, 2001), e transpondo a regulação do uso da terra para o interesse das empresas em detrimento do Estado (SANTOS, 2007). No momento de adaptação da indústria da cana-de-açúcar para o modelo supracitado, a região Norte-Fluminense não logrou êxito, uma vez que os fatores técnicos estavam desalinhados, com usinas operando de maneira independente e, por consequência, em baixo dinamismo e rendimento, ao oposto de regiões como São Paulo (MESQUITA; TEIXEIRA, 2010).

Muito embora houvessem 31 usinas na década de 1930, a modernização permitiu que restassem apenas 17 em meados dos anos de 1970 (PÓVOA, 2002). Nem mesmo a criação do Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL, criado com a finalidade de fomentar o aumento das safras de cana-de-açúcar e propiciar tecnologia para que o álcool fosse produzido, foi capaz de reverter a situação de crise (MESQUITA; TEIXEIRA, 2010).

Para Cruz:

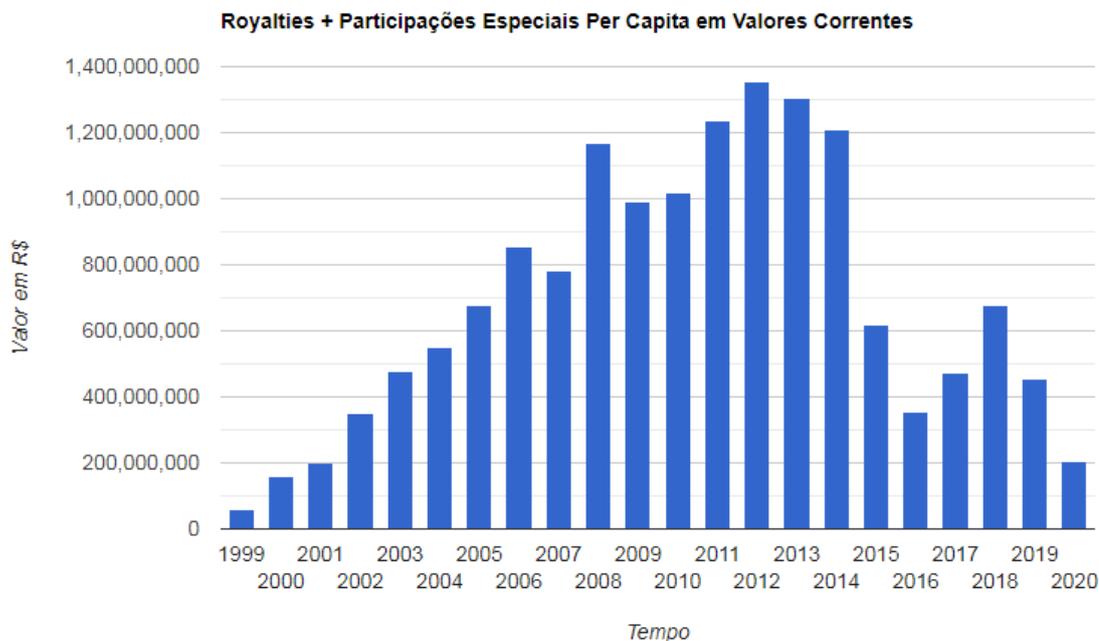
As elites locais de fazendeiros e usineiros, para se apropriar dos fartos e baratos recursos disponibilizados, aceitaram o padrão periférico de integração no setor, que custou o seu isolamento territorial e social, excluindo os demais municípios, pelo corporativismo, e as demais camadas sociais, pelo fechamento de ramos e segmentos de atividades produtivas tradicionais, preço esse exigido pelo padrão do desenvolvimento do período, que transferia para as indústrias de máquinas e equipamentos de São Paulo o controle do pacote tecnológico. Outro preço pago foi o da não-ampliação da cadeia, via incorporação pela agroindústria regional do processo de refino do açúcar. (CRUZ, 2003, p. 325).

Apesar da capacidade total de moagem ter sido de 16 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o potencial não foi utilizado. O final da história da cana era óbvio: sem matéria-prima, diversas usinas declararam falência (NEVES, 1997).

Sobrepondo-se à crise sucroalcooleira, Campos dos Goytacazes recebeu um novo cheque em branco, que poderia ter sido utilizado para o fomento do desenvolvimento do município, a Bacia de Campos. No entanto, apesar de a bacia de Campos ter iniciado sua produção comercial em 1977, foi em 1993, com a edição da Emenda Constitucional nº 9, que alterava o 1º parágrafo do Artigo 177 da Constituição que impedia a União de ceder ou conceder qualquer tipo de participação na atividade exploratória de jazidas de petróleo ou de gás natural, que iniciou-se a flexibilização do monopólio das atividades petrolíferas no país (NAVARRO, 2003). De acordo com o autor, a segunda alteração mudou o cálculo dos *royalties* do petróleo e do gás natural, além de ter criado o Bônus de Assinatura, as Participações Especiais e o pagamento pela ocupação ou pela retenção da área. Sendo assim, após a Lei do Petróleo, de 1998, quando a metodologia do cálculo recebeu mudanças e as Participações Especiais foram introduzidas, os valores arrecadados por *royalties* passaram de menos de R\$ 200 milhões para R\$ 4 bilhões em 2001.

Ainda sobre o montante recebido em Campos dos Goytacazes, nota-se que as receitas somadas entre participações especiais de *royalties* do petróleo saíram do valor máximo histórico de R\$ 1.354.233.313,47 em 2012 para R\$ 202.595.420,98 em 2020, totalizando uma queda de 85% na arrecadação.

Gráfico 1: Royalties e Participações Especiais Per Capta em Valores Correntes



Fonte: InfoRoyalties, UCAM.

Como pode ser observado no gráfico 2, nos últimos anos, a produção petróleo e gás da Bacia de Campos dos Goytacazes vêm sofrendo decréscimo, que podem ser justificados pela maturação natural de seus campos, muitos deles em operação por mais de 20 anos, entre outros fatores. Os royalties e as participações especiais, que depois de décadas de arrecadação farta, vêm com isso, sofrendo quedas devido à redução na produção nos poços maduros, além da desaceleração na economia mundial e cotação baixa no barril do petróleo, impactando na receita e nas finanças municipais. A cidade vem acumulando sucessivas e vertiginosas quedas nas receitas vindas do petróleo, chegando a receber em 2020 os menores repasses de royalties dos últimos 18 anos, como também, vem registrando os menores repasses de Participação Especial de sua história, e pela primeira vez, o município não recebeu nenhum valor de Participação Especial relativa ao segundo trimestre de 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2020).

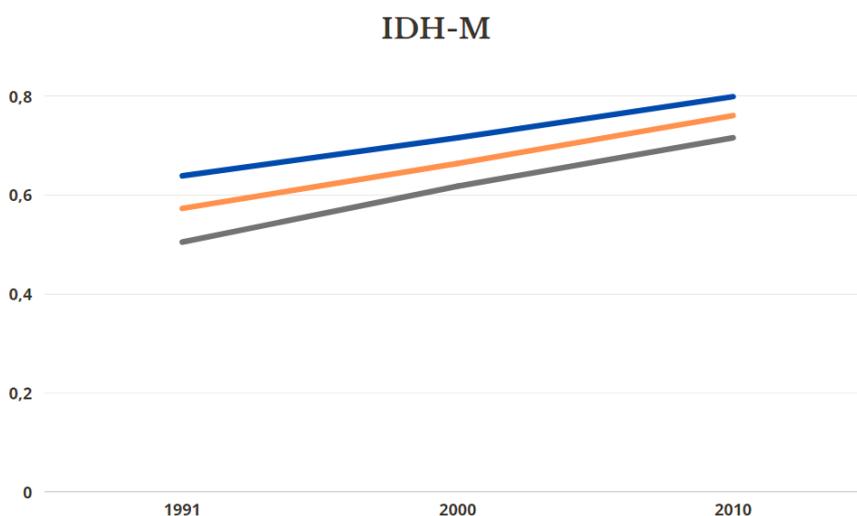
Apesar de erroneamente se acreditar que os *royalties* seriam capazes de gerar riqueza e melhorar a qualidade de vida da população, percebe-se que os indicadores do PIB e o PIB *per capita* não são as melhores ferramentas para realização de tal análise, salientando inclusive uma desconformidade entre o

crescimento econômico e a riqueza distribuída entre a população, principalmente no caso dos países que se encontram em desenvolvimento, como o Brasil (BARROS; MENDONÇA, 1997). Isto se dá porque pode ocorrer que parte da renda gerada não se destine aos residentes da municipalidade.

Em contrapartida, de acordo com Navarro (2003), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, realizou a adaptação de um indicador social desagregado para que fosse possível mensurar o grau de desenvolvimento sócio-econômico em escala municipal. A este indicador dá-se o nome de Índice de Desenvolvimento humano para Municípios, IDH-M, que toma como base os dados censitários para averiguar as condições de educação, saúde e renda familiar dos municípios, servindo de maneira efetiva para avaliar o caso do desenvolvimento da cidade de Campos dos Goytacazes.

Tomando então o IDH-M como principal indicador para análise do desenvolvimento sócio-econômico, segue gráfico com o comparativo entre a cidade de Campos dos Goytacazes, a cidade do Rio de Janeiro e todo o estado do Rio de Janeiro:

Gráfico 2: Comparativo de IDH-M



Fonte: IBGE, Ipea.

Durante o período de 2010 a 2020, o município de Campos dos Goytacazes apresentou o aumento percentual de 15,85%, enquanto a média do Estado do Rio de Janeiro foi de 14,60%, ou seja, diferença de 1,25% mesmo com o exorbitante volume de recursos arrecadado.

Neste sentido, Silva (2006), destaca que mesmo após a significativa geração de riqueza advinda da exploração de petróleo e gás a cidade não foi capaz de gerar um ambiente econômico sustentável na região. Para além deste problema considera-se a negligência como algo endêmico entre os governantes, ao se referir a arrecadação própria dos municípios, cujo volume de recursos recebidos por compensação de extração de minério é extremamente alto (SACHS; WARNER, 1995).

2.3 SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E EMPREGATÍCIA DE CAMPOS

Para compreender a necessidade do turismo cultural enquanto alternativa para o desenvolvimento endógeno da cidade de Campos dos Goytacazes, precisa-se analisar sua atual estrutura econômica e de geração de empregos. Conforme fora explicitado no capítulo anterior, a crise no setor sucroalcooleiro acarretou a queda do setor primário de produção na cidade. Além disto, a cidade não conta com uma boa base industrial, fazendo com que o setor de comércio e serviços seja responsável por absorver a maior parte da mão-de-obra da região.

Apesar de ser de porte comparável à cidades desenvolvidas como Niterói, as disparidades são imensas quando a pauta em questão é o desenvolvimento socioeconômico da cidade. Com seu indicador de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,716, na cidade de Campos 34% das famílias possuem sua renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, com 59,30% das famílias dependentes do benefício do Programa Bolsa Família no ano de 2017, e 21% da população total do município vivendo em condição de extrema pobreza. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Mesmo ocupando local de destaque no cenário nacional ao longo do século XIX e parte do século XX por seus ciclos de produção sucroalcooleira, destacando-se como um dos maiores *players* do segmento no Brasil, a cidade de Campos dos Goytacazes pouco dividiu as riquezas geradas no período, e perdurou-se como uma cidade nos moldes do subdesenvolvimento.

Contando com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 58.011.293.000,00 e PIB *per capita* de R\$ 120.693,82 no ano de 2014, principalmente por conta da Bacia de Campos, em Campos dos Goytacazes, o maior gerador de empregos formais ainda

é o setor terciário da economia, representando 82,8% do total no município. São cerca de 50 mil empregos apenas no setor de serviços, como mostra a tabela abaixo. Também merecem destaque os números que se referem à agropecuária, uma vez que ocupam 57,13% da área total da municipalidade e empregam apenas 1,86% dos empregados formais da região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Tabela 1: Distribuição dos empregos formais, segundo os setores da economia no município de Campos dos Goytacazes – Dezembro/2016

Distribuição dos empregos formais, segundo os setores da economia no município de Campos dos Goytacazes - Dezembro/2016		
Setores	Empregos Formais	Participação
Total	90.282	100%
Setor Primário	1675	1,86%
Agropecuária	1675	1,86%
Setor Secundário	13850	15,34%
Indústria	8154	9,03%
Construção Civil	5696	6,31%
Setor Terciário	74757	82,80%
Comércio	25081	27,78%
Serviços	49676	55,02%

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018.

2.3.1 O setor primário

O setor primário da economia campista opera, sobretudo, na atividade agrícola e na pecuária extensiva de corte e de leite, além de possuir grande potencial para o desenvolvimento da pesca de água salgada no Farol de São Tomé.

Na atividade agrícola, os principais cultivos temporários são de abacaxi, batata doce, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, melão, melancia, milho e tomate. Já as culturas permanentes contam com as lavouras de abacate, banana, café, coco-da-baía, laranja, limão, manga, maracujá e tangerina. Apesar desta variedade de plantações, e ainda considerando a crise do setor sucroalcooleiro no

município de Campos, 98,35% da produção é ocupada com a cana-de-açúcar (RIBEIRO, 2014).

Segundo Ribeiro (2014), a concentração da atividade agrícola no cultivo da cana-de-açúcar acarreta a dependência dos alimentos necessários para suprir as demandas da cidade no que tange os consumos familiares e de organizações públicas, como escolas e hospitais.

Na atividade pesqueira a maior parte do pescado é enviado para o sul do país para seu beneficiamento e depois retorna para o mercado já processado, indo inclusive para os supermercados de Campos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018). A prefeitura deposita grandes esperanças em uma possível implantação do terminal pesqueiro de Barra do Furado, mas até a data desta presente pesquisa não há maiores informações a respeito do projeto.

2.3.2 O setor secundário

O setor secundário da economia da cidade de Campos dos Goytacazes conta com abatedouros considerados modernos e com indústrias de processamento de carne, e com forte indústria de cerâmica vermelha, com mais de 100 fábricas em operação. Este setor conta também com a fabricação de utensílios de ferro, aço, entre outros não ferrosos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

2.3.3 O setor terciário

A prefeitura aponta os pontos turísticos naturais da cidade como possível potencial de desenvolvimento turístico, mas nada menciona a respeito do sítio arquitetônico e histórico para o desenvolvimento do turismo cultural da cidade, embora o Plano Diretor Urbano tenha grande enfoque nas questões culturais de Campos dos Goytacazes.

Em referência às atividades desenvolvidas pelo setor terciário, e contabilizando mais de 82% dos empregos formais no setor, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2018) informa que Campos se destaca por seus serviços educacionais, com a atuação de diversas universidades públicas e privadas. Além

destes serviços, também existe uma sorte de hospitais, clínicas, serviços médicos e odontológicos. Porém, o comércio é apontado como eixo central da economia campista, atuando tanto na geração de renda quanto na manutenção dos postos de trabalho.

2.4 IMPLICAÇÕES SOBRE A ECONOMIA DE SERVIÇOS

Para dissertar sobre a economia de serviços, deve-se antes compreender como o serviço pode ser definido. Estes podem ser segmentados em quatro principais linhas: a da indústria de serviços, que produz serviços ao invés de bens, ao exemplo dos transportes, seguros e comércios; os serviços que são bens de consumo ou intermediários intangíveis, cuja produção e consumo acabam sendo concomitantes; os serviços que são componentes do Produto Nacional Bruto (PNB), que aferem os produtos dos itens intangíveis, e; os serviços que fazem referência aos bens intangíveis, que a principal característica é o consumo no momento da produção (KON, 2004).

O IBGE, em sua Pesquisa Anual de Serviços, faz a análise das empresas com fins lucrativos e classifica a prestação de serviços entre aqueles que são prestados para a família, os serviços de prestação para as empresas, os de informação, os de transportes, os serviços auxiliares e correios, as atividades imobiliárias e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e também outros tipos de serviços (SILVA, 2006).

Ainda de acordo com Silva (2006), a baixa intensidade de capital é considerada uma característica vinculada ao setor de serviços desde cedo, fazendo com que o setor seja menos propenso aos crescimentos de produtividade, já que seu capital incorporado é menor que o da indústria. Para além disto, segundo o autor, mesmo que o segmento seja intensivo em trabalho, as atividades dos trabalhadores seriam pouco produtivas ou com poucas margens de incremento de produtividade, à exemplo do trabalho do garçom, que apresenta limitações para atender um determinado número de mesas, sem possibilidades de haver um aumento exponencial de seu serviço.

Na teoria da “doença de custos”, trazida por Baumol, na qual a divisão da economia era em basicamente dois setores, um era dotado de atividades de tecnologia e mais dinâmicas, e o outro com atividades intensivas em trabalho, o

primeiro setor teria amplas oportunidades para o crescimento da produtividade a partir das inovações tecnológicas; em contrapartida, o segundo setor apresentaria uma natureza que não permite os contínuos ganhos de produtividade (BAUMOL, 1967). A questão da superestimação da produtividade das indústrias é vista como a dificuldade em mensurar o produto do setor de serviços, fazendo com que o crescimento da produtividade não se manifestasse nas estatísticas (GRILICHES, 1992).

A característica de intangibilidade do produto, que não permite que este seja estocado ou quantificável, reforça sua dificuldade de mensuração. Assim como ela, a qualidade da prestação de serviços sofre sérios impactos no setor, já que a dificuldade de previsão da demanda pode fazer com que a capacidade de prestação de um determinado serviço fique ociosa por causa do pleno atendimento em horários de pico, o que resultaria em quedas nos indicadores de produtividade (SILVA, 2006).

Para Silva (2006):

Por se tratar de um setor intensivo em trabalho - trabalho esse que não permitiria ganhos contínuos de produtividade -, seria presenciada uma crescente participação na economia, em termos de emprego, de um setor com limitadas possibilidades de crescimento da produtividade. E, ainda, admitindo-se salários comuns entre os distintos setores da economia, haveria um contínuo e ilimitado crescimento dos custos dos serviços, fazendo com que alguns deles deixassem de ser prestados, ou que a economia caminhasse para uma taxa de crescimento do produto por trabalhador tendente a zero. (SILVA, 2006, p. 12).

2.4.1 A economia de serviços e o Brasil

O setor de serviços assume cada vez maior posição de destaque na economia contemporânea. No caso do Brasil a economia de serviços é extremamente importante no que tange a geração de empregos. Sendo o mais heterogêneo dos três setores, é possível afirmar que este setor cresce mais que o comércio e indústria em relação ao número de empresas e pessoal ocupado, mas o montante de remunerações não acompanha esta escalada, já que apesar de crescerem mais que a indústria, ainda empata com o comércio (NEGRI *et al.* 2006).

Esta heterogeneidade descende da questão dos serviços terem sido, ao menos no início, produtos residuais, uma vez que não eram nem industriais e nem de atividade agropecuária. Sendo assim, o setor condensa atividades desde as de menor valor agregado, como serviços de limpeza e manutenção predial até atividades de

grande valor tecnológico, como os serviços de tecnologia para as empresas, fazendo com que alguns segmentos do setor sejam mais propensos à dinamicidade e ganhos de produtividade, subindo os valores de crescimento da produtividade agregada da economia (SOUZA *et al.*, 2011).

Mas buscando entender a concentração espacial do setor de serviços, deve-se lembrar de que o desenvolvimento industrial brasileiro decorreu do processo de convergência regional da atividade econômica na cidade de São Paulo e em seus entornos, acarretando concentração ainda maior do setor de serviços nesta região em detrimento da indústria. De acordo com NEGRI *et al.* (2006), 81% do valor agregado e da massa salarial do setor de serviços se encontra concentrado em dezenove regiões metropolitanas, sendo desse total dezessete capitais de seus estados.

Ainda sobre o caso específico da economia de serviços no Brasil, Anita Kon (2004) investigou as principais diferenças entre as empresas de capital nacional e as empresas estrangeiras, chegando à observação de que a inundação destas empresas estrangeiras dos mais variados setores, sejam elas oficinas mecânicas, serviços hospitalares, redes de *fast-food*, locação de veículos ou serviços hospitalares, que utilizam métricas de padrões de qualidade e eficiência medidos pela matriz, acabam superando as empresas similares nacionais, contribuindo para a diminuição dos preços praticados no mercado brasileiro. A autora mostra que entre 1998 e 2002, enquanto as empresas de capital nacional cresceram em torno de 11,8%, as estrangeiras cresceram em torno de 50%.

Já o crescimento do próprio setor de serviços em relação a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), ocorre no cruzamento entre oferta e demanda, impactados pelas peculiaridades da indústria de serviços, como a impossibilidade da produção dos serviços está inteiramente localizada em locais onde estes não são entregues e as atividades que produzem serviços devem, necessariamente, estarem análogas à atividade industrial, ou seja, apenas nos locais de atividade de produção os insumos seriam de fato utilizados na produção dos serviços (NORRSWORTHY; JANG, 1992).

Apesar da explicação supracitada à respeito da expansão do setor de serviços, o crescimento do setor de serviços no PIB nacional não se deu em consequência da demanda em consequência do aumento de renda dos consumidores

ou do desenvolvimento industrial, mas por conta do crescimento vegetativo em consonância com o pouco dinamismo de outros setores.

Deve-se destacar ainda a importância dos serviços no processo de desenvolvimento regional, já que sua localização, quase sempre urbana, faz com que o setor seja um potencializador dos pólos de crescimento, que obedecem a um padrão nacional de expansão. O fato de os setores de serviços serem complexos e mais diversos que os outros setores da indústria pode servir como um impulsionador de aglomerações, e até mesmo os que são mais rotineiros e descentralizados apresentam a tendência de controle e gestão centralizada (KON, 2004).

Embora não haja consenso em relação à questão da produtividade do setor de serviços na economia, no Brasil os estudos têm mostrado que em comparação à outros setores, a produtividade deste é elevada, apresentando crescimento entre meados de 1990 até o final da década de 2000, fazendo com que o aumento da participação dos serviços no número de empregos nacional elevasse a produtividade agregada da economia (JACINTO; RIBEIRO, 2015).

A má fama da produtividade do setor de serviços em relação à baixa produtividade pode estar relacionada com as dificuldades em se apurar de maneira acertada tanto o produto quanto suas variações de qualidade, fazendo com que se subestime a produtividade (SILVA, 2006). Além disso, Silva (2006) traz um possível problema de ineficiência no processo de seleção, no qual a percepção de baixa produtividade é ratificada em função de empresas menos produtivas que não necessariamente são eliminadas do mercado.

Os indícios para as restrições de aumento de produtividade do setor de serviços, por sua vez, apresentam fundamento. O crescimento de longo prazo e o aumento da produtividade encontram barreiras na baixa escolaridade dos empregados nos setores de serviços em ascensão. Os autores destacam que assim como no caso do aumento do número de empresas, embora tenha havido nos últimos anos o aumento do pessoal ocupado em serviços, não há mudanças relevantes em sua composição (Souza *et al.*, 2011). Isto indica que as variações na produtividade se relacionam com as variações internas dos subsetores em detrimento da movimentação dos trabalhadores entre um ou outro setor.

Comparando-se a evolução da produtividade em relação aos salários e remunerações, o crescimento daquela se mostra inferior a esta nos últimos anos. Esta

afirmação se replica em via de regra para as desagregações em níveis mais detalhados das atividades, mantendo também claras divisões por intensidade de conhecimento.

Por fim, cabe destacar que “produtividade com baixo crescimento e custos crescentes com mão de obra podem representar problemas de estrangulamento do setor, com dificuldades desse de repassar a elevação dos seus custos ao consumidor” (Souza *et al.*, 2011, p. 31).

2.4.2 O turismo enquanto serviço: economia de experiências

O papel do turismo na economia de serviços vem se alterando tanto quanto o próprio mercado turístico. Quando comparado com o turismo massivo do século XX, a ação turística a partir dos anos de 1990 e do novo milênio apontam características históricas diferentes. Atualmente há uma busca por novas experiências em detrimento de apenas novos produtos ou serviços, acarretando na ampliação territorial de todo mercado turístico, além da consolidação dos produtos e serviços e são capazes de gerar novas experiências em termos de demanda (BENI, 2004).

A experiência, por sua vez, pode ser denominada como uma forma de suspensão das relações cotidianas, com a interrupção de papéis, na qual o sujeito em questão sofre uma espécie de estranhamento em relação ao que lhe é familiar (TURNER, 1986). Já em relação ao turismo, este enlaça os processos de estranhamento. Em outras palavras, o turista, em sua atividade turística de deslocamento, ao se deparar com o inesperado e o novo, acabaria vivenciando processos de mobilizações subjetivas, levando-o a parar, reolhar, repensar, reavaliar e ressignificar não apenas a situação, como também o ambiente, as práticas que estariam sendo vivenciadas naquele momento e lugar, além de muitas de suas experiências já vividas (GASTAL; MOESCH, 2007).

Sendo assim, a viagem não terminaria ao chegar ao destino de origem, uma vez que a experiência vivida é capaz de permanecer latente por mais algum período, sendo expressa através de narrativas, vídeos, fotografias, *souvenirs* e conversas com amigos. Estas lembranças é que seriam as provas palpáveis da realidade da viagem realizada, que frequentemente são compartilhadas com familiares e amigos, porque o que realmente é trazido são as recordações das experiências (GRABURN, 1989).

Para Turner (1986), a experiência turística, em seu viés antropológico, almeja enxergar o indivíduo em uma interrupção do seu comportamento rotineiro e repetitivo. De maneira geral, começaria com um choque de dor, ou de prazer, trazendo à tona semelhanças com acontecimentos passados, que estivessem conscientes ou não, sendo capazes de parir emoções de experiências vividas no presente.

Beni (2004) mostra que os movimentos de liberalização e a integração dos mercados regionais como resposta à implementação do novo modelo global de desenvolvimentismo traz como fator fundamental a expansão de novos mercados, que por consequência, derrubam as barreiras para circulação do capital, das mercadorias e tecnologias. Para o autor, são pontos relevantes:

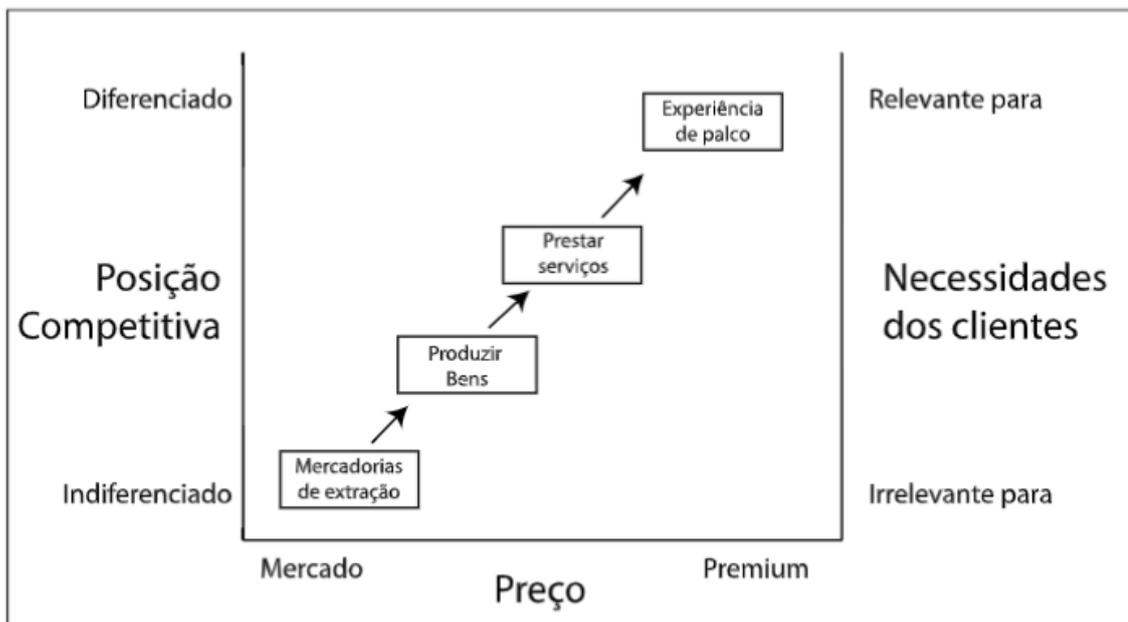
a importância crescente das novas tecnologias que se transformam em pilares determinantes e componentes essenciais da nova geração de produtos/ serviços de alto valor agregado e de experiências inéditas na evolução do turismo, novas expectativas por parte das comunidades locais para receber diretamente os benefícios do turismo, tendo em conta que o modelo turístico empresarial não gerou as vantagens que inicialmente prometera em termos de desenvolvimento social nas comunidades em que ocorreu [...]. (BENI, 2004, p. 299)

Embora seja um mercado de cada vez maior competitividade, o mercado turístico deverá saber aproveitar as oportunidades para, com auxílio da tecnologia, conseguir gerir os dados de forma a tomar decisões e agregar valor aos processos, produtos e serviços, aumentando o valor percebido pelos clientes sobre o trabalho das empresas turísticas. Assim como os entraves do aumento da rentabilidade da economia de serviços em relação ao desenvolvimento e à utilização de tecnologia, na segmentação do turismo enquanto economia de experiências, a falta de conhecimento científico e tecnológico acaba inviabilizando seu crescimento em diversas empresas e países (BENI, 2004).

Em contrapartida, Trigo (2010) afirma que para que a viagem seja uma experiência, é necessário que seja superada a banalidade, os aspectos triviais e estereotipados, estruturando o passeio como uma experiência nascida da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história. Desta forma, pode-se perceber que basta que exista clareza e coesão na narrativa a ser contada para o turista na experiência de viagem, o que não se relaciona diretamente com a tecnologia do país visitado ou operadora de turismo, mas com a qualidade do serviço prestado e com o acervo a ser acessado pelo turista.

Sendo assim, quanto mais as expectativas e necessidades do consumidor forem atendidas, maior será o grau de diferenciação da oferta, e conseqüentemente seu valor agregado. Então, em sintonia com as questões abordadas pelo marketing, haverá uma maior valorização da percepção do consumidor em relação a oferta turística, diminuindo a importância do custo financeiro (PEZZI; VIANNA, 2015).

Figura 1: O progresso do valor da oferta econômica



Fonte: Pine II e Gilmore (1999, p. 22).

De acordo com a figura acima é possível perceber que conforme for trabalhado na experiência do marketing ao longo de todo o século passado, a propaganda fez com que ficássemos visualmente sofisticados e com certa miopia em relação à realidade.

Nem sempre o que percebemos é o que vemos de fato. Quando o turismo consegue utilizar estratégias que ativem os cinco sentidos, podem ser produzidas emoções e momentos marcantes, criando valor e fidelizando os clientes (PEZZI; VIANA, 2015). É válido destacar que além do sítio cultural de Campos dos Goytacazes, por vezes a história é contada através da gastronomia local, como é o caso do chuisco, da goiabada cascão, entre tantos outros doces campistas.

Apesar de não poderem ser formuladas regras gerais sobre o turismo enquanto serviço de experiência, uma vez que cada destino possui como atributo

características únicas, fazendo com que aquela nova experiência seja sempre diferente das demais, Ferrel e Hartline (2009) reforçam que é necessário encantar o turista na figura do cliente através de experiências memoráveis, para que, desta forma, ele sintasse motivado a repeti-la, ou até mesmo fazer indicações para seus amigos e parentes.

Cada destino deve ser analisado de acordo com seus diferenciais competitivos, que poderão se encontrar contemplados nas dimensões apontadas na figura de Pine II e Gilmore (1999), abrindo um leque de possibilidades para os gestores da atividade turística avaliarem quais serão os fatores passíveis de tornar a visita uma experiência memorável, de forma que deslumbre os turistas e seja capaz de fazer com que estes sejam influenciadores da escolha do destino, atuando como ferramentas de marketing da destinação.

Mesmo que o conceito de Economia de Experiências seja recente, há um crescimento no segmento que encara a viagem como algo em que o turista se sinta especial, e não apenas uma peça em um grande grupo. Neste setor, a preocupação abarca não apenas os clientes, mas também as atividades, os equipamentos e as interações que façam com que a experiência do consumo seja complexo tanto para os turistas quanto para os prestadores de serviço (SILVA; TRENTIN, 2018).

3 O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1 TURISMO: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO

O turismo, que nasceu em torno dos bens culturais paisagísticos e arquitetônicos que eram bem preservados, agora, cada vez, mais exige a criação de outros cenários e exotismos (LEMOS, 2017). Bem como outras atividades, o turismo sofreu modificações ao longo do tempo. O turismo foi aperfeiçoado, teve valores agregados às suas práticas e conceitos, e recebeu novas características de acordo com os avanços de um mundo em constante transformação. Na verdade, esses avanços vêm de muito antes do processo de globalização, mas a análise do que é ou não turismo, depende de uma boa base conceitual, ou seríamos capazes de cair no erro de pensar que, os povos nômades da antiguidade, eram, sobretudo, turistas.

Embora o turismo tenha definições mais específicas, as viagens são uma das mais antigas atividades humanas. Segundo Barbosa (2002), a invenção da moeda pelo povo sumério e o desenvolvimento da atividade comercial na Idade Antiga, assinalou o começo da era moderna das viagens, com destaque para o povo grego, que foi uma das culturas mais envolvidas com as viagens, uma vez que iam com frequência aos santuários para celebrações, seguido pelos romanos, que também traziam um padrão amplo de viagens com cunho cultural e de lazer.

Com o advento da Idade Média, na era das cruzadas, as viagens tornaram-se mais perigosas, sendo menos associadas ao prazer. Logo depois, entre os séculos XIV e XVI, a partir do surgimento do movimento Renascentista, viajar passou a ser sinônimo do acúmulo de novos conhecimentos, e alguns países europeus começaram a se destacar por sua concentração de elementos culturais (BARBOSA, 2002).

Foi assim, de acordo com o autor, que nos séculos XVII e XVIII que surgiu o *Grand Tour*. Este seria um tipo de viagem com viés educacional, baseado nas visitas históricas e nos lugares considerados culturais. É interessante destacar o fato de que os filhos das famílias abastadas, para se preparar para serem membros das classes dominantes, percorriam todo o mundo, dando atenção especial às cidades que se destacavam no cenário cultural da época (BARBOSA, 2002).

Já no século XIX, as viagens receberam grandes impulsionamentos com a evolução do transporte e das telecomunicações, transformando a viagem, que era um

verdadeiro transtorno, em prazer, a partir da criação das máquinas à vapor e da eletricidade (BARBOSA, 2002).

O século XX, por sua vez, foi marcado pela expansão da aeronáutica. Com a Primeira Guerra Mundial houveram diversas evoluções neste ramo, contribuindo para o surgimento das primeiras companhias aéreas. Contudo, foi só após a Segunda Grande Guerra, entre 1939 e 1945, que o turismo começou a dar seus primeiros passos para a expansão global, contando a busca pelo lazer e descanso e as viagens culturais como suas características mais intrínsecas (CUNHA, 2008).

Com o passar do tempo, a atividade turística enfrentou inúmeras etapas, em um constante processo de transformação, sendo possível identificar três grandes grupos da prática do turismo: o *Grand Tour*, o turismo industrial ou de massas e o pós-turismo. O pós-turismo é o termo utilizado para definir o novo paradigma do setor de turismo, que surge principalmente em decorrência do avanço da tecnologia (MOLINA, 2003).

O turismo é um fenômeno social que acarreta uma série de outras atividades, como transportes, rede de hospedagem e recreação, fazendo com que haja uma série de efeitos sobre o meio ambiente no qual estão sendo desenvolvidas, e que podem ser de viés econômico, social, cultural ou até mesmo ecológico (BENI, 2006).

Identificado nas três grandes áreas da economia, técnica e holística, o turismo se difere de outros setores ao passo que seus esforços de colaboração se dão de maneira interdisciplinar (BENI, 2006). Apesar da clara definição da OMT (2003) de que o turismo é o conjunto de atividades daqueles que viajam e continuam em lugares diferentes de seu ambiente natural por período inferior a um ano consecutivo em virtude de lazer, negócios ou outros objetivos, para Moesch:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações intelectuais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/ subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p. 9).

Assim como fora apontado no capítulo anterior sobre a conceituação do turismo cultural enquanto um serviço de experiência, de acordo com a OMT (2003), o turismo tem avançado cada vez mais para um novo modelo. Neste novo formato, o

turista não quer ser posto apenas como mero espectador, mas como um ator, que participa ativamente do processo da viagem, ansiando transformar seu passeio em uma experiência única.

Molina (2003) diz que o turismo atual tem se estruturado a partir de movimentos sociais e também culturais, cujo desenvolvimento de tecnologia se mostra como um fator cada vez mais determinante, capaz de afetar o comportamento de demanda, a função do setor público, o desempenho empresarial, a estrutura dos produtos e serviços oferecidos, e até mesmo o próprio papel das comunidades locais.

De acordo com a OMT (2003) e o próprio Ministério do Turismo, este é um dos segmentos que mais crescem no Brasil, gerando mais de 40.000 postos de trabalho diretos. Todavia, apesar do turismo se mostrar como uma alternativa concreta de mitigação das disparidades regionais do país em decorrência, principalmente, de sua importância para a economia local, não existem muitas pesquisas sobre o setor.

3.2 NOVAS DEMANDAS NO MERCADO TURÍSTICO?

Como visto no tópico anterior, o conceito e a prática do turismo sofreram diversos avanços ao longo do tempo, contando inclusive com o desgaste do modelo turístico de “sol e praia”, que trouxe a ascensão de outras modalidades do segmento. As novas demandas do mercado acabam por obrigar as empresas do ramo a realizarem uma série de modificações em seu pacote de ofertas (MOLINA, 2003).

Os estudos mostram o turismo cultural enquanto tendência no mercado atual, uma vez que o turismo de experiência, que traz o turista como experimentador e ator do cenário, faz com que este busque experimentar a cultura local, buscando de forma profunda e autêntica o lugar visitado. Para Avighi (2005), este chamado viajante de vanguarda está à procura de uma realização interior, enfatizando o ambiente, o entendimento da cultura e da história dos outros lugares, almejando o conhecimento de povos para se enriquecer culturalmente.

Em contrapartida, apenas uma pequena porção dos turistas se desloca motivada apenas em busca do turismo cultural (PIRES, 1999). Para Pires (1999), é difícil que um turista “comum”, ou seja, aquele que não carrega a essência do *Grand Tour*, se deslocar com a finalidade única de poder consumir a cultura de um dado local. Ainda assim é possível inferir que em quase todas as viagens há um elemento

que corrobora para com o turismo cultural: a curiosidade das pessoas em relação a uma cultura que não é a sua por natureza.

Todas as vezes que o turista viaja, independente de sua motivação, ele retorna ao seu ponto de partida com a experiência de ter podido viver, mesmo que por poucos dias, uma cultura diferente da sua, tendo contato com a culinária, o conjunto arquitetônico, as danças, e tradições que fazem parte do patrimônio histórico-cultural de uma localidade escolhida como destino turístico (SANTOS, 2007).

Devido ao surgimento destas novas demandas, de acordo com Cunha (2008), os autores contemporâneos que dissertam acerca do assunto recomendam o aumento do diálogo entre os setores de turismo e da cultura, visando principalmente trabalhar a questão da cultura local. Deve-se buscar compreender as peculiaridades regionais, estimulando a participação da comunidade e criando um rol de possibilidades para a retomada da identidade através da preservação do patrimônio cultural material ou imaterial, fomentando não apenas o desenvolvimento econômico e social, mas também o aumento da satisfação por parte dos turistas.

As relações entre turismo, cultura e sociedade são bastante diversificadas, e cada país reage de forma diferente aos desafios do turismo de acordo com sua própria história, cultura, e da espécie de turismo que resolveu fomentar (CUNHA, 2008). Dito isto, o turismo cultural pode, e deve estar servindo para a conservação e valorização do patrimônio cultural. Todavia, o movimento pode ser o inverso da afirmativa anterior: o patrimônio cultural pode ser criado em função dos interesses do mercado, e por consequência, explorado. Neste molde existe o risco de abuso, com impactos negativos e até mesmo a perda do patrimônio cultural.

3.3 PERFIL DA PROCURA DO TURISMO CULTURAL

Para Ashworth e Tunbridge (1990), existem dois segmentos de turistas culturais: aquele que o é por intenção, ou seja, que possui uma motivação cultural primária e se desloca para o local em questão porque sente-se atraído pelo patrimônio cultural do destino; e os turistas incidentais, que são os turistas que, embora estejam consumindo o nicho cultural, não possuem esta atração como motivação primária. Richards (2004), os diferencia ainda entre os “abutres culturais”, que viajam com o

intuito de consumir os produtos culturais, e os “turistas culturais acidentais”, que ora ou outra encontram um festival ou ato cultural.

Ao discorrer sobre o mercado do turismo cultural e sobre sua oferta, deve-se ter clareza a respeito do perfil de consumidor que busca este tipo de serviço. Para Bodo (1995), as principais características sociais e econômicas deste consumidor são as seguintes:

- Viajantes estrangeiros com idiomas e arcabouço cultural diferentes;
- Pessoas de país de origem semelhante ao destino, que estão em busca de uma relação mais profunda com seu patrimônio cultural;
- Residentes da localidade visitada que desejam adquirir mais conhecimento sobre seu território;
- Indivíduos que apresentam rendimento acima da média da população;
- Pessoas que passam mais tempo que o padrão em um determinado sítio;
- Padrão de alojamento em hotéis;
- Pessoas com grande bagagem cultural;
- Maior número de mulheres;
- Jovens, quando procuram experimentar a cultura de maneira intensa e pouco estereotipada.

De acordo com este perfil, é possível notar que são turistas desejados devido à sua classificação enquanto cultos, poderosos e distintos. Em contrapartida, mesmo que este estudo possa servir para nortear estratégias para o fomento do turismo cultural, deve-se levar em consideração que cada contexto cultural exige sua própria análise.

Richards (2000), em uma pesquisa sobre oferta turística, constatou que as motivações do turista cultural são, principalmente, a fuga da cidade, a busca por experiências novas, e, apesar do consumo do produto cultural, o interesse estritamente cultural ocorre em apenas 51% das viagens.

É preciso se ter cuidado com a criação de quadros artificiais que buscam atrair o turista cultural com fins políticos e de arrecadação, já que a classe dominante, na maior parte das vezes tem seu prestígio adquirido por herança, e desta forma preserva e recupera testemunhos materiais de sua história, com uma representação romântica e saudosista, construindo manifestações de afirmação elitista. Deve-se buscar

conciliar os múltiplos interesses na gestão do Patrimônio sob enfoque global (LEMOS, 2017).

3.4 TURISMO CULTURAL: A RELAÇÃO DO TURISMO COM A CULTURA

3.4.1 O que é cultura?

Até o século XVI, o termo em latim *cultura* era utilizado para aludir ações e processos no sentido de “tomar cuidado com algo”, fossem animais ou a colheita, além de atribuir qualidade ao que foi cultivado. Foi só término do século XVIII e no início do século XIX, os aspectos espirituais de uma sociedade eram retratados através do termo germânico *Kultur*, ao passo que *Civilization*, palavra francesa, remetia, principalmente, aos aspectos materiais que circundam um povo. Os dois termos foram incorporados ao vocábulo *Culture*, que em seu sentido mais amplo compreende todo o complexo de conhecimentos, arte, crença, moral, leis, costumes, ou qualquer outro hábito adquirido por membros de uma determinada sociedade. Esta definição tratou de reunir em somente uma palavra todas as possibilidades de realizações humanas, destacando o teor de aprendizado da cultura, que vai de encontro a ideia de pressupostos biológicos (LARAIA, 1986).

Vale lembrar que no pensamento francês iluminista, o estado do espírito e a instrução eram alcunhas da própria cultura, ligando-se às ideias de progresso, da evolução, da educação e da razão: “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (Cuche, 2002, p. 21). A cultura e a razão caminhavam de mãos dadas, onde a maior diferença entre uma e outra era que a primeira remete aos progressos individuais, enquanto a segunda, aos coletivos. Esta definição de cultura dividia os grupos de homens entre aqueles que estavam em seu estado natural, ou seja, irracional ou selvagem, portanto sem cultura; e os que adquiriram cultura e conhecimento por meio da instrução intelectual (CANEDO, 2009).

Originalmente, na segunda metade do século XVIII, a ideia de cultura foi cunhada para distinguir as realizações humanas dos fatos “duros” da natureza. “Cultura” significava aquilo que os seres humanos podem fazer; “natureza”, aquilo a que devem obedecer (BAUMAN, 2012, p. 12).

É fato que existem diferentes definições e utilizações da palavra cultura atualmente na sociedade, mas ainda assim pode-se afirmar que esta possui caráter transversal, já que perpassa diferentes setores da vida cotidiana. Para além disso, o termo é empregado em diversas áreas multidisciplinares de conhecimento, aumentando a sorte de possibilidades de entendimento da cultura (CANEDO, 2009).

Produto da história de uma sociedade, de acordo com Raymond Williams (1976), existem três maneiras de compreender e utilizar o conceito de cultura: o viés antropológico, o sociológico e o estético. Sob a perspectiva antropológica, a cultura corresponde a um modo de vida. Isto quer dizer que a cultura faria referência à maneira que as pessoas pensam, fazem, dizem e fabricam as coisas. De acordo com a Antropologia, toda cultura é possuidora de dignidade, diminuindo o etnocentrismo e o elitismo, ratificando o universalismo da cultura humana e suas particularidades. A partir deste princípio deve haver o respeito pelas diferentes culturas para basilar uma sociedade justa (KUPER, 2001).

Já na perspectiva sociológica, a cultura aparece como um conjunto de conhecimentos de grupos humanos dado pela produção e consumo das atividades culturais, e por isso existe a sua ligação com as políticas de cultura, fazendo com que esta se demonstre enquanto espetáculo, política, produção e consumo, enquanto de acordo com o viés antropológico estabelecido por Williams (1976), cultura é o resultado de um processo constante de criação através da participação coletiva.

O conceito estético da cultura, por sua vez, descreve as atividades tanto intelectuais quanto artísticas, como é o caso da música, literatura, teatro, cinema, pintura, escultura e arquitetura. Sinônimo de “Belas Artes”, o conceito estético é quem define a criação artística enquanto uma forma de cultivo do espírito, e requer níveis altos de instrução educativa formal. Os adjetivos utilizados para as pessoas que conhecem e praticam estas manifestações da arte são de pessoas cultas, pois se distinguem das pessoas comuns, ou não cultas. Dentre todos os vieses apresentados por Williams (1976), o conceito estético é o mais criticado por conta de seu modelo extremamente elitista do ponto de vista antropológico, uma vez que este confunde a capacidade criativa e os níveis de instrução e refinamento do indivíduo.

Para Matta (1986):

Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas, até mesmo opostas, transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes forneceu normas que dizem respeito aos modos, mais (ou menos) apropriados de comportamento diante de certas situações. Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, como as regras de um jogo de futebol, que permitem o entendimento do jogo e, também, a ação de cada jogador, juiz, bandeirinha e torcida. Quer dizer, as regras que formam a cultura (ou a cultura como regra) é algo que permite relacionar os indivíduos entre si e o próprio grupo com o ambiente onde vivem (MATTA, 1986, p. 122).

Canedo (2009) constata a existência de *culturas*, de forma plural, e não de uma cultura universal, posto que as diferenças entre os grupos humanos são, principalmente, de ordem cultural, e não determinadas pelo ambiente físico ou outras questões biológicas. É a partir do estudo dos costumes particulares de uma determinada comunidade que o pesquisador leva em consideração o contexto cultural e a reconstrução histórica para realizar suas análises.

3.4.2 O conceito de Turismo Cultural

Como pode ser observado ao longo desta construção textual, a história do turismo cultural perpassa pela própria história do turismo, uma vez que aquele pode ser considerado um nicho deste, repetindo e destrinchando, de forma mais profunda, algumas de suas características.

Sendo assim, a natureza cultural das viagens é bastante antiga, emergindo na contemporaneidade como *Grand Tour*, a viagem de formação de burgueses e nobres que objetivavam ter contato com outras culturas, adquirindo um grande capital cultural, que lhes permitiria serem melhor aceitos em seus próprios países de origem, e, principalmente, para estarem aptos a investir nas tarefas de liderança e governança (PEREZ, 2009).

Mesmo que a natureza cultural do turismo seja antiga, a relação entre o turismo e cultura é mais recente, principalmente no que tange a expressão “turismo cultural”. Foi com a criação de pontes entre o turismo e a cultura nas últimas décadas

que esta relação pode evoluir e melhorar. Antes disto, os profissionais da cultura tendiam a minus valorar a atividade turística por considerarem-na banal (PEREZ, 2009).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1995 37% das viagens foram consideradas culturais, subindo este percentual para 40% no ano de 2000. Todavia, estes cálculos mostram uma perspectiva um tanto quanto alargada do turismo cultural as investigações mostraram que apenas de 5 a 8% dos turistas que viajam têm motivações estritamente culturais.

Frente ao turismo convencional e de massas, o turismo cultural mostra-se como uma alternativa para o mercado de sol e praia, mas do ponto de vista genérico, todo turismo pode ser entendido como uma prática cultural, pois não existe turismo sem cultura. De acordo com os termos filosóficos, toda a atividade turística e cultural, e esta é uma das atividades que mais tem fomentado as relações interculturais entre pessoas e povos distintos (PEREZ, 2009).

Para não cair na tentação de agrupar todo tipo de turismo como turismo cultural, precisa-se definir, de fato, o sentido deste. O turismo cultural remonta, não por acaso, aos aspectos das novas demandas do mercado turístico: ele é atividade, experiência forma do produto turístico, motivação chave para a viagem, e também a forma de realizar uma atividade cultural. De forma mais restrita ao turismo cultural, este seria um nicho de viagens com objetivos unicamente culturais e educativos, mas esta definição também não pode ser considerada consensual (PEREZ, 2009).

Para Bonink e Richards (1996), para entender o turismo cultural tem que se observar duas principais perspectivas: a dos lugares e monumentos, e a conceitual. A primeira implica na descrição dos tipos de atrações a serem visitadas para se pensar na cultura como um simples produto, desde do ponto de vista estratégico até o fomento de motivações para os turistas culturais; enquanto a segunda trata do questionamento dos porquês que circundam o turismo cultural. Esta última perspectiva está mais atrelada à experiência e procura analisar os princípios e as formas de se praticar o turismo, e não tanto seus produtos.

De acordo com Perez (2009), quando as duas perspectivas são interpostas, pode-se obter resultados mais completos sobre as abordagens do turismo cultural. Segundo o autor, o turismo cultural pode se manifestar:

- Como experiência psicossocial:

O turismo cultural se classifica desta forma a partir da vivência e da participação em novas e profundas experiências no segmento cultural, sejam estéticos, intelectuais, emocionais ou psicológicos (STEBBINS, 1996). O turismo cultural teria deixado de ser uma forma de turismo que antes era reservado a pessoas que portavam um capital cultural específico, para agora estar disponível para viajantes que buscam experiências semelhantes às vividas pelos turistas do passado.

Para Zeppel e Hall (1991), o turismo cultural pode ser classificado como turismo experiencial uma vez que seria baseado na experiência das artes visuais, manuais e festividades, fazendo com que o turismo patrimonial também devesse ser considerado experiencial e cultural, uma vez que este permite a visita de paisagens, sítios históricos, edifícios e monumentos. O consumidor não compra bens e serviços, mas a vivência de experiências e sensações.

- Como processo de mercantilização da cultura:

Por óbvio, pode-se constatar que o turismo cultural tem se tornado uma produção cultural. O sistema capitalista é dominante em seus instrumentos de marketing, que segmentam o mercado turístico com fins de produção, ou seja, querem atingir nichos específicos. Para Bourdieu (1979), o turismo cultural pode ser convertido em uma etiqueta de distinção social do produto e da prática turística, fazendo com que este seja multi-facetado.

O turismo se utiliza da cultura como um recurso que, mais tarde, é convertido em um produto de mercado, e esta mercantilização da cultura por parte do turismo apresenta uma série de impactos, ora positivos, ora negativos. Quanto aos impactos positivos, o desenvolvimento e a revitalização das identidades culturais, a redescoberta de antigas tradições, a autoestima local frente aos visitantes e o desenvolvimento econômico são destaque (BOISSEVAIN, 1996).

Já entre as consequências negativas, o ponto mais latente é o do excesso de mercantilização, que faz com que possa nascer do processo de construção da cultura a “farsa da autenticidade”, no qual o esforço para a venda é tanto, que ocorre a gênese de um costume paralelo à realidade para atender aos interesses do mercado.

Destarte, nesta perspectiva, o turismo cultural serve como uma etiqueta comercial com a finalidade de vender cultura e patrimônio cultural, convertendo-os a simples mercadorias, fazendo com que este nem sempre represente aprendizagem e educação intercultural (SIERRA; PÉREZ, 2005).

- Como tendência para a nostalgia:

O turismo se classifica enquanto consumo de bens e serviços que, de alguma forma, não são necessários. Por não terem seu valor relacionado à importância para se ter outras coisas, estes bens e serviços são consumidos por gerarem experiências agradáveis, diferentemente de nosso dia-a-dia. Sendo assim, o turismo cultural pode ser pensado como uma atividade de lazer, apresentando clara dicotomia em relação ao tempo de trabalho e a rotina (URRY, 1990).

Para Urry (1990), apesar de vivermos numa sociedade pós-moderna, prevalece uma tendência para a nostalgia, que se concretiza através da atração nostálgica em relação ao patrimônio cultural, visto que este é uma representação simbólica da cultura, sendo uma das maiores motivações para o turismo cultural. O patrimônio cultural, neste viés, seria visto e apreciado como um refúgio, uma segurança ou um ponto de referência em contraponto à dissolução e efemeridade da vida pós-moderna.

- Como curiosidade e aprendizagem:

Baseando-se na história, o francês Pascal Ory (1993), diz que o turismo cultural se comunica diretamente com algo que sempre existiu: a curiosidade. Esta curiosidade é compreendida como o interesse do ser-humano pelo conjunto e estética do patrimônio cultural, pela criação da cultura de outros países, pelo gentílico e suas maneiras de viver. Nesta perspectiva, o turismo cultural é sensível, suave e inteligente.

Ory (1993) disserta ainda que o turismo de cunho cultural é um fenômeno não apenas moderno, mas histórico, uma vez que tendo iniciado-se através do *Grand Tour*, este tipo de turismo existe até hoje para saciar a curiosidade humana. Para Keit Dewar (2000), o turismo cultural é a viagem em busca de conhecimento, seja para enriquecimento pessoal, ou para entender sobre os outros.

Ele é o movimento das pessoas até as atrações culturais fora de seu contexto de vida, com o deslocamento em busca da informação, das experiências e da satisfação das necessidades culturais. Perez (2009), acerca deste conceito, enreda sua crítica quando mostra que o turista neste sentido pode ficar preso à superficialidade, apenas reforçando estereótipos.

- Como fuga para o outro:

Diferente do ponto da curiosidade apontado por Ory (1993), Boniface (1995) compreende o turismo cultural como uma fuga da rotina cotidiana, fugindo para a alteridade, paz, tranquilidade e sítios de interesses culturais, proporcionando um escapismo da rotina. Neste viés ideológico, o turismo cultural transforma a cultura em uma espécie de sacramento, no qual existem litúrgicas espaciais específicas e templos, que aqui se apresentam sob a forma de museus, e centros de arte, por exemplo. No entanto, para Graburn (1989), esta é uma necessidade universal, e não histórica, de todos os grupos sociais. Sendo assim, o turismo surge como uma oportunidade de mudança através do deslocamento físico, que segundo Perez (2009):

[...] oferece um mito do outro como 'primitivo, nativo, exótico e diferente', e o turismo cultural serviria como guarda-chuva para proteger experiências turísticas com base na cultura ao mesmo tempo que outorgaria conteúdo a alguns traços culturais do turismo (PEREZ, 2009, p. 115).

- Como procura de atrações histórico-culturais:

Nesta perspectiva, o que se enfatiza é a visão historicista do turismo cultural, que é compreendido como um olhar de experiência sobre o passado, mas Richards (2000), nos recorda que o turismo cultural produz, vende e consome também o presente, e este presente é importante para atribuir valores aos legados culturais. De acordo com Perez (2009), o turismo cultural funciona como um fato social, humano, econômico e cultural que é irreversível.

É a forma de turismo que possui como objeto central o conhecimento de monumentos, sítios artísticos e históricos e quaisquer elementos do patrimônio cultural. Cumpre destacar que este tipo de turismo tem consequências positivas sobre o patrimônio cultural porque contribui para com sua preservação, mas o autor também

discorre sobre os riscos da farsa da autenticidade trazidos acima, que podem ser evitados por meio da educação e, principalmente, de medidas políticas concretas.

- Como indústria de representações da cultura:

Para Manuel Delgado (2005), o turismo cultural é a transformação do trivial em algo sagrado uma vez que se criam algumas divindades, como a história, a cultura, a arte e a arquitetura. Delgado (2005) reforça que o turismo é uma experiência, e segmenta o turismo cultural como uma experiência de pseudo evento, inautêntica e irreal, que seria o resultado da sociedade de massas e da alienação. Ele seria, para o autor, um sistema fechado, que trabalha com ilusões e reduz a experiência do turista a não permear a realidade. Um bom exemplo desta perspectiva seriam as culturas indígenas, que apresentar-se-iam de maneira superficial e descolada da realidade, produzindo um processo de homogeneização dos destinos turísticos.

MacCannel (1992) reforça a questão da autenticidade encenada, composta e preparada para que seja percebida como situação autêntica. Mas em relação a este ponto, Cohen (1972) destaca que existem vários tipos de turistas, e nem todos buscam a autenticidade em suas experiências. Boissevain (1996), ao dissertar sobre as autenticidades da cultura exploradas pelo turismo, aponta que todas as culturas são inventadas, recriadas, fabricadas e também reconstruídas devido a transformações sociais que podem ser permanentes.

- Como uma forma específica de viajar:

Sobre esta perspectiva, Perez (2009) afirma que o turismo cultural procura a cultura de forma muito específica nas viagens, se diferenciando do turismo comum. A este respeito, Ortiz (1998) explicita muito bem a afirmação de Perez (2009), quando diz que a medida em que a viagem é uma metáfora do enriquecimento cultural individual, esta é a prática do turismo cultural, que abre portas e fronteiras para a travessia em direção ao conhecimento do ser-humano.

Sendo assim, o turismo cultural é trazido como todo o movimento de pessoas que procuram satisfazer as necessidades humanas de conhecer as diversidades, com a tendência de querer elevar seu nível cultural e proporcionar novos conhecimentos,

experiências e encontros, exemplificadas por viagens de estudo, para apreciar peças de teatros, visitas a espaços públicos e monumentos, viagens a festivais, estudo da natureza, folclore, arte e peregrinações, por exemplo (PEREZ, 2009).

De forma filosófica, Alain de Botton (2004) realiza uma análise da busca humana em relação ao turismo cultural, e diz que nossas viagens estão motivadas pela busca da felicidade, almejando alcançar a “eudaimonia”, o que quer dizer, segundo os gregos, a plenitude humana.

Ainda para Botton (2004, p. 62) “as viagens são as comadres do pensamento. Poucos lugares induzem mais intensamente à conversa interior que um avião, um barco ou um comboio em andamento”.

- Como modo específico de consumo da cultura:

É bem sabido que Bourdieu (1979) afirmou que as classes sociais entram em luta para se diferenciar umas das outras por intermédio da educação, ocupação, estatuto profissional, ou dos estilos de vida e de consumo. Logo, o consumo turístico de cultura também faz parte deste meio social de distinção, sendo muito praticado pela nova burguesia com maior capital cultural, ou pela pequena burguesia e intermediários culturais. Uma vez que o consumo é um local de diferenciação social e de distinção simbólica dos grupos de classes, o turismo cultural junto de seus bens de consumo são convertidos então em signos de diferenciação social.

O antropólogo Néstor Canclini (1994) afirma que o turismo cultural é um tipo de consumo cultural que pode ser compreendido como um

Conjunto de processos de apropriação e usos de produtos nos quais o valor simbólico predomina sobre os valores de uso e de troca, ou onde, pelo menos, estes últimos configuram-se subordinados à dimensão simbólica (CANCLINI, 1990, p. 42).

Perez (2009) afirma que, nesta perspectiva, a cultura é observada por um viés antropológico, sendo o resultado de um conjunto de crenças, ideias, valores e modos de viver de um determinado grupo humano. Para Richards (2000), a cultura não pode ser compreendida simplesmente como um produto, mas como um processo de transmissão de valores, ideias e conhecimentos, que seriam passados através da visitação de locais de interesse cultural, monumentos, ou no consumo do modo de

vida das culturas que estão sendo visitadas. Sendo assim, o turista cultural é consumidor não apenas dos produtos do passado, mas também do estilo de vida do grupo ou região e da cultura contemporânea.

O aumento do número de visitas culturais está relacionado com a expansão da quantidade de atrações a serem visitadas, posto que aumentam cada vez mais as atribuições aos conceitos de cultura, produção cultural e consumo cultural, que estão em constante mutação e segmentação por parte do mercado e agentes produtores em geral (RICHARDS, 2000).

3.4.3 Os fatores da oferta do Turismo Cultural

Um produto, segundo as teorias do marketing, é algo que pode ser oferecido a um mercado para a sua atenção, aquisição, uso ou consumo. Ele satisfaz um desejo ou necessidade, gera benefícios e soluciona problemas ou necessidades reais ou imaginadas e inventadas. O sucesso de um produto turístico-cultural vai depender da compreensão que o produtor tem das necessidades do consumidor. O que acontece é que muitas organizações turísticas ignoram as motivações reais da gente para comprar os seus produtos. Primeiro desenham produtos e só depois tentam procurar seus compradores, em vez de desenhar produtos para as necessidades do mercado. (PEREZ, 2009, p. 122).

De acordo com o que fora exposto no capítulo 3, o turismo cultural enquanto um serviço de experiência tem como características não apenas componentes simples de sua oferta, mas também o fato de que o turista se conecta à experiência a partir do contato com produções culturais e com o patrimônio cultural. Este patrimônio cultural, por sua vez, pode ser material ou imaterial.

Bauman (2012) destaca que os produtos culturais viajam de forma livre, sem quaisquer preocupações com as fronteiras entre estados ou províncias, exceto no caso de censuras, como o Khmer Vermelho e o Talibã. Ainda que as barreiras dos idiomas retardem a tramitação destes produtos culturais, essas obstruções são superadas cada vez mais rápido com o avanço da tecnologia eletrônica.

Ritchie e Zins (1978) sublinham como elementos da oferta turístico-cultural: o artesanato, o idioma, as tradições, a gastronomia, a arte e a música, a história da região, o trabalho e a tecnologia, a arquitetura, a religião, os sistemas educativos, as vestimentas e trajes, e, as atividades de lazer. Perez (2009) destrincha a oferta do turismo cultural de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 2: Os tipos de atrações para o turismo cultural e seus exemplos

Tipos de atrações	Exemplos das atrações
<p>Patrimônio Cultural: Turismo Patrimonial</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constitui o maior atrativo para os turistas culturais. - Representa uma cultura através de uma série de elementos, imagens, objetos e símbolos. - Mostra a identidade cultural de um grupo humano. 	<p>Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sítios históricos e naturais, como centros históricos. - Sítios arqueológicos. - Monumentos. - Museus.
<p>Lugares de recordação e memórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atraem visitantes pelo seu valor histórico, artístico ou literário. 	<p>Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lugares de acontecimentos como batalhas e revoluções. - Lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais.
<p>Artes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Servem para alargar a estadia dos turistas. 	<p>Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Óperas, dança, teatro, música. - Festivais famosos. - Teatros.
<p>Atividades de criação e aprendizagem cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Servem para conhecer desde dentro a gente e a realidade dos países visitados. 	<p>Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ateliers de artesanato. - Cursos de idiomas. - Acampamentos de trabalho.

Fonte: Perez (2009, p.121).

Nesta temática, Richards (1996) toma como exemplo a Europa, e diz que neste território está acontecendo não apenas o aumento da procura pelo turismo cultural, mas também está havendo o alargamento da produção dos bens culturais, patrimoniais e artísticos, cuja produção é utilizada com a finalidade de se obter rentabilidade econômica, política, social e cultural. Cumpre destacar que uma vez que o turismo cultural também consome os produtos culturais contemporâneos, como o modo de vida das pessoas de um local turístico, a oferta turística não integra apenas o patrimônio cultural material, nem reduz o turismo a patrimônio ou das artes (RICHARDS, 1996).

Quando colocada uma lupa no caso de Campos dos Goytacazes, pode-se notar que a municipalidade carece de áreas de lazer e sofre com a degradação do centro histórico, importante ponto de comércio da cidade, como traz Paula Pimentel (2016), em sua dissertação sobre as memórias de comerciantes e a nova funcionalidade do centro histórico de Campos dos Goytacazes.

Como será relatado no capítulo de resultados, partir do fomento ao turismo cultural se faz uma alternativa viável para repovoar o centro da cidade, fazendo com que a população ocupe espaços importantes para construção de memória coletiva e identidade local, além de retomar a circulação de pessoas em regiões que hoje, apesar de não serem amplamente atingidas pela especulação imobiliária, carecem de atrativos para visitação.

3.5 NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994, p. 99)

Até pouco tempo sem grande interesse por parte do povo, os temas ligados às construções antigas e pertencentes que representam gerações passadas que, genericamente, recebem a alcunha de “Patrimônio Histórico” têm sido enfatizados pela televisão e jornais. Muito embora receba esta classificação pela grande mídia, trata-se de um segmento que porta um acervo muito maior, que é chamado Patrimônio Cultural, e representa uma nação ou um povo (LEMOS, 2017).

No Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes quanto ineficazes. Edifícios de alto estilo arquitetônico, protegidos por lei, são deixados nas mãos do mercado e o comércio ilegal de obras de arte é amplamente tolerado [...]. A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, em outras palavras, a si próprios a seus antepassados. (FUNARI, 2001, p. 6).

Complementando Funari, Pelegrini e Rambelli (2009), Lemos (2017), postula que o Patrimônio Cultural pode ser dividido em três categorias de elementos: os pertencentes à natureza e ambiente, os que se agrupam pelo conhecimento e às

técnicas do saber fazer, e o terceiro grupo, dos bens culturais, que reúne toda a variedade de artefatos, objetos e construções derivadas da junção entre meio ambiente e saber fazer.

O primeiro grupo de elementos diz respeito aos recursos naturais, que tornam o local em questão habitável, além do meio ambiente que fornece materiais e climáticas específicas para o desenvolvimento de hábitos em uma população, como o frio e as montanhas na serra, que isolam uma população e criam dialetos em seu idioma, diversificando os costumes (LEMOS, 2017).

O segundo grupo, dos elementos do conhecimento, tangenciam as técnicas do saber fazer. Estes são a parte intangível do Patrimônio Cultural, e compreendem a capacidade do homem de sobreviver no contexto ambiental em que está inserido. Este grupo agrega desde a forma de rastejamento para uma determinada caça, até a ciência da geometria mais requintada para construções, “saber construir, tecer o pano da coberta de cama, divertir-se com o jogo de cartas, rezar à Santa Bárbara em noite de temporal, curtir a pele de veado para fazer alpercata e o gibão” (LEMOS, 2017, p. 3), são parte do saber fazer.

A terceira e última seção, que diz respeito aos bens culturais, é considerada pelo autor a mais importante das três, porque reúne os dois grupos anteriores para sua transformação de saber fazer e elementos do ambiente em artefatos, que podem ser simples, como um machado, até a construção de um vilarejo (LEMOS, 2000). Um objeto isolado de seu contexto é apenas um fragmento, sendo necessária a sua integração no todo para que tenham lógica patrimonial e pedagógica.

Mas afinal de contas, o que é o Patrimônio? Bem como o conceito de cultura, as noções de patrimônio vem se alterando ao longo do tempo. A princípio, patrimônio fazia referência apenas às propriedades que eram transmitidas de pai para filhos, principalmente de cunho material. Foi no decorrer do século XVIII que o governo francês começou um movimento de proteção dos monumentos que possuem valor histórico para a nação, entrelaçando o patrimônio e a história nacional (FUNARI; PINSKY, 2001).

Para que houvesse uma construção social com grande importância e impacto político, foram intensificados os processos de criação dos patrimônios nacionais no século XIX a partir da criação dos Estados nacionais modernos (FUNARI; PINSKY, 2001). Este movimento mostra, na prática, que buscando sua manutenção, o Estado

tende a conservar os bens históricos que são capazes de exaltar a nacionalidade, de figurar como símbolos de coesão e grandeza (CANCLINI, 1990).

No século XX ocorreu a virada de chave do conceito de patrimônio, quando este passou de meramente um conjunto de edificações, documentos históricos de valor, objetos e obras artísticas, para, aos poucos, englobar o patrimônio cultural, que traz consigo também o patrimônio ambiental (FUNARI; PINSKY, 2001). Esta concepção de patrimônio agrega, inclusive, o patrimônio ambiental, já que este é visto como um produto da ação dos homens, e por óbvio, da cultura.

Enfatiza-se que

foi ainda durante o século XX que a noção moderna de patrimônio se expandiu para fora da Europa, onde tinha tido origem. Neste contexto, os documentos produzidos por organismos internacionais tiveram um papel fundamental. Quer sejam vinculativos para os Estados signatários (como é o caso das convenções), quer sejam apenas propostas de actuação (como as cartas e recomendações), o seu papel é fundamental para a divulgação de conceitos, para a criação de consensos e sobre o que é ou não considerado patrimônio, e também para a forma como devem ser feitas as intervenções, bem como para a formação teórica de todos aqueles que lidam com o patrimônio, direta ou indiretamente (RAMALHETE, 2006, p. 11)

No Brasil, o primeiro aceno à proteção do patrimônio foi documentada durante o século XVIII, quando na ocasião, o então vice-rei da colônia encaminha ao governador de Pernambuco uma carta que recomendava a proteção das construções holandesas no estado (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Apesar desta ação ter sido tomada em tempos de Brasil colônia, enquanto império nenhuma providência foi estabelecida em prol da proteção do patrimônio. Só no século XX, mais especificamente em 1920, é que se iniciou uma discussão a respeito da proteção dos monumentos e obras de arte das instituições culturais, no Congresso e também na imprensa, por conta da pressão que os intelectuais exerceram almejando a proteção dos objetos da arte colonial (CUNHA, 2008).

Sendo assim, são deste período, de 1926 a 1928, as primeiras iniciativas dos entes públicos para a proteção dos bens, a partir da criação das inspetorias estaduais de monumentos históricos com os governos de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (COSTA, 2006). Na Constituição Federal de 1934, fica compelido a União e os estados a responsabilidade de proteção das belezas naturais e dos monumentos históricos e artísticos, assim como ficou proibida a evasão das obras de arte (CUNHA, 2008).

Este movimento foi fundamental para salvaguarda de nossa cultura, uma vez que pode-se afirmar que a necessidade de se manter a identidade cultural de um povo ou nação através de medidas preservacionistas se enquadra como uma tentativa de manter o equilíbrio entre o progresso e o passado e a memória da sociedade, fomentando o desenvolvimento geral da nação universal. A conservação e preservação do patrimônio cultural almeja assegurar que a sociedade tenha a oportunidade de se enxergar através de seu patrimônio material e imaterial, posto que a formação de nossa identidade, dos grupos e das categorias sociais depende dos bens culturais que recebemos de herança e usufruímos no presente, criando elos entre a história e nossas raízes e esculpindo o sentimento de pertencimento (COSTA, 2007).

Em uma perspectiva baseada no valor, o patrimônio cultural do Brasil foi definido como um complexo de bens de natureza material e imaterial, que podem ser tomados como referência individualmente ou em partes totais, que sejam ponte para a identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira (PELEGRINI, 2008).

Tendo em vista esta preservação e considerando o contexto internacional sobre as discussões acerca do patrimônio cultural, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe o patrimônio cultural brasileiro enquanto:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I- as formas de expressão;
II- os modos de criar, fazer e viver;
III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV- as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, art. 216).

Cumprido destacar que a Constituição Federal de 1988 introduziu o conceito da imaterialidade do patrimônio e deu destaque aos grupos indígenas e afro-descendentes que tinham sua cultura sob ameaça (MACHADO, 2002).

Apesar de ser bastante diversificado o Patrimônio Cultural de uma sociedade, e mesmo sabendo que ele sofre permanentes alterações, nunca, na história da

humanidade, houveram critérios e interesses que fossem relacionados à preservação de artefatos populares (LEMOS, 2000).

Ainda que enormes, os avanços conceituais e metodológicos que cercam as questões dos bens patrimoniais desde o século XX, inúmeros componentes tanto da cultura material quanto da imaterial, das paisagens natural e cultural ainda são ameaçadas por conta da negligência e falta de proteção por meio das dificuldades de fiscalização, bem como a lentidão na tomada de ações e decisões pelas instâncias do poder constituído (FUNARI; PELLEGRINI; RAMBELLI, 2009).

3.5.1 Patrimônio Cultural Material

Ao patrimônio cultural material está atribuído o conjunto de bens culturais que podem ser classificados enquanto arqueológicos, paisagísticos, históricos, das belas artes e artes aplicadas. Na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estendeu-se a amplitude do conceito de patrimônio cultural, englobando a existência dos bens de natureza material e imaterial, bem como estabeleceram-se formas de preservação destes bens tal qual o Registro, o Inventário e o Tombamento (ALVES, 2010).

Instituído pelo Decreto-Lei nº 25, do ano de 1937, o Tombamento existe com a finalidade de preservar os bens materiais e proteger as edificações, as paisagens e também os conjuntos históricos urbanos. Como espelho dos bens materiais, tem-se os imóveis, tais quais as cidades históricas, os sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais; e os móveis, que são as coleções de arqueologia, os acervos museológicos, documentais, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (CUREU; LEUZIGNER, 2013).

3.5.2 Patrimônio Cultural Imaterial

Por Patrimônio Cultural Imaterial entende-se um tipo de conhecimento fluido, que não necessariamente se manifesta de formas ostentosas ou espetaculares, mas que é expressão valiosa de criatividade das pessoas e de seu entendimento em sua existência. As memórias de um povo, para além de criarem sua história, criam sua

identidade. Assim, Ballart (1997) afirmou que ao perder suas origens, um povo perde também a sua identidade.

A partir do Decreto de nº 3551/2000, a percepção antropológica da cultura se traduziu no “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, abrindo frentes para a criação de outros quatro livros:

- 1- Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- 2- Livro de Registro de Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;
- 3- Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas;
- 4- Livro dos Lugares (Espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários, comunitários, como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000, p. 208).

Segundo Pelegrini (2008), o Brasil se adiantou às convenções da Unesco em 2003, quando o Legislativo brasileiro constituiu a figura jurídica do registro como instrumento legal para basear a proteção e o acautelamentos dos bens intangíveis, antes que fosse proclamada a “Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial”.

Quanto ao mercado globalizado, onde todas as coisas se encontram em constante competição e estado de urgência, a gestão pública deve acompanhar de perto as ações que circundam o patrimônio cultural, dando as condições materiais e imateriais que são necessárias para sua reprodução, bem como para o bom desenvolvimento e a manutenção do patrimônio, já que a dinâmica do mercado torna ainda mais vulnerável a transmissão dos conhecimentos locais, que ficam suscetíveis às mudanças em prol do desenvolvimento econômico (PELEGRINI, 2008).

3.5.3 Órgãos de Conservação

A princípio o patrimônio era apenas representante do passado. Hoje é composto por remanescentes materiais e imateriais da cultura, que juntos falam sobre as experiências coletivas e individuais, permitindo que lembremo-nos e ampliemos o sentimento de pertencimento, construindo e lapidando a identidade coletiva. Devido a importância dessa preservação, as políticas mundiais atualmente são voltadas para o

assunto, e expõem que uma sociedade se percebe quando se vê no passado (FUNARI; PINSKY, 2001).

Para preservação deste patrimônio, em Campos dos Goytacazes existem três órgãos de atuação pública, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e o COPPAM (Conselho de Preservação de Patrimônio).

Criado em 13 de janeiro de 1937, através da Lei nº 378 assinada por Getúlio Vargas, o IPHAN é uma autarquia federal que faz parte do Ministério do Turismo, cuja função é a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo a este instituto a função de proteção e promoção dos bens culturais do País, garantindo sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. A preservação deste patrimônio ocorre, principalmente, através do registro, do inventário e do tombamento (IPHAN, 2021).

O INEPAC, por sua vez, foi criado em 1975, e corresponde a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, DPHA, criada em 1963 através de decreto. Herdeiro direto do primeiro órgão de preservação do patrimônio cultural a nível estadual, o INEPAC dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, realizando estudos, fiscalizações e vistorias nos bens tombados, emitindo pareceres técnicos, além de produzir pesquisas, catálogos, inventários e tombamentos. É válido ressaltar que o Instituto presta serviço de assessoria técnica aos municípios na elaboração de inventários de bens culturais, sejam móveis ou imóveis, ou no desenvolvimento de projetos e obras de restauração da arquitetura e da arte dos municípios (INEPAC, 2021).

Na esfera municipal, o COPPAM é o órgão responsável pela gestão patrimonial de Campos dos Goytacazes. Criado em 2003 através da Lei nº 7.527, e reestruturado pela Lei 8.487, de 30 de outubro de 2013, o COPPAM realiza os procedimentos para a preservação e proteção do patrimônio através do tombamento e do registro, bem como a compensação e as áreas de proteção patrimonial (MIGUEL, 2018).

3.6 CULTURA E MEMÓRIA DO POVO

No que diz respeito, em particular, à memória social, constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente. É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes de qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões. (RAMALHETE, 2006, p. 29).

Como pode ser percebido no texto acima, a memória individual não se separa da memória social. É esta memória social quem garante nexos ao todo, fornecendo às pessoas as referências para que elas possam interagir e criar vínculos sociais, aceitando o grupo e se reconhecendo nele. Destarte, o patrimônio é o representante da memória das sociedades na contemporaneidade, sendo capaz, inclusive, de fornecer o suporte de material e de imagens que são essenciais à essa memória (RAMALHETE, 2006).

No contexto da globalização, passamos a experimentar um sentimento característico do final do século XX, no qual a ausência de referências de identidade, estabilidade e continuidade produz um sentimento de nostalgia em relação ao passado, fazendo surgir a necessidade da memória, abrindo os caminhos para que se desenvolva uma indústria de nostalgia justamente em relação ao passado, que não raras vezes é idealizado, romantizado e inventado (HARVEY, 1989).

Segundo Cunha (2008), este fenômeno pode ser claramente percebido na indústria do turismo, que, muitas vezes, buscando turistas, as regiões espetacularizam seus patrimônios, almejando vendê-los como diferentes para atrair a visitação. Com a criação do referido espetáculo, depara-se com um problema: a farsa da autenticidade na contramão dos benefícios do que se procura preservar.

Há de se ter cautela na gestão do patrimônio cultural material e, principalmente, no imaterial, uma vez que indústria do turismo, em busca do capital, transforma todas as coisas em artificiais, e cria um universo fictício e místico de lazer e ilusão, com a encenação para o espetáculo (YÁZAGI; CARLOS; CRUZ, 1999). Para atender aos desejos do turista, muitas das vezes a história é reescrita de forma intencional, retirando-se as lembranças desagradáveis e enfatizando as glórias, transformando o patrimônio em algo inautêntico.

Apesar de no segmento turístico a autenticidade estar atrelada à cultura tradicional e suas origens e estar associada a genuinidade, quando se fala em comercialização e exploração enquanto bem de consumo, se torna difícil a

manutenção dos mesmos costumes, rituais, ferramentas e linguagens que são resquícios da memória de séculos anteriores.

Para Pimentel (2016) a história da cidade de Campos dos Goytacazes pode ser contada por sua arquitetura, uma vez que cada prédio apresenta seus próprios enredos locais, com um rico conto que inclui personagens que completam a magia da localidade, e se tornam parte do contexto destes patrimônios. O Barão e Visconde de Piratininga, o comendador Paraíba, o Visconde de Araruama e outros aristocratas fazem parte da história e economia da região, seja pelas áreas de plantio de cana-de-açúcar, seja pelo desenvolvimento do comércio e indústria local.

4 O POTENCIAL DO TURISMO CULTURAL EM CAMPOS

4.1 METODOLOGIA

Interpretada como um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (DEMO, 1996, p. 34), a pesquisa procura respostas para as indagações propostas. Levando em consideração o exposto, esta dissertação procura analisar as possibilidades para exploração do turismo cultural em Campos dos Goytacazes a partir da abordagem qualitativa.

Segundo Gil (1994), uma pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático onde o método científico é desenvolvido para que sejam descobertas as respostas de determinados problemas através do uso de processos científicos.

Tendo ciência de que nem sempre o debate entre as metodologias quantitativas e qualitativas são enunciados da maneira correta, as redundâncias e discussões científicas fazem com que pareça que as metodologias quantitativas estejam, apenas, relacionadas ao inquéritos e análises estatísticas para analisar a realidade; enquanto a metodologia qualitativa esteja exclusivamente entrelaçada às histórias de vida ou às entrevistas em profundidade. Desta forma, ao se pensar na metodologia de pesquisa, há de se lembrar que a metodologia, as técnicas de investigação e a natureza da pesquisa são fatores diferentes (AUGUSTO, 2014).

As pesquisas qualitativas se ocupam dos processos, ou seja, procuram saber como os fenômenos acontecem naturalmente e como são as relações por ele estabelecidas. Para Turato, “a curiosidade e o empenho do pesquisador estão voltados para o processo, definido como o ato de proceder do objeto, quais são seus estados e mudanças e, sobretudo, qual é a maneira pela qual o objeto opera” (Turato, 2003, p. 262).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa, que pode ser particularmente aplicada a situações em que variáveis relevantes e, ou, suas consequências não são aparentes, ou também quando o número de dados e sujeitos são insuficientes para a análise estatística, busca a compreensão particular daquilo que se estuda. Ela não se preocupa com as generalizações populacionais, nem princípios ou leis. O foco de sua

atenção é específico, em busca do peculiar, e almejando compreender mais que explicar os fenômenos estudados (NOGUEIRA-MARTINS, 2004).

Quanto aos objetivos, estes podem ser classificados como descritivos e exploratórios. Esta descrição pode ser dada desta forma já que a pesquisa exploratória pretende proporcionar uma maior familiaridade com o problema, através do levantamento bibliográfico ou das entrevistas e estudos de caso. O objetivo de pesquisa descritiva se aplica a esta dissertação uma vez que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que haja interferência do pesquisador, através do uso de técnicas padronizadas de coletas de dados (RODRIGUES, 2007).

No que se trata sobre os meios e procedimentos de pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica e as pesquisas documentais e de campo, com as entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com o levantamento do material publicado sobre o tema, abrangendo livros, artigos, dissertações e teses sobre a história da cidade de Campos dos Goytacazes, seus principais aspectos históricos e econômicos; além de ter buscado fundamentar o conceito de turismo, turismo cultural, patrimônio cultural, a cultura e a memória do povo; e os aspectos mercadológicos da economia de serviços no segmento turístico.

A pesquisa ou análise documental será utilizada nesta dissertação, uma vez que esta permite acrescentar a dimensão do tempo junto a compreensão da questão social. O procedimento de análise dos documentos favorece a observação do processo de maturação, ou seja, de evolução, dos indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, conhecimentos, mentalidades e práticas, entre outros (CELLARD, 2008). É válido destacar que alguns autores divulgam que as pesquisas documentais e bibliográficas são similares, entretanto o conceito de documento perpassa a ideia de textos escritos, já que seu escopo mais amplo compreende fontes de pesquisa escritas e não escritas, tais quais filmes, vídeos, slides, fotografias e pôsteres. Estes, por sua vez, são utilizados para informar, indicar e esclarecer, e trazem em seu conteúdo maneiras de elucidar determinadas questões, servindo de provas (FIGUEIREDO, 2007). A análise documental colaborou para com a composição do inventário sobre o Patrimônio Cultural de Campos dos Goytacazes. Esta análise e composição foi realizada a partir da crítica aos possíveis pontos de interesse de turismo cultural de acordo com os conceitos abordados, em alinhamento com os livros

de tombo do IPHAN, INEPAC, e a amostra trazida pelo Instituto Histórico e Geográfico como representante dos principais tombamentos do Coppam.

Por fim, foi utilizado o procedimento de pesquisa de campo através das entrevistas semi-estruturadas, para que fosse possível acessar dados de difícil obtenção, tais como os sentimentos, os pensamentos e as intenções. A entrevista permite a captação imediata e corrente da informação desejada sobre os mais variados assuntos (NOGUEIRA-MARTINS, 2004). As entrevistas buscaram compreender a realidade do turismo cultural em Campos e também o que se observa enquanto potencial turístico na cidade.

Foi idealizada, a princípio, a colaboração de representantes públicos, como os responsáveis pelo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho¹, do Museu Histórico Municipal², da Subsecretaria Municipal de Turismo³, do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF)⁴, da Divisão de Inventário⁵, do Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio (COPPAM), da Secretaria Municipal de Cultura; além de uma pesquisadora de notório saber, cidadã ativa nos assuntos que tangem a cultura e o turismo no município, Sylvia Paes⁶. Apesar das sucessivas tentativas de contato com a atual presidente do Coppam, não houve êxito na colaboração para entrevista.

As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente quanto por meio da ferramenta *Teams*. Ao todo foram entrevistadas sete pessoas, somando quatro horas e cinquenta minutos de material gravado a ser transcrito posteriormente. Todos os entrevistados se mostraram disponíveis e dispostos a colaborar com todo processo de pesquisa, que ocorreu entre o dia 15 de janeiro de 2022 até o dia 25 de abril do mesmo ano.

As pesquisas de campo, por sua vez, foram realizadas no mês de janeiro de 2022. Todos os locais mencionados no inventário foram visitados pessoalmente, e

¹ Rafaela Machado, doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Graziela Escocard, bacharel em História.

³ Patrícia Cordeiro, não possui formação na área de atuação.

⁴ Victor Silva, bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁵ Everaldo Reis, bacharel em História.

⁶ Sylvia Paes, mestra em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes (UCAM).

aqueles cuja entrada era permitida foram visitados internamente. Foram gerados diversos registros fotográficos, além de uma série de observações críticas de cada local e monumento.

4.2 RESULTADOS

Presente na vida da sociedade desde os primórdios, começando pelo *Grand Tour*, o turismo cultural acarreta diversos benefícios, tanto para os viajantes, quanto para quem os recebe. O ciclo virtuoso, que envolve crescimento econômico, aumento da autoestima do povo da região, e bem-estar do turista, também protege e preserva o patrimônio.

No capítulo 2, quando se fala sobre os impactos dos royalties do petróleo na região, percebe-se que apesar da entrada de mais de 14 bilhões de reais sem destinação na economia, a curva do IDH-M pouco se altera. Ou seja, a injeção de um montante equivalente a mais de 6 orçamentos anuais atuais pouco alterou os indicadores de qualidade de vida dos munícipes. Os fatores exógenos não levaram em consideração as demandas da municipalidade, nem tampouco houve preocupação com o crescimento da receita interna no futuro.

Agora, passando por severas dificuldades que foram aumentadas em decorrência da pandemia da Covid-19, que acentuou a crise econômica, Campos dos Goytacazes urge por fomento à economia e geração de renda. Mais do que isso. Ficou claro que o crescimento precisa ser interno.

Sendo assim, desponta como alternativa o fomento ao turismo cultural como alternativa para o crescimento local. Levando em consideração este cenário e as novas demandas do mercado turístico, foi trazido um panorama do inventário do patrimônio cultural material de interesse para o turismo cultural na cidade, que consta no apêndice B, além da explanação das considerações feitas por gestores públicos municipais no que tange o turismo cultural, além do cruzamento das informações com o Plano Diretor vigente.

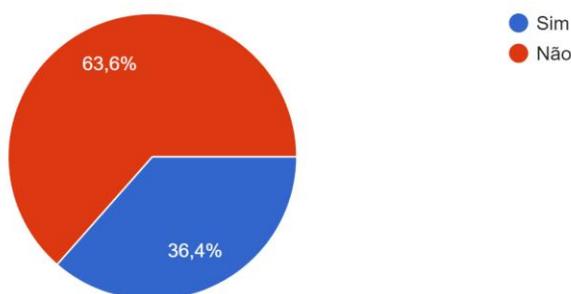
A esquematização das pesquisas de campo, conforme fora apontado na metodologia, se deu através de uma composição entre os livros de tombo do Iphan,

do Inepac, de materiais do Instituto Histórico e Geográfico, e de levantamentos realizados no *site* Revele Campos. Foram inventariados 107 pontos de interesse para o desenvolvimento do turismo cultural em Campos dos Goytacazes, que se encontram entre as categorias de monumentos isolados, conjuntos arquitetônicos, bens e objetos, praças ou parques ou edifícios isolados.

Destes bens, menos de 37% encontra-se disponível para a visitação. Entretanto, mesmo que não se possa adentrar ao recinto, este modelo de turismo permite que os imóveis possam ser apreciados em sua fachada, que junto da história dos lugares, compõem as forma es de memórias e os sentimentos relacionados ao turismo de experiência. Considerado que a fachada   o ponto de maior interesse para que possa ser realizado o turismo cultural patrimonial, os gráficos 3 e 4 trazem, respectivamente, a propor o dos imóveis abertos para a visita o e o estado de conserva o das fachadas:

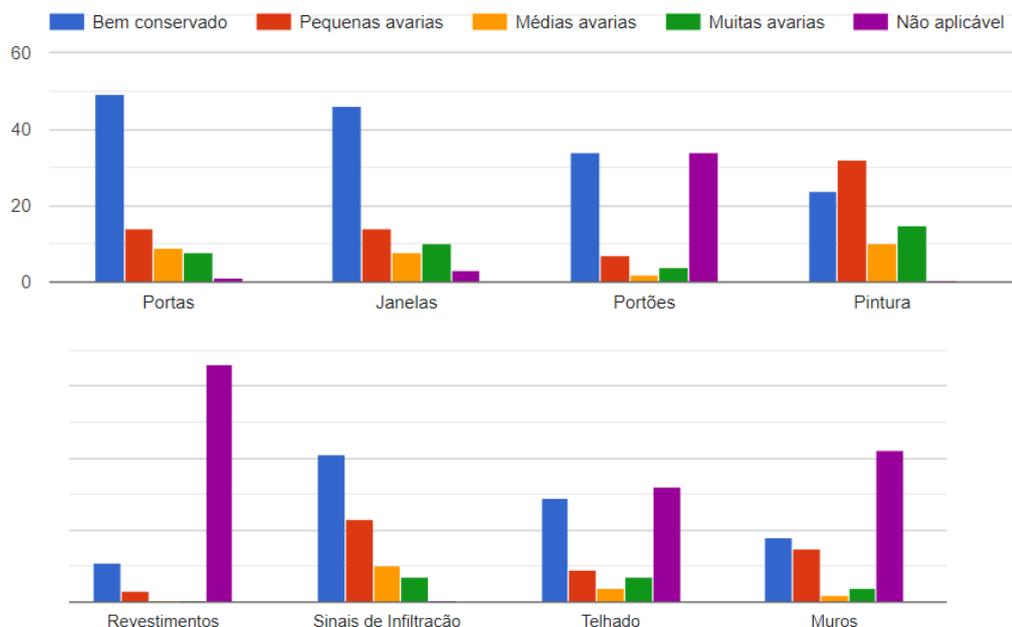
Gráfico 3: Locais abertos para visita o

Aberto para visita o?
107 respostas



Fonte: Autor.

Gráfico 4: Estado de Conservação da Fachada



Fonte: Autor.

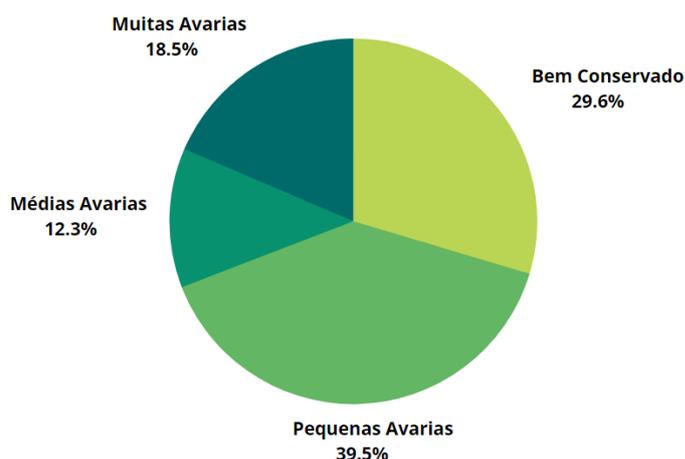
Como foi dito anteriormente, uma vez que a fachada fica em voga como principal instrumento para as visitas culturais, seu estado de conservação também precisou ser avaliado, conforme apresentado no gráfico 4.

Pode-se observar que o estado de conservação da fachada dos imóveis apresenta boa conservação de portas, janelas, portões e telhados, quando aplicáveis aos casos em questão. As maiores variações no estado de conservação estão no caso das pinturas e das janelas, que junto dos sinais de infiltração e telhados são os maiores pontos de impacto estético nos passeios de turistas. A história vivida nos locais pode ser narrada de forma desvinculada ao estado de conservação dos imóveis, que serviria apenas como base para a ilustração. Entretanto, quando se trata da mercantilização da cultura e do produto turístico, deve haver um esforço para manutenção preventiva e, principalmente, corretiva dos imóveis para que haja uma maior percepção de valor e o agregado seja mais alto.

Considerando que a pintura é o item que apresenta a maior discrepância, pondo em destaque seus números, podemos perceber, como mostra o gráfico 5, que menos de 30% dos imóveis apresentam um estado de conservação irretocável,

enquanto os outros 70% apresentam algum ou severos tipos de avaria. Considerando que, conceitualmente, a experiência turística não termina quando a viagem acaba, mas é lembrada por meio de fotografias e relatos, o impacto visual das avarias, principalmente nas pinturas, que ocupam a maior área dos imóveis, deve ser analisado como potencial conversor de turistas potenciais.

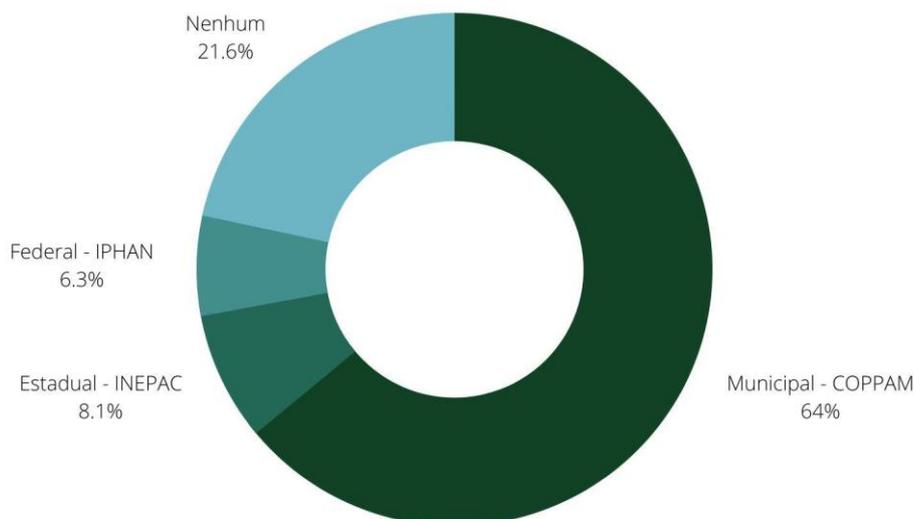
Gráfico 5: Estado de conservação da pintura dos imóveis



Fonte: Autor.

Não é possível falar sobre a conservação dos imóveis e seu estado de conservação e preservação sem se tratar dos órgãos que existem com esta finalidade. Sabe-se que quanto maior a proximidade do órgão com o local, mais célere tendem a ser as discussões, os processos de tombamento e todas as atividades de intervenção que precisam ser realizadas. Curiosamente, na lista dos 107 bens inventariados, 62,5% estão tombados pelo Coppam.

Gráfico 6: Órgãos responsáveis por tombamentos na municipalidade



Fonte: Autor

No Plano Diretor do ano de Campos dos Goytacazes, publicado através da Lei Complementar Nº 015, em 07 de janeiro de 2020, está descrito na subseção II, art. 100, que é uma função do COPPAM zelar pela valorização do patrimônio natural, cultural e histórico, revitalizando os espaços culturais, tais quais o Centro Histórico, o Horto, os casarões e as usinas, além dos parques, jardins e praças, que viriam a ter sua utilização potencializada com o desenvolvimento de projetos culturais e o fomentos a mais áreas de lazer.

Em complemento ao art. 100, o art. 243 agrega que os projetos de valorização cultural terão sua execução à égide do COPPAM, o qual poderá ainda determinar a realização de obras de recuperação de bens em mau estado de conservação; o embargo de demolições e obras de restauração, reforma ou acréscimo realizadas sem autorização prévia; além de trazer a disposição de que as licenças que fazem alusão a imóveis situados ao redor do bem tombado e a aprovação, bem como modificações e construção de projetos das obras que impactem na segurança, ambiência ou visibilidade do bem tombado ou em seu conjunto panorâmico ficam sujeitas às penas de multa e demolição da obra. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2020)

Levando em consideração o exposto acima, e considerando também que todos os entrevistados consideraram o Mercado Municipal um ponto de turismo cultural de Campos dos Goytacazes, deve-se trazer à questão este emblemático problema, uma vez que, como mostram as fotografias abaixo, o Plano Diretor Urbano claramente não está sendo referência na atuação da gestão pública municipal. Além de sufocados por obras públicas no entorno, há a degradação da pintura e conservação do imóvel além de sua descaracterização, já que há permissionários atuando em segmentos alheios à atividade fim do local, tais quais lojas de roupas, sapatos, lingerie e boutiques de óculos.

Figura 2: Torre do Mercado Municipal em 2022



Fonte: Autor.

Dissonante à realidade do Mercado Municipal, 85,7% dos entrevistados consideraram que o Plano Diretor atua como um norte na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural. A única exceção foi a do Coordenador de Projetos do Cidennf, uma vez que o consórcio, por ser uma entidade que representa diversos municípios, não possui obrigatoriedade no cumprimento de

nenhum Plano Diretor específico. Em contrapartida, este, que fora o autor do único “não”, é, junto do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, um dos agentes mais engajados no cumprimento do do Plano no que tange a subseção II, art. 156, que se trata do fomento ao turismo no conjunto de bens materiais ou caminhos culturais que configuram os “Caminhos do Açúcar”.

Para a Subsecretária de Turismo, o Plano Diretor é ato discricionário, uma vez que a gestão é dinâmica. Em seu entendimento, o Plano Diretor é uma espinha dorsal, e tudo que foi proposto está sendo colocado em prática, mas os processos estão em andamento. Nada está sendo infringido, mas este não pode ser engessado.

Entretanto, apesar do depoimento da Subsecretária, a Coordenadora do Arquivo Público Municipal, destaca que ter um bom Plano Diretor e um bom Plano de Cultura é insuficiente, porque ainda falta ao gestor público o entendimento e a aplicabilidade dos planos, que devem ser desdobrados em suas práticas diárias. Para a Coordenadora faltam recursos para iniciar, por exemplo, o “Caminhos do Açúcar”, o Museu do Açúcar no Solar dos Airizes, e precisa-se de grupos de trabalho que não podem ser formados meramente por prefeitos, existe a necessidade de um corpo técnico para fazer acontecer.

O conjunto arquitetônico do Solar e Capela da Fazenda do Colégio, tombado pelo IPHAN, é o espaço físico do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho e um dos mais importantes patrimônios históricos e culturais da cidade, pois guarda não só a história de Campos, mas de toda a região. Atualmente o arquivo está fechado para visitas por conta de obras de manutenção corretiva e restauração. Foi recebido o valor de vinte milhões de reais em emendas parlamentares para viabilizar sua reforma.

Tanto o Arquivo Público Municipal quanto o Museu Histórico Municipal são atuantes na educação patrimonial, promovendo cursos e amostras, que em sua maioria ocorrem com a participação de associações e empresas privadas, como Shoppings e a Câmara de Dirigentes Lojistas.

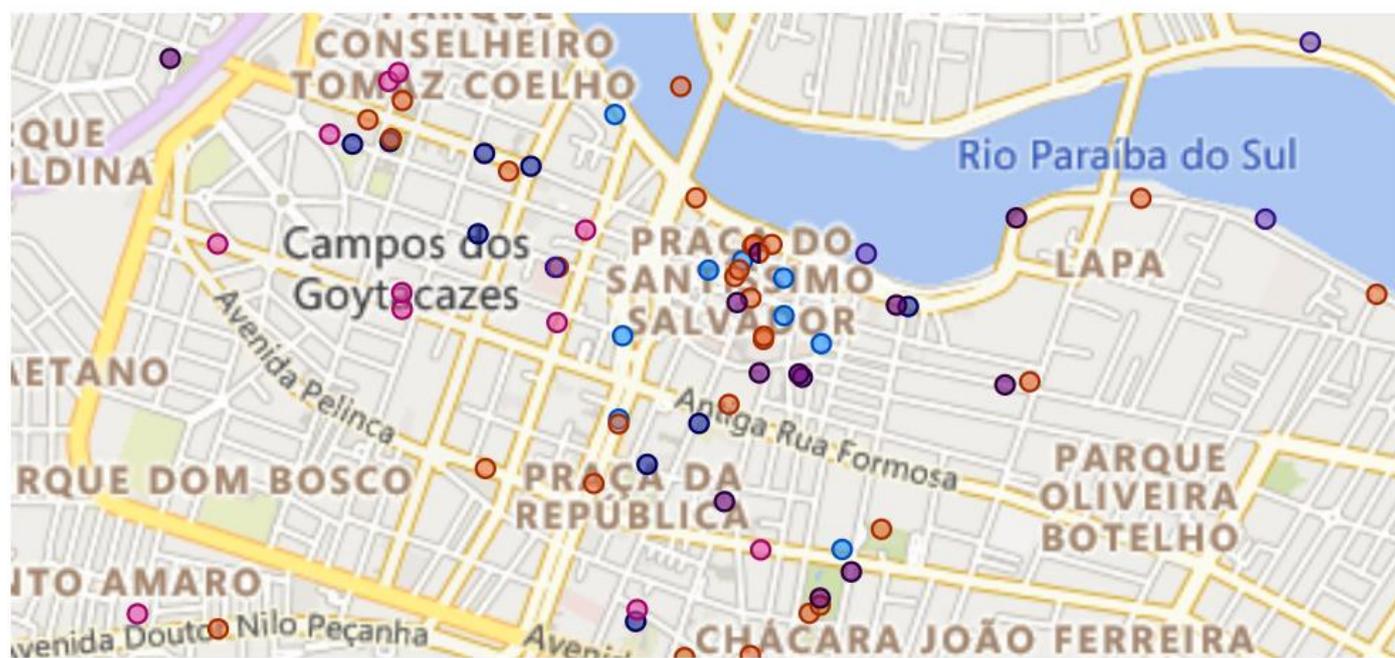
Ainda no que tange o art. 100 do Plano Diretor, quanto à valorização do patrimônio, a revitalização do Centro Histórico não é um apontamento recente. Em 1996 começou a ser relatado o esvaziamento do centro da cidade, e no ano de 2005 a CARJOPA já solicitava a adoção do sistema subterrâneo para iluminação pública. O turismo cultural possui grande potencial para o repovoamento e a reabilitação do

Centro Histórico Municipal, que necessita de planejamento para sua reocupação em razão do esvaziamento ocorrido nos últimos anos com o deslocamento do eixo de consumo para os shoppings centers e Avenida Pelinca, além do movimento de compra online ter sido massificado com os avanços do globalismo (PAES, 2016).

Figura 3: Georreferenciamento dos imóveis no Centro Histórico de Campos

Georreferenciamento dos Imóveis no Centro Histórico

Categoria do B... ● Comercial ● Educacional ● Público ● Religioso ▶



Fonte: Autor.

Conforme mostrado na Figura 4, este segmento turístico seria capaz de fomentar o comércio e os serviços da região, pois segundo o Coordenador de Projetos do Cidennf, o desenvolvimento deste mercado seria uma

Possibilidade de geração de emprego, circulação de moeda no âmbito local, que é isso o que faz a economia se movimentar. Também haveria a possibilidade de capacitação para as pessoas de Campos, principalmente, e isso tudo fomenta a economia de uma maneira absurda. (SILVA, 2022).

Todavia, Sylvia Paes (2016), trouxe em sua abordagem sobre os impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes, que em 2013 o governo municipal havia divulgado que valorizar a fachada dos prédios Históricos de Campos era uma das intenções da gestão no projeto de revitalização do centro histórico, contudo são inúmeros os casos de descaracterização de fachadas, sobretudo na área em destaque, como mostram as figuras 5 e 6.

Figura 4: Fachadas no Centro Histórico



Fonte: Autor.

Figura 5: Arredores da Lira de Apólo



Fonte: Autor.

Apesar dos projetos do governo e dos indicativos para preservação e colocação de placas de identificação dos bens instruídos no Plano Diretor, não há a sinalização dos imóveis e logradouros históricos, nem a preservação do entorno dos bens tombados. Cumpre destacar que apesar das reivindicações do CARJOPA, dezessete anos não foram suficientes para a adoção dos sistemas de fiações subterrâneas. Além dos riscos iminentes de incêndios, que ocorreram por mais de duas vezes apenas no primeiro semestre de 2022, o impacto negativo sobre a estética do local é um ponto de dificuldade a ser enfrentado para o desenvolvimento da potencialidade turística da região.

A Coordenadora do Arquivo Público Municipal, quando questionada sobre sua observância acerca da relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural, fez a seguinte afirmativa

Eu enxergo uma relação íntima e genuína entre a nossa existência atual e a questão cultural da nossa região, mas ainda não enxergo o desenvolvimento local inclinado ao turismo cultural. Acho que a gente ainda tem que caminhar muito. Por exemplo, a Patrícia tem sido um divisor de águas, que é alguém que tem buscado, mas ela não tem uma equipe grande, uma estrutura, se você observar, ela não é uma secretária, é uma subsecretária [...] daí já mostra a importância estratégica disso dentro do organograma do governo, então assim, é um caminho a ser construído, que eu ainda não vejo (MACHADO, 2022).

Em entrevista, a Subsecretária de Turismo apontou que o turismo cultural é uma realidade, contudo ainda precisa ser sistematizado e precisa que o roteiro cultural já existente seja transformado em produtos turísticos, e isto está em planejamento. A gestora ainda pontua que o fomento ao turismo de experiência é um ciclo de virtudes, no qual, através da história sistematizada, há a formação do produto, que atrai pessoas em busca daquela história, e o fomento a economia começa a ser natural, mas destaca que precisa-se de muito trabalho por trás deste movimento.

Sabe-se que o Turismo Cultural não existe sem uma identidade sólida sob o produto turístico, caso contrário há grandes chances de haver a criação de uma cultura diferente da inicial, como é o conceito da farsa da autenticidade. Neste viés, a Diretoria Executiva de Artes e Culturas da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), lembra que o fomento ao turismo cultural não seria benéfico apenas para trazer renda, mas para promover um ambiente de libertação através da cultura, que nos transforma e nos identifica como seres humanos. Para além do exposto, faz parte dos princípios

do Plano Diretor, descritos no art. 5, a incorporação no sentido de pertencimento do Município aos seus habitantes, respeitando os feitos de seus vultos e os costumes e as tradições locais.

Apesar de o Plano Diretor, em consonância à solicitação da CARJOPA, tratar em sua Seção III, sobre a qualificação dos espaços e dos serviços urbanos, no art. 103 designar a elaboração e implementação de um programa para efetivar a troca dos cabos aéreos por subterrâneos, a realidade municipal é a seguinte:

Figura 6: Cabeamento Aéreo no Boulevard Francisco de Paula Carneiro



Fonte: Autor.

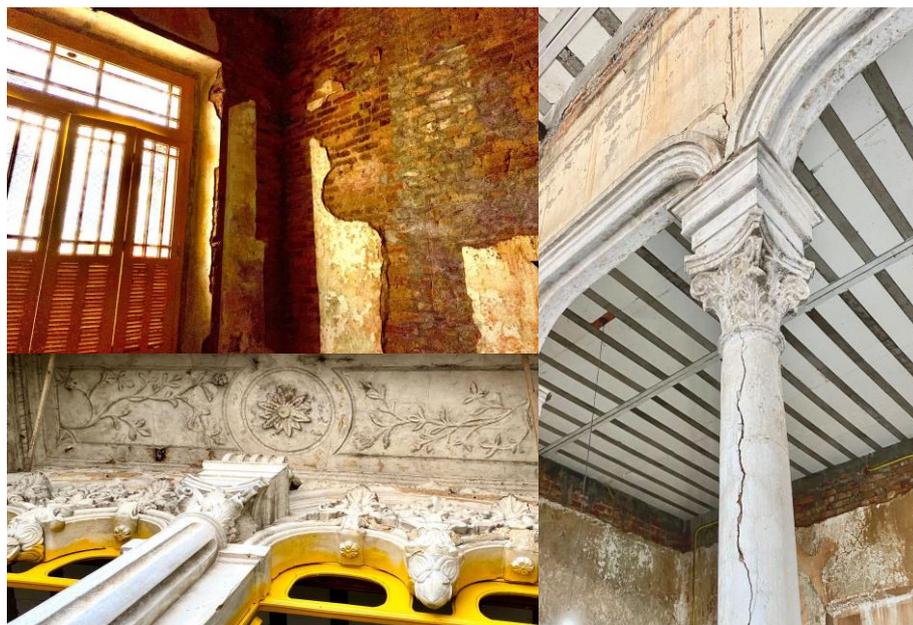
Figura 7: Cabeamento Aéreo da Lira de Apólo



Fonte: Autor.

A Lira de Apolo, cujo tombamento foi realizado pelo INEPAC, é um imóvel que se encontra na área central da cidade de Campos, e representa não só um importante ponto de interesse para o turismo patrimonial, como também é um local que expressa a representação da cultura campista, com seus músicos e lira centenária, cuja fundadores participaram, inclusive, dos movimentos de abolição da escravidão, e posteriormente o corpo de músicos foi ocupado pela classe operária. Embora tenha um passado glorioso, a Lira encontra-se em processo de restauro após o incêndio que acometeu o prédio em 1990, com reformas e reparos realizados exclusivamente com os fundos da orquestra. O Maestro Ricardo Azevedo comentou, durante a visita de campo, que foram diversas as tentativas de solicitação de apoio à prefeitura municipal sem que houvesse retorno, e que em um dos encontros, foi proposto inclusive que se unificasse todas as orquestras do município. Segundo o Maestro, é como querer juntar “Americano e Goytacaz” em um só time. A reforma da Lira caminha a passos lentos sob a direção do Maestro, que sonha com o retorno dos tempos áureos da orquestra no auge de seus 84 anos.

Figura 8: Restauro da Lira de Apólo



Fonte: Autor.

Ainda que a Lira esteja nas condições acima demonstradas, faz parte do Plano Diretor, no art. 99, a diretriz de implementação, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, com o apoio do COPPAM, o programa para aquisição e recuperação de imóveis localizados no Centro Histórico e adjacências, para fins de moradia, centros culturais ou comércio. Além da Lira, destaca-se o Grande Hotel Gaspar, localizado na praça do Santíssimo Salvador, encontra-se fechado. Cumpre destacar que a praça é o coração do centro histórico da cidade, sendo circundada pela Basílica Menor do Santíssimo Salvador, a Lira de Apólo, o Museu Histórico Municipal, o Grande Hotel Gaspar, a própria Praça Quatro Jornadas com o monumento de Homenagem aos Voluntários da Pátria, entre vários outros edifícios históricos que atualmente funcionam como comércio.

Apesar de não haver a necessidade do cumprimento do Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, o CIDENNF e a Subsecretaria de Turismo estão atuando no fomento ao turismo rural, uma vez que a formação do município perpassa por tantas questões da ruralidade, como a criação de gado e o plantio da cana-de-açúcar. Embora tenham o mesmo objetivo, as ações não são articuladas entre os entes.

Para além das disposições do Plano Diretor, que enfatizam a importância do turismo e da cultura, a gestão pública local concorda que o turismo cultural é um potencial a ser aproveitado. Para a Diretora Executiva de Artes e Cultura da FCJOL, o governo ainda está devendo um plano de ação e uma política cultural de turismo que envolva não somente a cultura, mas também o ambiente e os esportes. Em contrapartida, a Subsecretária de Turismo ressalta que apesar de não estar sistematizado, está no planejamento do governo tornar o roteiro cultural já existente em um produto turístico. O Chefe de Divisão de Inventário corrobora com a preposição de que ainda falta uma política efetiva para desenvolver o turismo cultural. Para ele

[...] o potencial nós temos, nós não temos o produto, então precisamos fazer uma política. Quando eu falo uma política, não é uma política só do governo, é tanto o poder público como o privado, as pessoas entenderem a importância de preservar e de mostrar, vender esse produto para os turistas. (RANGEL, 2022).

A Coordenadora do Museu Histórico de Campos também pondera que a realidade do turismo cultural na cidade hoje é quase inexistente. Para ela há um grande potencial, mas além da subsecretaria de turismo, a população também precisa querer enxergar. A gestora diz que a secretaria faz sua parte, mas a população também precisa olhar a cidade pensando no turismo.

A professora e pesquisadora Sylvia Paes, entretanto, faz considerações importantes acerca do planejamento local na lida com o turismo cultural, e pondera questões relevantes para a regionalidade quando diz que

Hoje a gente tem um departamento de turismo que funciona com uma pessoa, você não tem planejamento nenhum, nem estrutural nem linear para turismo local, muito menos regional. Não há diálogo com os vizinhos para começar esse desenvolvimento. São João da Barra tem o Porto do Açú, pode desenvolver o turismo em suas dependências, tem uma gastronomia interessante, um artesanato e indústria voltados para a pesca. imagino que seja mais fácil começarmos a trabalhar em conjunto. Trabalhar não apenas o turismo local, mas o turismo regional, ligando Campos a outros estados inclusive. Eu agora estou fazendo parte de um grupo que está trabalhando com Limeira. Limeira, apesar de ser no estado do Rio, ela é perto da hidroelétrica que está no Espírito Santo também, que pega o Rio do Itabapoana. Então, a gente estava numa reunião em Limeira, e o rio é maravilhoso, dá pra pescar, dá pra você ter dias de concursos de pescaria amadora, tem fazendas muito próximas que podem, tem potencial, para desenvolver cabaninhas pra passar a noite, essa coisa toda. Nós temos no mês de julho a festa de São Pedro, que é em Mimoso do Sul, que é com sanfona e viola. um lugarejo de 300 pessoas, que no dia da festa recebe 3000 (...) eles não tem hotel, eles pousada e cama e café, todas as casas dessa vila tombada no patrimônio oferecem cama e café, tem um camping que é criado na época da festa, em julho. Em agosto, a gente tem a folia de Reis

em Muqui, que é encostado em Mimoso, a 1:30h daqui. É outra cidade tombada como patrimônio pelo Estado, também é do período do café, tem várias casas belíssimas, e reúne 100 folias de Reis, de três estados, ES, MG e RJ. Cada folia tem vinte pessoas (...). Em setembro tem a festa do choro em Rosal, no estado do Rio. E aí, tem São Francisco de Itabapoana que oferece praia em janeiro, fevereiro e março, tem a festa da Penha em São João da Barra, e aí você pode pegar um turismo linear, entre rios, num calendário anual. Começa dia 15 de Janeiro com a Festa de Santo Amaro, que é um turismo muito interessante, não é só religioso. Então tem como você desenvolver potencialidades turísticas na região. Eu não acredito em Campos sozinha, no turismo de Campos sozinha. Isso poderia ter lá em 1980, mas não podemos pensar só em um turismo local. Mas apesar disso, aqui nós temos a festa de Santo Amaro, tem o turismo arquitetônico, a praia do Farol, a lagoa de cima e etc. (PAES, 2022).

Por fim, quando se fala em turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento local, deve-se fixar bem os conceitos que preconizam o termo, lembrando das características do turismo de experiência e do perfil do turista cultural, e principalmente, que, como consta no Plano Diretor, art. 12, o turismo sustentável e de qualidade é articulado com o desenvolvimento econômico e social e integrado à preservação do patrimônio histórico, cultural e natural, mas precisa-se da formulação de planos de ação e de propostas de intervenção específicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas desta dissertação, pôde-se notar que, embora o crescimento local seja visto quase sempre como um processo externo e alheio à comunidade, este deve começar a ser encarado como um processo transformador da vida social, mas para que haja sua efetividade, necessariamente, atores locais devem estar presentes na transformação. Desta forma, assim como traz Tenório (2007), e fora comentado por agentes do governo, ações pontuais da municipalidade não são suficientes para o crescimento endógeno do município.

Especialmente no caso do turismo cultural, nota-se que a máxima trazida por Pires (2001), possui seu valor multiplicado, uma vez que, segundo o autor, para que haja o desenvolvimento regional, é preciso haver uma identidade, senão uma região se torna apenas uma combinação arbitrária do território, e para que haja o desenvolvimento do segmento do turismo cultural, é preciso haver uma cultura local bem delineada para que haja a mercantilização do produto turístico.

O turismo cultural, como a própria nomenclatura infere, é a associação do turismo à cultura, que pode ocorrer de diversas maneiras, visto que um patrimônio da cultura não necessariamente é material. O modo de vida de um povo, sua gastronomia e sua história também são cultura. No caso de Campos dos Goytacazes, gastronomia, modo de vida, memória e fé se unem e se apresentam fisicamente através de seu patrimônio arquitetônico.

Conforme consta no inventário em apêndice, são, no mínimo, cento e sete possíveis pontos de interesse do turismo e da cultura imersos em toda malha municipal, com destaque para o condensamento no perímetro urbano central da cidade, que conta com uma forte rede hoteleira e grande tráfego de turistas de negócios. Assim como fora abordado no capítulo 2, no que tange à composição econômica da cidade, Campos é um polo universitário, e está centrada na região da Bacia de Campos, recebendo trabalhadores do segmento off-shore em todas as épocas do ano em seu território.

Estes viajantes seriam, para Bodo (1995), o perfil do turista cultural, já que são indivíduos com renda acima da média, cujo padrão de alojamento é em hotéis e que possuem um arcabouço cultural mais robusto. Cumpre destacar que o turismo cultural é comumente associado a outras formas de turismo, como o de negócios ou

o de “Sol e Praia”. Além dos imigrantes, o turismo cultural também pode ocorrer como atividade dos residentes da municipalidade que anseiam por saber mais sobre o seu território e sua história. O turismo de munícipes é fundamental para o reforço da identidade regional, que é um dos pré-requisitos para o sucesso do turismo cultural.

Através da análise do inventário, do estado de conservação dos imóveis, de sua quantidade significativa para a construção e divulgação de um roteiro turístico, é possível dizer que o turismo cultural possui um grande potencial para ser um dos impulsores da economia campista, uma vez que este tipo de turismo acarreta o consumo de toda a cadeia de atividades que o cercam, desde a rede hoteleira já existente, os restaurantes e bares, o próprio Mercado Municipal, e, principalmente, é uma oportunidade de ouro para o repovoamento do centro da cidade, fomentando a geração de empregos por meio do comércio e dos serviços de guias turísticos e artesãos. A atividade turística não acaba no fim da viagem. Ela continua através de memórias, *souvenirs* e muitas outras lembranças, que podem ser vetores do desenvolvimento econômico.

Apesar de haver patrimônio arquitetônico, uma riquíssima história de glórias do passado, um povo guerreiro e todos os resquícios do baronato, a desarticulação por parte dos entes públicos e a falta de ênfase no turismo cultural são fatores dificultantes para a exploração do turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento da região.

Para que haja a exploração do mercado de turismo cultural na cidade é necessário que sejam fomentadas ações culturais na cidade, através de editais de cultura; deve haver a estruturação dos espaços culturais com apresentações artísticas locais, regionais e nacionais; o fomento à pesquisa e à elaboração de roteiros turísticos, para sua posterior divulgação; a estruturação dos espaços públicos urbanos para caminhadas turísticas; e, principalmente, melhorar o sistema de transporte público urbano, uma vez que o turista local é fundamental para todo o processo, já que este revisita sua cultura e reforça sua identidade, além de colaborar com a geração de renda.

Para além disto, não se pode esquecer do treinamento dos profissionais que trabalham diretamente com o público para melhor recepcionar o turista, promovendo o melhoramento da estrutura de bares, restaurantes, cafés, lojas de artesanato e lembranças e quiosques nos locais turísticos.

Considerando o cenário supramencionado, o CIDENNF é o fôlego e a esperança, já que, como disse a pesquisadora Sylvia Paes, não existe pensar em Campos sozinha, o crescimento deve ser dialogado, estruturado e coletivo. O mercado turístico do turismo de experiências, aliado à geografia do município e toda a sua história e arquitetura não deixam dúvidas de que existe a potencialidade. A desarticulação do governo e a pouca participação da sociedade civil são os impeditivos da ação. Apenas com esforços coletivos Campos dos Goytacazes vencerá o subdesenvolvimento. O turismo cultural é viável e é possível.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, ed. 3, p. 539-560, 2010.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 27., 1999, Belém. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 1999.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, ed. 23, 2005.

ASHWORTH, Gregory J.; TUNBRIDGE, John E. **The Tourist-Historic City**. London: Belhaven. [S. l.]: Wiley, 1990. 288 p. ISBN 1-85293-022-5.

AUGUSTO, Amélia. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. **Fórum Sociológico, Série II**, Lisboa, p. 73-77, 2014.

BALLART HERNANDEZ, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico**: valor y uso. Barcelona: Editora Ariel, 1997. 282 p. ISBN 978-8434465947.

BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. **Texto para discussão (Ipea)**, Brasília, ed. 630, p. 1-89, 1999.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Histórias das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 104 p. ISBN 978-8585887681.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. Bem-estar, Pobreza e Desigualdade. **Texto para discussão (Ipea)**, Rio de Janeiro, ed. 454, p. 1-59, 1997.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 328 p. ISBN 978-8537808009.

BAUMOL, William J. Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis. **American Economic Association**, Nashville, v. 57, n. 3, p. 415-426, 1967.

BELLINGIERI, Julio César. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador, v. 2, n. 37, p. 6-34, 2017.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2006.
BENI, Mário Carlos. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo: Visão e Ação**, Itajaí, v. 6, n. 3, p. 295-306, 2004.

BIANCHI, Patricio. Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las PYMEs: aprendiendo de la experiencia europea. **Documento de trabajo (Cepal)**, Buenos Aires, n. 72, p. 1-40, 1996.

BODO, C. Nuevas Políticas para un turismo cultural sostenible. *In*: JORNADAS EUROPEIAS DA CULTURA, LAZER E TURISMO, 1995, Guadalupe, Cáceres. **Actas das Jornadas Europeias da Cultura, Lazer e Turismo [...]**. Guadalupe: [s. n.], 1995.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Coping with Tourists: European Reactions to Mass Tourism**: 1. Oxford: Berghahn Books, 1996. 272 p. ISBN 978-1571819000.

BONIFACE, Priscilla. **Managing Quality Cultural Tourism**. Abingdon: Routledge, 1995. 144 p. ISBN 978-0415099851.

BOTTON, Allain de. **A Arte de Viajar**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2004. 360 p. ISBN 978-85-8057-221-6.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinction: Critique Sociale Du Jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979. 670 p. ISBN 978-2707302755.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 184 p. ISBN 85-86435-76-7.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 94-115, 1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Porvir do Passado. *In*: CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000. cap. 4, p. 157-194. ISBN 8531403820.

CANEDO, Daniele. "Cultura é o quê?": reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *In*: ENECULT - QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais [...]**. [S. l.]: UFBA, 2009.

CARVALHO, Aílton Mota de; SILVA, Roberto Cezar Saraiva da. Formação econômica da Região Norte Fluminense. *In*: MORAES, Roberto; NETO, Romeu e

Silva. **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: WTC, 2004. cap. 1, p. 27-15.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. 6, p. 295-316. ISBN 978-85-326-3681-2.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 56-89, 2011.

COHEN, Erik. Towards a sociology of international tourism. **Social Research**, Baltimore, v. 39, n. 1, p. 164-182, 1972.

COSTA, Célia Maria Leite. Patrimônio (Disciplina Acervos e Informação). Notas de aula. 2006. Não paginado.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos nacionais, elites e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Orientador: Jorge Luiz Alves Natal. 2003. 338 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2002. 260 p. ISBN 8586259594.

CUNHA, Erika Conceição Gelenske. **Reflexões sobre o turismo cultural na "Cidade Maravilhosa"**. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

CUREU, Sandra; LEUZINGER, Marcia Dieguez. **Direito Ambiental - Série Universitária**. São Paulo: Forense, 2013. 392 p. ISBN 9788535263824.

DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Produtividade no Brasil**: Desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2015. 563 p. ISBN 978-85-7811-253-0.

DELGADO, Manuel. Ciudades de mentira: El turismo cultural como estrategia de desactivación urbana". *In*: MAYO, Núria Enguita *et al.* **Tour-ismos**: La derrota de la disensión. Barcelona: Fundación Antoi Tapies, 2005. ISBN 978-84-88786-79-1.

DEMO, Pedro. **Avaliação Sob o Olhar Propedêutico**. Campinas: Papyrus, 1996. 160 p. ISBN 85-308-0434-1.

DEWAR, Keith. Cultural tourism. *In*: JAFARI, J. **Encyclopaedia of tourism**. New York: Routledge, 2000. p. 125-126. ISBN 978-3-319-01384-8.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. *In*: BAVA, Sílvia Caccia. **Desenvolvimento local**: geração de emprego e renda. São Paulo: Pólis, 1996.

FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida De. **Metodo E Metodologia Na Pesquisa Cientifica**. São Caetano do Sul: Yendis, 2007. 256 p. ISBN 8598859915.

FILHO, Nelson Casarotto; PIRES, Luís Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1999. 152 p. ISBN 8522420262.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, ed. 41, p. 23-32, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELI, Gilson. **Patrimônio Cultural e Ambiental: Questões Legais e Conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009. 246 p. ISBN 8539100207.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 72 p. ISBN 9788571109278.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. 130 p. ISBN 8572441719.

GARCÍA CANCLINI, N. El consumo cultural: una propuesta teórica. *In*: SUNKEL, Guillermo. **El consumo cultural en la América Latina**. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999. p. 26-49.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. 152 p. ISBN 8571081638.

GRABURN, N. Turismo: el viaje sagrado. *In*: SMITH, V. S. **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: Edymión, 1989. p. 45-68. ISBN 84-7731-115-3.

GRILICHES, Zvi. **Output Measurement in the Service Sectors**. Chicago: University of Chicago Press, 1992. 561 p. ISBN 0-226-30885-5.

GROOTAERI, Christiaan *et al.* **Measuring social capital: an integrated questionnaire**. Washington: World Bank Working Paper, 2004. 61 p. ISBN 0-8213-5661-5.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102 p.

HARTLINE, Michael D.; FERRELL, O. C. **Estratégia de Marketing**. 6. ed. Connecticut: Cengage CTP, 2009. 672 p. ISBN 8522107076.

HARVEY, Campbell R. Forecasts of Economic Growth from the Bond and Stock Markets. **Financial Analysts Journal**, New York, v. 45, n. 5, p. 38-45, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 226 p. ISBN 85-7164-448-9.

IBGE. Campos dos Goytacazes: Panorama. *In: Censo Demográfico*. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2022.

IBGE. Campos dos Goytacazes: Trabalho e rendimento. *In: Censo Demográfico*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2022.

IBGE. Catálogo: município de Campos dos Goytacazes. *In: Biblioteca*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31719&view=detalhes#>. Acesso em: 15 jan. 2022.

INEPAC. A instituição. *In: INEPAC. Home*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/instituicao>. Acesso em: 5 ago. 2021.

INFO ROYALTIES. **Informativo**. Campos dos Goytacazes: Universidade Cândido Mendes, 2020. Disponível em: <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>. Acesso em: 11 nov. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Cultural. *In: IPHAN. Página Inicial*. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 5 ago. 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Bens Tombados pela COPPAM. *In: IHGCG. Agosto, 2018*. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <http://ihgcg.blogspot.com/2018/08/benstombados-pelo-coppam-catedraldo.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

JACINTO, Paulo Andrade; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento da produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 401-427, 2015.

KON, A. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 269 p.

KUPER, Adam. **Cultura: La visión de los antropólogos**. Barcelona: Paidós, 2001. 269 p. ISBN 8449311403.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Campos dos Goytacazes: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. 204 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 120 p. ISBN 8571104387.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 200. ISBN 85-326-2171-6.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000. 116 p. ISBN 8511000461.

MACCANNELL, Dean. **Empty Meeting Grounds**: The Tourist Papers. New York: Routledge, 1992. 240 p. ISBN 0415056934.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. A Identidade cultural de fato e de direito. 2002. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/18644507/-a-identidade-cultural-de-fato-e-de-direito>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 15. ed. São Paulo: 93 Malheiros Editores, 2007.

MACHADO, Rafaela. Entrevista concedida a Mariana Freitas de Abreu. Campos dos Goyacazes, 30 mai. 2022.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MATTA, Roberto da. **Explorações**: Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. 147 p.

MESQUITA, Zandor Gomes; TEIXEIRA, Simonne. Usina do Queimado: patrimônio industrial integrante da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes. *In*: COLÓQUIO ÍBERO AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: [s. n.], 2010. p. 1-15.

MIGUEL, Juliana da Cunha. **Política pública de Patrimônio Cultural em Campos dos Goytacazes/RJ**: Dilemas e impasses na participação social junto ao Conselho Municipal de Preservação. Orientador: Nilo Lima de Azevedo. 2018. 104 p. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

MOESCH, M. Turismo e Lazer: conteúdos de uma única questão. *In*: MARCELINO, Nelson Carvalho. **Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte - para Atuação em Políticas Públicas**. Campinas: Papirus, 2003. p. 19-30. ISBN 9788530807146.

MOESCH, Marutschka Martini; GASTAL, Suzana. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. 88 p. ISBN 857657036X.

MOLETTA, Vania Florentino. **Turismo Cultural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998. 80 p.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph: 2003.

NAVARRO, Carlos Alberto Scherer. **Royalties do petróleo**: estudo de caso de Campos dos Goytacazes. Orientador: Renaut Michel. 2003. 85 p. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997. 363 p. ISBN 85-228-0196-7.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004.

NORSWORTHY, J. R.; JANG, S. L. **Empirical Measurement and Analysis of Productivity and Technological Change**: Applications in High Technology and Service Industries. Londres: Elsevier, 1992. 340 p. ISBN 9780444890023.

OMT. **Turismo Internacional**: Uma Perspectiva Global. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 254 p. ISBN 853630149X.

ORTIZ, Renato. **Otro territorio**: ensayos sobre el mundo contemporáneo. 2. ed. Santa Fé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998. 220 p. ISBN 958-9089-49-6.

ORY, P. Voyages, culture et littérature. *In*: ORY, P. **Tourisme et culture**: De la coexistence au partenariat Rencontres de Courchevel. Rueil-Malmaison: [s. n.], 1993.

OSCAR, João. **Escravidão & Engenhos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PAES, Sylvia; LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. Nosso pedaço de chão: ligeiro relato da história de Campos dos Goytacazes. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 127-138, 2021.

PAES, Sylvia Márcia da Silva. Entrevista concedida a Mariana Freitas de Abreu. Campos dos Goytacazes, 05 abr. 2022.

PANG, Eul-Soo. **O engenho central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história (1875-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

PARANHOS, Paulo. O açúcar em Campos dos Goytacazes na segunda metade PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História**, São Paulo, v. 27, p. 145-173, 2008.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural**: Uma visão antropológica. Tenerife: RTPC, 2009. 307 p.

PEZZI, Eduardo; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves. A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 165-187, 2015.

PIMENTEL, Paula Cruz. **Memórias de comerciantes locais**: a nova funcionalidade do centro histórico de Campos dos Goytacazes. Orientador: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PINE, B. Joseph; GILMORE, James H. **The Experience Economy**: Work Is Theater & Every Business a Stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999. 272 p. ISBN 0875848192.

PIRES, Ewerthon Veloso. Impactos sócio-culturais do turismo sobre as comunidades receptoras: uma análise conceitual. **Caderno Virtual de Turismo**, Niterói, v. 4, n. 3, p. 14-18, 2004.

PIRES, Márcio de Souza. **Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste**. Orientador: Paulo Maurício Selig. 2001. 299 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PMCG. **Campos recebe menor repasse de Participação Especial da história**. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58496. Acesso em: 10 set. 2021.

PMCG. **Campos dos Goytacazes**: Perfil 2018. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PMCG. **Campos dos Goytacazes**: Perfil 2018. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018. <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. **A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes – RJ (1989-2001)**. Orientador: Berenice Guimarães. 2002. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2002.

RAMALHETE, Ana Filipa Ribeiro. **Centro Históricos e Ordenamento do território e áreas metropolitanas**. Orientador: João Reis Machado. 2006. 286 f. Dissertação (Doutorado em Engenharia do Ambiente) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

RANGEL, Everaldo Reis Tavares. Entrevista concedida a Mariana Freitas de Abreu. Campos dos Goyacazes, 16 fev. 2022.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas. **A economia norte fluminense: análise da conjuntura e Perspectivas**. Campos dos Goytacazes: Autografia, 2014. 260 p. ISBN 855181818X.

RICHARDS, Greg. ¿Nuevos caminos para el turismo cultural? *In*: KÖSTER, Paul Raussell *et al.* **Cultura: Estrategia para desarrollo local**. Madrid: EGRAF, 2004. p. 63-67. ISBN 978-84--8347-032-9.

RICHARDS, Greg. Introduction: Culture and Tourism in Europe. *In*: RICHARDS, Greg. **Cultural Tourism in Europe**. Oxon: Cab International, 1996. p. 3-17. ISBN 0851991041.

RICHARDS, Greg. Políticas y actuaciones en el campo del turismo cultural europeo. *In*: HERRERA PRIETO, L. C. **Turismo cultural: El patrimonio histórico como fuente de riqueza**. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2000. p. 68-96. ISBN 0851991041.

RICHARDS, Greg. Turismo cultural: padrões e implicações. *In*: CAMARGO, P.; CRUZ, G. **Turismo Cultural: Estratégias, Sustentabilidade e Tendências**. Ilhéus: UESC, 2009. cap. 1, p. 25-48. ISBN 978-85-7455-177-7.

RICHARDS, Greg. **Cultural Tourism in Europe**. Wallingford: CABI International, 1996. 360 p. ISBN 978-0851991047.

RITCHIE, JR Brent; ZINS, Michel. Culture as determinant of the attractiveness of a tourism region. **Annals of tourism research**, Londres, v. 5, n. 2, p. 252-267, 1978.

RODRIGUES, Cristiano Salles; HASENCLEVER, Lia; DA SILVA, Lia. Municípios Petrorentistas e Saúde Suplementar: os riscos da especialização produtiva. *In*: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO-CRISE, EMPREGO E DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS, 18., 2019, Campos dos Goytacazes. **Anais [...]**. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2019.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi: FAETEC/IST, 2007. 20 p.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. Natural Resource Abundance and Economic Growth. **National Bureau Of Economic Research**, Cambridge, p. 1-54, 1995. Disponível em:

https://www.nber.org/system/files/working_papers/w5398/w5398.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. A produção e o consumo dos espaços turísticos. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritic/9/porto/crisalc.htm>. Acesso em: 17 set. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMITT, Cintia Porto. **Desenvolvimento regional endógeno X desenvolvimento regional exógeno**: estudo de caso em Candelária-RS. Orientador: Mário Riedl. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010.

SIERRA RODRÍGUEZ, Xosé Carlos; PEREIRO PÉREZ, Xerardo. Patrimonio cultural: politizaciones y mercantilizaciones. *In*: SIERRA RODRÍGUEZ, Xosé Carlos; PEREIRO PÉREZ, Xerardo. **Patrimonio cultural**: politizaciones y mercantilizaciones. Sevilla: Fundación El Monte, 2005. cap. 1, p. 9-24. ISBN 84-8455-162-8.

SILVA, Alexandre Messa *et al.* Economia de serviços: uma revisão de literatura. **Texto para discussão (Ipea)**, Brasília, ed. 1.173, p. 1-35, 2006.

SILVA, Camila Monaro; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira. **Insper Policy Paper**, São Paulo, v. 19, 2016.

SILVA, Eryl Maria Carvalho; TRENTIN, Fabia. Turismo de Experiência: L 'Arte Ceccato Vila Flores. **Caderno Virtual de Turismo**, Niterói, v. 18, n. 3, p. 178-192, 2018.

SOUZA, Kênia Barreiro de; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. As Múltiplas Tendências de Terciarização: uma análise insumo produto da expansão do setor de serviços. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 39., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e Desenvolvimento Local**: Critérios de Análise. São Paulo: FGV, 2012. 264 p. v. 1. ISBN 978-8522509294.

TORRAS, M. **La participación de los pueblos en su desarrollo**. Barcelona: Interemón, 1995.

TRIGO, L. G. G. A viagem como experiência significativa. *In*: TRIGO, L. G. G. **Turismo de experiência**. São Paulo: SENAC, 2010. p. 21-24.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis; Editora Vozes, 2003.

TURNER, V. W. Dewey, Dilthey, and Drama: an essay in the anthropology of experience. *In*: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. **Anthropology of Experience**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 33-44.

UNESCO. Text of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. *In*: UNESCO. **Convention**. Paris, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention>. Acesso em: 30 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Campos dos Goytacazes**: Litoral Norte/Costa Doce do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes: Universidade Federal Fluminense, 1999. Disponível em: http://www.coseac.uff.br/cidades/Campos_antiga.HTM. Acesso em: 20 jan. 2022.

URRY, John. **The Tourist Gaze**: Leisure and Travel in Contemporary Societies. London: Sage, 1990. 200 p. ISBN 080398183X.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. *In*: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade De Vida**: Observatórios, Experiências E Metodologias. São Paulo: Annablau, 2002. p. 81-94. ISBN 857419283X.

WILLIAMS, Raymond. Notes on Marxism in Britain since 1945. **New Left Review**, United Kingdom, v. 100, p. 81-94, 1976.

WTTC. **Economic Impact Reports**: World Travel & Tourism Concil. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://wttc.org/research/economic-impact>. Acesso em: 27 jun. 2022.

YÁZAGI, Eduardo Abdo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. 244 p. ISBN 8527103427.

ZEPPEL, Heather; HALL, C. M. Selling art and history: Cultural heritage and tourism. **Journal of Tourism Studies**, Sydney, v. 2, n. 1, p. 29-45, 1991.

APÊNDICE A - Formulário de Entrevistas

Entrevistas

O TURISMO CULTURAL COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ

*Obrigatório

1. Nome: *

2. Data da Entrevista: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. Cargo Ocupado: *

4. Há quanto tempo exerce a função? *

5. Possui alguma formação na área de atuação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Sobre o Turismo Cultural:

6. De que forma você enxerga o potencial turístico da cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Pouco potencial
 Médio potencial
 Grande potencial

7. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje? *

8. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes? *

9. De que forma você conceitua o termo "Turismo Cultural"? *

10. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura? *

Marque todas que se aplicam.

- Morro do Itaoca
- Lira de Apolo
- Basílica de São Salvador
- Igreja e Seminário da Lapa
- Solar e Capela da Fazenda do Colégio
- Lagoa de Cima
- Mosteiro de São Bento
- Solar do Visconde de Araruama
- Praia do Farol
- Monumento ao Pelourinho
- Ponte Barcelos Martins
- Parque do Desengano
- Shopping Boulevard
- Praça São Salvador
- Centro de Compras da Pelinca

11. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

12. Se sim, o que foi feito?
-

13. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Se sim, qual relação?

15. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração das políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

17. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e construção da autoestima do povo campista? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Nomenclatura:	Localização:	Atividades exercidas no local:	Proteção:	Aberto para visitação?	Fachada, no caso de imóveis: [Portas]	Fachada, no caso de imóveis: [Janelas]	Fachada, no caso de imóveis: [Portões]	Fachada, no caso de imóveis: [Pintura]	Fachada, no caso de imóveis: [Revestimentos]	Fachada, no caso de imóveis: [Sinais de identificação]	Interior, no caso de imóveis: [Pisos]	Fachada, no caso de imóveis: [Telhado]	Fachada, no caso de imóveis: [Muros]
Chafariz Beiga	Praça São Salvador	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Hotel Amazonas	Rua Barão de Amazonas, 58	Comercial	Estadual - INEPAC	Não	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável	Médias avarias		Médias avarias	Não aplicável
Livraria Ao Livro VerdeCentro Rua Gov. Teófilo Ferreira de Araújo, 66/68	Rua Gov. Teófilo Ferreira de Araújo, 66/68	Comercial	Municipal - COPPAM	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Não aplicável
Prédio do Antigo Banco do Novo	Rua Governador Teófilo de Araújo, 36	Comercial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Não aplicável
Residência - Museu Olavo Cardoso	Rua Sete de Setembro, 220	Público	Municipal - COPPAM	Não	Médias avarias	Médias avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Médias avarias		Muitas avarias	Médias avarias
Prédio do Palácio Episcopal	Av. Sete de Setembro, 247	Religioso	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Bem conservado	Médias avarias		Não aplicável	Muitas avarias
Prédio Principal do 56º BI - Antiga Remonta	Avenida Deputado Bertolomeu Lizandro, 1184	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Não aplicável
Chaminé da Antiga Fábrica de Tecidos	Avenida Rui Barbosa	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Bem conservado			Bem conservado	Pequenas avarias
Patronato São José	Avenida Rui Barbosa	Público	Nenhuma	Não	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Não aplicável			Bem conservado	Pequenas avarias
Igreja da Lapa	Avenida Rui Barbosa	Religioso	Municipal - COPPAM	Não	Médias avarias	Médias avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Médias avarias		Médias avarias	Não aplicável
Murallas contra as cheias do Rio Paraíba do Sul	Avenida Rui Barbosa	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Prédio da Estação Experimental da Pesagro	Avenida Francisco Lamego, 134	Público	Municipal - COPPAM	Não	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Médias avarias	Não aplicável	Médias avarias		Pequenas avarias	Pequenas avarias
Paróquia de Santo Antônio	Rua Santo Antônio, 17	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Não aplicável
Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu)	Rua Barão de Lagoa Dourada	Público	Nenhuma	Sim									
Coreto na Praça Barão do Rio Branco	Praça do Barão do Rio Branco	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Estátua de Oswaldo Aranha	Praça do Barão do Rio Branco	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Chafariz e Lago da Praça do Barão do Rio Branco	Praça do Barão do Rio Branco	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Solar do Barão da Lagoa Dourada (Liceu de Humanidades)	Praça do Barão do Rio Branco, 15	Público	Estadual - INEPAC	Não	Pequenas avarias	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Bem conservado
Prédio Residencial - Cremlida Lima Carvalho	Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 188	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Bem conservado	Pequenas avarias		Pequenas avarias	Pequenas avarias

Nomenclatura:	Localização:	Atividades exercidas no local:	Proteção:	Aberto para visitação?	Fachada, no caso de imóveis: [Portas]	Fachada, no caso de imóveis: [Janelas]	Fachada, no caso de imóveis: [Portões]	Fachada, no caso de imóveis: [Pintura]	Fachada, no caso de imóveis: [Revestimentos]	Fachada, no caso de imóveis: [Sinais de identificação]	Interior, no caso de imóveis: [Pisos]	Fachada, no caso de imóveis: [Telhado]	Fachada, no caso de imóveis: [Muros]
Prédio Residencial - Marília Lima de Canvalho	Rua da Baronesa da Lagoa Dourada, 194	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Pequenas avarias	Médias avarias	Médias avarias	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Bem conservado
Prédio do Anílio Fórum Nilo Peçanha	Avenida Alberto Torres, 334	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Não aplicável
Palacete Finazinha Queiroz	Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 234	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável			Não aplicável	Pequenas avarias
Prédio da Rua José do Patrocínio, 79	Rua José do Patrocínio, 79	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Médias avarias	Pequenas avarias	Médias avarias	Médias avarias	Não aplicável			Muitas avarias	Muitas avarias
Prédio do Hotel Flávio	Rua Carlos de Lacerda, 45	Comercial	Municipal - COPPAM	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável			Não aplicável	Não aplicável
Igreja de Nossa Senhora do Terço	Rua Carlos de Lacerda	Religioso	Nenhuma	Não	Pequenas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável			Muitas avarias	Não aplicável
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Rua Carlos de Lacerda	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Não aplicável
Prédio da Faculdade de Serviço Social (UFF)	Rua José do Patrocínio, 71	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Médias avarias	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável			Pequenas avarias	Não aplicável
Santuário de Santo Amaro	RJ-216	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Não aplicável
Farol de São Tomé	Farol de São Tomé	Público	Municipal - COPPAM	Não									
Solar dos Ariztes	BR-356	Público	Federal - IPHAN	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável			Muitas avarias	Não aplicável
Solar da Baronesa de Muraié	BR-356	Público	Federal - IPHAN	Não	Médias avarias	Médias avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável			Bem conservado	Não aplicável
Prédio Residencial - Eda Viúfina Granato	Rua Tenente Coronel Cardoso, 785	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável			Não aplicável	Pequenas avarias
Prédio do Palácio da Cultura	Rua Alvaranga Filho, S/N	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Médias avarias	Não aplicável			Não aplicável	Não aplicável
Prédio Residencial - Márcia Regina Bueno	Rua Tenente Coronel Cardoso, 967	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável			Pequenas avarias	Pequenas avarias
Prédio Residencial - Inês Mosso de Azevedo Linhares	Rua Tenente Coronel Cardoso, 770	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável			Bem conservado	Médias avarias
Prédio Residencial - Hélio Ricardo da Silveira	Rua Barão de Miracema, 84	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Pequenas avarias	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias				Não aplicável	Bem conservado
Chafariz da Beneficência Portuguesa	Rua Barão de Miracema, 140	Público	Municipal - COPPAM	Sim									
Prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rua Barão de Miracema, 140	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Bem conservado

Nomenclatura:	Localização:	Atividades exercidas no local:	Proteção:	Aberto para visitação?	Fachada, no caso de imóveis: [Portas]	Fachada, no caso de imóveis: [Janelas]	Fachada, no caso de imóveis: [Portões]	Fachada, no caso de imóveis: [Pintura]	Fachada, no caso de imóveis: [Revestimentos]	Fachada, no caso de imóveis: [Sinalização]	Interior, no caso de imóveis: [Pisos]	Fachada, no caso de imóveis: [Telhado]	Fachada, no caso de imóveis: [Muros]
Prédio Residencial - Hélio Martins	Rua Barão de Miracema, 190	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado
Prédio Residencial - Gemilda Medeiros de Azevedo	Rua Gil de Góis, 333	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Pequenas avarias	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Bem conservado	Bem conservado
Prédio da Faculdade de Medicina de Campos	Avenida Alberto Torres, 217	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Não aplicável
Prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Rua Salvador Correa, 139	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Pequenas avarias	Bem conservado
Colégio Bittencourt	Rua Gil de Góis, 299	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado		Bem conservado	Bem conservado
Prédio do Seminário Batista - Colégio Batista Fluminense	Av. Alberto Torres, 261	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Não aplicável	Bem conservado
Prédio do Instituto Superior de Educação Aldo Muiyaert	Avenida Dep. Alair Ferreira, 37	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Bem conservado
Prédio do Anigo Cine São José	Avenida Vinte e Oito de Março, SIN	Comercial	Municipal - COPPAM	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Pequenas avarias	Não aplicável
Parque Alzira Vargas e Cidade da Criança	Avenida Vinte e Oito de Março, SIN	Público	Nenhuma	Não									
Prédio do Parque Alzira Vargas	Avenida Vinte e Oito de Março, SIN	Público	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Não aplicável
Instalações do Jockey Clube de Campos	Avenida Presidente Kennedy	Comercial	Municipal - COPPAM	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias		Muitas avarias	Muitas avarias
Solar de Santo Antônio (Asilo de Nossa Senhora do Carmo)	Avenida Vinte e Quatro de Outubro, 143	Serviços	Federal - IPHAN	Não	Médias avarias	Muitas avarias	Bem conservado	Muitas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Pequenas avarias
Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Saco	Praça Cinco de Julho, 509	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado		Bem conservado	Pequenas avarias
Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Rua Visconde de Itaboraí	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado		Não aplicável	Bem conservado
Casa Sede da Usina do Queimado	Av. Doutor Nilo Peçanha, 269	Comercial	Municipal - COPPAM	Não	Médias avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Muitas avarias	Bem conservado	Médias avarias		Bem conservado	Não aplicável
Prédio Residencial - Julião Jorge Nogueira	Av. Doutor Nilo Peçanha, 330	Residencial	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Bem conservado	Bem conservado
Mosteiro de São Bento	Estrada Rural SIN - Mussuripe	Religioso	Federal - IPHAN	Não	Pequenas avarias	Médias avarias	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Bem conservado	Não aplicável
Solar do Visconde de Araruama	Praça São Salvador	Público	Estadual - INEPAC	Não	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado	Pequenas avarias	Bem conservado	Não aplicável
Palace Hotel	Avenida XV de Novembro, 143	Serviços	Nenhuma	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Pequenas avarias	Não aplicável

Nomenclatura:	Localização:	Atividades exercidas no local:	Proteção:	Aberto para visitação?	Fachada, no caso de imóveis: [Portas]	Fachada, no caso de imóveis: [Janelas]	Fachada, no caso de imóveis: [Portões]	Fachada, no caso de imóveis: [Pintura]	Fachada, no caso de imóveis: [Revestimentos]	Fachada, no caso de imóveis: [Sinais de identificação]	Interior, no caso de imóveis: [Piso]	Fachada, no caso de imóveis: [Telhado]	Fachada, no caso de imóveis: [Muros]
Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho do Visconde	Antônio Correa - Dona	Religioso	Federal - IPHAN	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Pequenas avarias
Solar e Capela da Fazenda do Colégio	Estrada Sérgio Viana Barroso, 3060	Público	Federal - IPHAN	Não	Pequenas avarias	Médias avarias	Não aplicável	Médias avarias	Não aplicável	Médias avarias		Médias avarias	Não aplicável
Residência de Olavo de Cardoso	Av. Sete de Setembro, 222	Público	Nenhuma	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Bem conservado	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Muitas avarias	Pequenas avarias
Igreja de São Sebastião	Prox. a Estrada do Açúcar	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado
Igreja de São Compolo	Rua Monge Pompellini, 5	Religioso	Nenhuma	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Bem conservado	Não aplicável
Igreja de São Benedito	Praça Nilo Peçanha, 90	Religioso	Nenhuma	Sim	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Bem conservado	Bem conservado	Pequenas avarias	Bem conservado	Não aplicável
Loja Maçônica Alaláia do Sul	Avenida Rui Barbosa, 989	Serviços	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Bem conservado
Centro Cultural Musical	Avenida Alberto Torres, 233	Público	Municipal - COPPAM	Sim	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Bem conservado	Bem conservado
Academia Pedralva de Letras e Artes	Rua Tenente Coronel Cardoso, 460	Público	Municipal - COPPAM	Não	Pequenas avarias	Pequenas avarias	Não aplicável	Médias avarias	Não aplicável	Pequenas avarias		Pequenas avarias	Pequenas avarias
Igreja de Nossa Senhora do Terço	Rua Carlos de Lacerda, 85	Religioso	Municipal - COPPAM	Não	Muitas avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Muitas avarias	Não aplicável	Médias avarias		Pequenas avarias	Não aplicável
Capela São João Bailista	Estrada Ilha Grande	Religioso	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Não aplicável
Capela São José	Córrego Fundo	Religioso	Municipal - COPPAM	Não	Bem conservado	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado	Não aplicável	Bem conservado		Bem conservado	Não aplicável

APÊNDICE C - Entrevistas transcritas

Legenda:

P: Pesquisadora

R: Respostas dos entrevistados

ENTREVISTA COM A SUBSECRETÁRIA DE TURISMO (PATRÍCIA CORDEIRO)

Realizada em 15 de fevereiro de 2022

Identificação: Patrícia Cordeiro Alves de Alencar

Subsecretária de Turismo

06 meses ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. O turismo cultural é uma realidade, ele não está sistematizado. A gente precisa sistematizar e tornar o nosso roteiro cultural já existente em produtos turísticos, e é isso que está no nosso planejamento.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Passa pelo georreferenciamento, pela história do município, pela importância da história de Campos pro Brasil, pela importância dos ciclos econômicos da cidade, e como isso tudo revela o nosso jeito de viver em sociedade, desde a nossa influência da nossa topografia, passando pelo nosso jeito de ser que revela até na nossa culinária, nossa gastronomia.

P. De que forma você conceitua o termo “Turismo Cultural”?

R. Eu conceituei como ponto de partida pro senso de pertencimento. A gente, quanto mais regional a gente é, mais internacional a gente é. Quanto mais a gente se admira, maior a possibilidade da nossa história ser um atrativo. E é um ciclo muito virtuoso, o ciclo estabelecido pelo turismo. Até porque, é o setor de fomento econômico que mais cresce. A gente teve esse ano uma manifestação turística que eu achei importantíssima que foi o forró tombado como patrimônio imaterial, e isso é muito significativo. Esse jeito como a gente se reconhece, e até mesmo como o corpo da gente funciona quando está alegre, quando ouve uma música, e quanto mais esse setor cresce economicamente, aumenta, por exemplo, a dignidade do homem do campo, aumenta a nossa autoestima. Não a autoestima por si só, passa pela dignidade. Em todos os setores da vida, quando a gente se admira, e entende que alguém admira a gente também, quando coloco isso em uma proporção turística, nós temos possibilidade de receber o mundo, como outros lugares do mundo nos recebem. Então acho que esse conceito de cultura e turismo é realmente um ciclo muito virtuoso que fortalece a dignidade.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Monumento ao Pelourinho

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. Reuniões com a CDL e outras câmaras privadas. Pro comércio é muito importante, e a gente não consegue desenvolver turismo se a gente não fortalecer a iniciativa privada, se a iniciativa privada não estiver fortalecida.

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. É um ciclo de virtudes, se você sistematiza a sua história, você vai receber pessoas, aquilo se torna um produto, você vai atrair pessoas pra conhecer aquela história, e o fomento da economia começa a ser como natural, vem por gravidade, apesar de muito trabalho por trás disso.

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte paa a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. Se no decorrer do projeto, alguns detalhes precisam ser adequados, é ato discricionário, a gente vai encaminhar, da forma que tem que ser, a gente vai encaminhar para a câmara, vai passar por análises, caso seja, porque acho que isso é possível, as coisas são dinâmicas. Então o Plano Diretor é uma espinha dorsal. Se no desenrolar dos projetos alguma coisa precisa ser adequada, ela pode ser." "Tudo que foi proposto no plano diretor está sendo colocado em prática, mas os processos estão em andamento. Não tem nada sendo infringido do que está sendo proposto no Plano Diretor, os processos são muito dinâmicos. Não é uma coisa engessada, não pode ser. É igual a estrutura de ponte.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

R. A identidade existe, ela precisa ser sistematizada e fortalecida.

ENTREVISTA COM CHEFE DA DIVISÃO DE INVENTÁRIOS DO TURISMO (EVERALDO REIS TAVARES RANGEL)

Realizada em 16 de fevereiro de 2022

Identificação: Everaldo Reis Tavares Rangel

Chefe da Divisão de Inventários do Turismo

01 ano ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. A realidade, eu acho que precisa de uma política pra desenvolver o turismo cultural, tá? Porque o potencial nós temos, nós não temos o produto, então nós precisamos fazer uma política. Quando eu falo uma política, não é uma política só do governo, é tanto o poder público como o privado, as pessoas entenderem a importância de preservar e de mostrar, vender esse produto para os turistas.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Olha, nós temos uma vasta história. A nossa história é muito grande, e a história contada em Campos é a história do Brasil. Então nós temos um potencial de prédios históricos, nós temos um potencial de vultos históricos em nível nacional, que a gente tem que respeitar que as pessoas campistas não conhecem a sua história. Precisamos fazer um trabalho de base nas escolas para que esses novos cidadãos vejam a situação, o que é Campos, e valorizar a nossa cidade. Eu sempre digo pros meus alunos o seguinte: 'você só ama o que você conhece, e se você conhece, você preserva esse amor.', tá? Então eu acho que é uma frase que o campista não ama Campos porque não conhece Campos.

P. De que forma você conceitua o termo “Turismo Cultural”?

R. É a sabedoria do povo, é a preservação da cultura popular, da cultura patrimonial, da cultura histórica daquela região. Porque nós temos várias culturas, até o modo de falar nós estamos perdendo. O modo de falar campista é uma cultura, e nós temos que preservar, olha o 'cabrunco', o 'enxugador', o 'pocar', não é errado falar isso. Então é uma coisa nossa, nós temos que preservar.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Morro do Itaoca, Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Lagoa de Cima, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Praia do Farol, Monumento ao Pelourinho, Ponte Barcelos Martins, Praça São Salvador

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. Sim, foram feitas reuniões com os hotéis, mas os empresários de Campos não acreditam no turismo. Quando eles começarem a acreditar, o turismo vai andar. Não é função só do poder público que tem que movimentar o turismo. O turismo é coletivo.

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Não

P. Se sim, qual relação?

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. O Conselho Municipal de Turismo.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

R. Everaldo tem uma bagagem imensa. Ele é o responsável pelo site Revele Campos. Quando questionado sobre a publicidade das informações transmitidas nos passeios, alegou não haver nenhum tipo de publicação para acesso dos munícipes. É um pilar para o possível desenvolvimento do turismo cultural em Campos dos Goytacazes.

ENTREVISTA COM A DIRETORA EXECUTIVA DE ARTES E CULTURAS/ FCJOL (KÁTIA MACABU)

Realizada em 18 de março de 2022

Identificação: Kátia Macabu de Sousa Soares

Diretora Executiva de Artes e Culturas da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima
02 meses ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande Potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. Então, eu acho que a gente ainda está devendo um Plano de ação e uma política cultural de turismo, não só envolvendo a cultura, mas também o meio ambiente, esportes... Existe hoje um setor na prefeitura, de turismo, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que acredito que esteja na sua pesquisa. Mas a minha visão enquanto cidadã, não posso dizer enquanto governo que temos tratativas, porque não temos ainda, acho até que poderemos vir a ter, mas enquanto cidadã, que sempre teve olhar crítico, creio que a gente deveria ter um conselho, né, ações que envolvessem também a sociedade civil, que envolvesse as empresas, envolvesse os fazedores de cultura, os artesãos, enfim... a gente aqui tem feito um trabalho de trazer essas pessoas para a visualização dentro da área cultural.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Temos potencialidades tanto na nossa história quanto no nosso patrimônio material e imaterial, que é outro ponto que é um desafio para nós nessa luta para ainda salvaguardar algumas manifestações culturais tombadas até como patrimônio, que a

gente está tentando fazer cada vez mais sobreviver. Então a gente vai lançar fomento para quadrilhas, a Mana Chica, a Folia de Reis...

P. De que forma você conceitua o termo “Turismo Cultural”?

R. Eu entendo o Turismo Cultural como uma forma de dar visibilidade a todas potencialidades culturais de um território, sendo ele cidade, estado ou país. Esse território passa a ganhar um espaço bem maior dentro da relação do homem com a sua própria história, com a sua geração, com a seu modo de vida... Quando a gente viaja, a gente sempre encontrar uma coisa que nos remeta à história daquele espaço.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Lagoa de Cima, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Praia do Farol, Monumento ao Pelourinho, Ponte Barcelos Martins, Praça São Salvador

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. O museu faz atividades, agora por exemplo vai levar a exposição de Nilo Peçanha de 26 de março a 30 de abril ao Shopping Boulevard, a gente está dentro do nosso eixo Cultura em Movimento, que contempla o plano de cultura no que aponta para a gente descentralizar as ações, a gente ir até os lugares. Então esse tipo de trabalho não deixa de atrair o turista, porque é um espaço coletivo, comum a todos os municípios da região, não são apenas os campistas que frequentam, está próximo a alguns hotéis onde pessoas ficam hospedadas (...); a gente está participando também

do Centro Fashion Day, promovido pela CDL, e a CDL junto com o SEBRAE nos convida para participar junto com alguns artesãos que produzem artesanato de qualidade, que tem a ver com essa coisa fashion, com moda... convidamos também o Nelcimar Pires, que já fez um trabalho com as artesãs com fuxico, e ele fez roupas de fuxico, como biquínis, shorts, cangas, enfim, uma produção que aconteceu na FEMAC e agora vai acontecer no centro da cidade. O centro da cidade, apesar de não estar muito cheio atualmente, não deixa de ser o centro de Campos. A ideia é não só fazer esse Fashion Day no centro mas também na Pelinca, em Guarus... Vai ser bem em frente ao Museu, realizando atividades no Museu e casando tudo que a gente puder do nosso patrimônio, da nossa cultura e da nossa identidade. Estamos fazendo a parte cultural, mas ainda falta a questão de agenda, de casar as ações de turismo e cultura. Uma outra ação foi a casa de cultura Félix Carneiro, em Farol de São Tomé, onde antigamente tinha apenas a biblioteca Nilo Peçanha, um dos pontos da biblioteca Nilo Peçanha, e a gente começou a realizar diversas atividades, oficinas, contação de histórias, vislumbra realizar naquele espaço todo mês uma atividade que possa chamar as pessoas da comunidade, já que lá tem mais de vinte mil moradores, então é para comunidade e é também para o turista que vai ao Farol fora do verão, como é o caso dos funcionários da Petrobrás e das empresas prestadoras de serviço. A casa de Cultura é quase na frente do Hotel Nobre. Vale destacar que a própria Casa de Cultura só foi possível de ser realizada por conta de uma parceria público-privada feita pelo prefeito no projeto Amigos da Cidade.

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. A relação do desenvolvimento local é de não só dar renda, mas promover um ambiente de libertação pela cultura, a cultura transforma e nos identifica como seres humanos.

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. O Plano Diretor é um norte para todas as políticas, o plano de cultura é baseado no Plano Diretor. Ele tem essa relação.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL (RAFAELA MACHADO)

Realizada em 30 de março de 2022

Identificação: Rafaela Machado

Coordenadora do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho

03 anos ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. É sempre um potencial a ser aproveitado, é um imenso potencial a ser aproveitado e até vendido politicamente, mas pouco efetivado ainda na prática. Se você observar nas suas pesquisas você pode vir a ver que no governo Rafael Diniz a exploração do turismo histórico era um programa de governo fortíssimo, era uma coisa fortíssima na campanha dele, e foi algo zero efetivado. Atualmente a gente vê uma proposta de encaminhamento possível com a Patrícia, que tem caminhado nesse sentido, mas é tudo ainda muito incipiente, muito lento. Então obviamente é um potencial gigantesco a ser explorado, mas é pouquíssimo explorado ainda." "É sempre um potencial a ser aproveitado, é um imenso potencial a ser aproveitado e até vendido politicamente, mas pouco efetivado ainda na prática. Se você observar nas suas pesquisas você pode vir a ver que no governo Rafael Diniz a exploração do turismo histórico era um programa de governo fortíssimo, era uma coisa fortíssima na campanha dele, e foi algo zero efetivado. Atualmente a gente vê uma proposta de encaminhamento possível com a Patrícia, que tem caminhado nesse sentido, mas é tudo ainda muito incipiente, muito lento. Então obviamente é um potencial gigantesco a ser explorado, mas é pouquíssimo explorado ainda.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Olha, o primeiro ponto seria a preservação, a preservação do nosso patrimônio histórico, arquitetônico, cultural, das nossas práticas... é impossível a gente pensar em políticas efetivas de longo prazo se a gente não pensar que precisa preservar e criar um ambiente propício para essa preservação. E eu acredito muito, sou uma defensora ferrenha da questão da educação patrimonial. Não adianta sair abrindo museu na cidade, abrindo arquivo na cidade, se aquela população não tem relação de identidade, de pertencimento, de conhecimento... não é nem de gostar, mas é de pelo menos se reconhecer, de entender. Então eu acho que desenvolver práticas no sentido da educação patrimonial é essencial, urgente e de nada vai adiantar preservar sem a relação de pertencimento, porque senão você cai no mesmo (a mesma situação) lá na frente.

P. De que forma você conceitua o termo "Turismo Cultural"?

R. Eu acho que o turismo cultural, ele pode ser um termo, conceito, ou uma prática, melhor dizendo, que tem como objetivo principalmente a exploração do potencial turístico de um local, e esse turismo, quando a gente fala de turismo cultural, a gente tem que tomar cuidado pra se atentar a um turismo cultural mais amplo, que não seja um turismo cultural, primeiro, só voltado para seu patrimônio arquitetônico, por exemplo, que é muito comum, e além disso, acho que o turismo cultural tem que ser o mais descentralizado e o mais democrático possível. Por que eu falo isso? As vezes, em boa parte das cidades, o turismo cultural é muito concentrado, centralizado, e acaba não abarcando práticas, lugares, que também deveriam estar nesses roteiros, nessas agendas.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Morro do Itaoca, Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Lagoa de Cima, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Praia do Farol, Monumento ao Pelourinho, Ponte Barcelos Martins, Parque do Desengano, Praça São Salvador

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. O tempo todo. Se a gente ficar esperando do poder público, eu acho que a gente não tem mais agenda, não tem mais espaço, infelizmente. Então principalmente os equipamentos culturais, e não só as práticas culturais, não dá pra pensar como lugares que não sejam minimamente sustentáveis. Então o tempo todo eu busco essas parcerias. Não é fácil, principalmente em uma cidade como Campos, porque grandes empresas ainda não se veem sólidas ou seguras para atuar com leis de

incentivo, ou algo do gênero. Acho que esse é um trabalho essencial para ser feito na cidade hoje: a conscientização do empresário, um Superbom, Águas do Paraíba, empresas do Porto... isso é muito importante de ser feito daqui pra frente. Eu já fui desde pedir patrocínio para exposição, a pedir impressão de folders, banners, apoio em ações de itinerância...

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. Eu enxergo uma relação íntima e genuína entre a nossa existência atual e a questão cultural da nossa região, mas ainda não enxergo o desenvolvimento local linkado ao turismo cultural. Acho que a gente ainda tem que caminhar muito. Por exemplo, a Patrícia tem sido um divisor de águas, alguém que tem buscado, mas ela não tem uma equipe grande, uma estrutura, se você observar ela não é uma secretaria, é uma subsecretaria... daí já mostra a importância estratégica disso dentro do organograma do governo, então assim, é um caminho a ser construído, que eu ainda não vejo.

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. A gente tem um bom plano diretor, a gente tem um bom plano de cultura, mas de fato eu acho que ainda falta ao gestor público o entendimento desses planos, a aplicabilidade desses planos, então eles não são buscados e aplicados nas práticas diárias desses gestores. A gente tem a lei de acesso à informação e o portal da transparência na prefeitura, não é o mundo perfeito. Mas na nossa área realmente

muito pouco, tem recursos para iniciar os caminhos do açúcar, o museu do açúcar no Solar dos Airizes, a gente precisa de desdobramento disso, a gente precisa de pesquisa, de um grupo de trabalho, que não pode ser formado meramente por prefeitos, você precisa ter um corpo técnico dentro do Cidennf pra fazer isso acontecer...

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPOS (GRAZIELA ESCOCARD RIBEIRO)

Realizada em 04 de abril de 2022

Identificação: Graziela Escocard Ribeiro
Coordenadora do Museu Histórico de Campos
09 anos ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. Hoje é quase inexistente, na verdade eu posso dizer isso. Mas a gente possui um grande potencial, basta a população campista observar isso, porque alguns gostam de jogar muita culpa na secretaria de turismo. A secretaria faz, basta a população também olhar a cidade pensando no turismo (...) Campos já foi considerada a segunda

cidade do país a ter mais imóveis ecléticos, e eu nem sei mais se temos esse posto, porque perdemos muitos prédios na calada da noite. Eu acredito que precisa a população se mobilizar, pensar até em uma fonte de renda ligada ao turismo, Petrópolis, por exemplo, é completamente voltada para isso. Não é só a prefeitura ou o museu imperial.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Além das atrações, das belezas naturais que a gente possui, o turismo também histórico, o centro histórico... eu particularmente gosto muito desse centro, parece até que eu já vivi aqui. Mas a gente também tem outros locais na cidade, no interior, na baixada, como o arquivo público, a gente tem outros locais que a gente precisa olhar, que falta olhar com conscientização, falta olhar pro patrimônio, passa despercebido. Outra coisa que eu muito questiono é a poluição visual, você passa pelo centro, mas você não consegue nem olhar direito para aquele patrimônio porque tem uma poluição visual enorme.

P. De que forma você conceitua o termo “Turismo Cultural”?

R. Como forma de apropriação do indivíduo com o meio, se sentir pertencente. Não é apenas ir conhecer o local, é se sentir pertencente.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Morro do Itaoca, Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Lagoa de Cima, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Praia do Farol, Monumento ao Pelourinho, Ponte Barcelos Martins, Parque do Desengano, Praça São Salvador

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. Por exemplo as exposições da CDL, que estão na Câmara sobre Povoado, Vila e cidade, as exposições de Nilo Peçanha que estão no Boulevard.

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. A cidade tem tudo pra crescer através do turismo, a gente tem muito a ganhar com isso.

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. A escolha do Solar de Araruama para ser o Museu Histórico de Campos.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

ENTREVISTA COM SYLVIA PAES

Realizada em 05 de abril de 2022

Identificação: Sylvia Márcia da Silva Paes

Diretora secretária da Academia Campista de Letras - ACL e no Instituto Histórico e Geográfico de Campos dos Goytacazes - IHGCG. Presidente da Associação de Autoras e Autores Campistas. Participa do Conselho do Selo Editoria do LABAC/UFF ? Coleção Caleidoscópio. É pesquisadora CNPQ junto a Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural/UENF.

Notório saber

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. Hoje a gente tem um departamento de turismo que funciona com uma pessoa, você não tem planejamento nenhum, nem estrutural nem linear para turismo local, muito menos regional. Não há diálogo com os vizinhos para começar esse desenvolvimento. São João da Barra tem o Porto do Açú, pode desenvolver o turismo em suas dependências, tem uma gastronomia interessante, um artesanato e indústria voltados para a pesca. imagino que seja mais fácil começarmos a trabalhar em conjunto.

Trabalhar não apenas o turismo local, mas o turismo regional, ligando Campos a outros estados inclusive. Eu agora estou fazendo parte de um grupo que está trabalhando com Limeira. Limeira, apesar de ser no estado do Rio, ela é perto da hidroelétrica que está no Espírito Santo também, que pega o Rio do Itabapoana. Então, a gente estava numa reunião em Limeira, e o rio é maravilhoso, dá pra pescar, dá pra você ter dias de concursos de pescaria amadora, tem fazendas muito próximas que podem, tem potencial, para desenvolver cabaninhas pra passar a noite, essa coisa toda. Nós temos no mês de julho a festa de São Pedro, que é em Mimoso do

Sul, que é com sanfona e viola. um lugarejo de 300 pessoas, que no dia da festa recebe 3000 (...) eles não tem hotel, eles pousada e cama e café, todas as casas dessa vila tombada no patrimônio oferecem cama e café, tem um camping que é criado na época da festa, em julho. Em agosto, a gente tem a folia de Reis em Muqui, que é encostado em Mimoso, a 1:30h daqui. É outra cidade tombada como patrimônio pelo Estado, também é do período do café, tem várias casas belíssimas, e reúne 100 folias de Reis, de três estados, ES, MG e RJ. Cada folia tem vinte pessoas. Em setembro tem a festa do choro em Rosal, no estado do Rio. E aí, tem São Francisco de Itabapoana que oferece praia em janeiro, fevereiro e março, tem a festa da Penha em São João da Barra, e aí você pode pegar um turismo linear, entre rios, num calendário anual. Começa dia 15 de Janeiro com a Festa de Santo Amaro, que é um turismo muito interessante, não é só religioso. Então tem como você desenvolver potencialidades turísticas na região. Eu não acredito em Campos sozinha, no turismo de Campos sozinha. Isso poderia ter lá em 1980, mas não podemos pensar só em um turismo local. Mas apesar disso, aqui nós temos a festa de Santo Amaro, tem o turismo arquitetônico, a praia do Farol, a lagoa de cima e etc.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Além da arquitetura, nós temos o imaterial, que podem ser trabalhados no caminho de santo amaro, toda a questão de religiosidade, a lagoa de Cima, a Lagoa Feia, o Farol...

P. De que forma você conceitua o termo "Turismo Cultural"?

R. A cultura são todos os saberes e fazeres no ambiente, tem a ver com a natureza, tem a ver com as questões materiais construídas pelo patrimônio, por nós, e tem a ver com as questões imateriais, que são as nossas memórias e a construção de todas as manifestações culturais que a gente possa ter desenvolvido, rezadeira, bordado, renda as lendas, a doceria...

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Morro do Itaoca, Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Lagoa de Cima, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Praia do Farol, Monumento ao Pelourinho, Ponte Barcelos Martins, Parque do Desengano, Shopping Boulevard, Praça São Salvador, Centro de Compras da Pelinca

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. Inúmeras parcerias com universidades.

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. O turismo é uma indústria, é preciso que a gente entenda que o turismo é uma indústria...

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Sim

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. Não se aplica.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?

ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE PROJETOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE (VITOR DA SILVA)

Realizada em 25 de abril de 2022

Identificação: Vitor da Silva

Coordenador de Projetos

01 ano ocupando a pasta

P. De que forma você enxerga o potencial turístico da sua cidade?

R. Grande potencial

P. Ao seu ver, qual é a realidade do turismo cultural no município hoje?

R. Falando de Campos especificamente, Campos não enxerga uma potencialidade econômica no turismo, não se investe no turismo, a própria estrutura de governo, o turismo é vinculado ao desenvolvimento econômico, é uma pasta que não tem pessoas, não tem recursos, então acho que por parte do poder público a gente não tem essa visão de que o turismo pode ser uma engrenagem mesmo para rodar a economia local.

P. Quais são os principais pontos que você enxerga como potenciais para o turismo cultural em Campos dos Goytacazes?

R. Os museus, os solares e os quilombos, não tem como contar a história de Campos sem falar dos quilombos.

P. De que forma você conceitua o termo “Turismo Cultural”?

R. História e patrimônio, principalmente. Patrimônio em um âmbito geral, as festividades, a festa de Santo Amaro, por exemplo.

P. Dentre as opções apresentadas abaixo, quais você acredita serem pontos turísticos da cultura?

R. Lira de Apolo, Basílica de São Salvador, Igreja e Seminário da Lapa, Solar e Capela da Fazenda do Colégio, Mosteiro de São Bento, Solar do Visconde de Araruama, Monumento ao Pelourinho, Praça São Salvador

P. Você já fez alguma articulação entre poder público e privado visando o fomento do segmento cultural?

R. Sim

P. Se sim, o que foi feito?

R. Foram feitas articulações com produtores rurais, porque aqui em Campos, principalmente, na região como um todo, onde o consórcio atua, é muito difícil desvincular a questão do turismo cultural do rural, então a gente atua muito com as associações de produtores, associações comerciais...

P. Você observa alguma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural?

R. Sim

P. Se sim, qual relação?

R. Possibilidade de geração de emprego, circulação de moeda no âmbito local, que isso é o que faz a economia se movimentar, as possibilidades de capacitação para as pessoas, de Campos, principalmente, e isso tudo fomenta a economia de uma maneira absurda, na minha leitura, pelo menos.

P. Em sua opinião o Plano Diretor atua como um norte para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos?

R. Não

P. Se sim, o que já foi cumprido em relação ao proposto no Plano Diretor?

R. Não houve conhecimento do plano diretor, já que o Consórcio não precisa seguir o plano diretor municipal, de acordo com o entrevistado.

P. Você acredita que para além das questões socioeconômicas, o desenvolvimento do turismo cultural implica no processo de criação de uma identidade regional e a construção da autoestima do povo?

R. Sim

P. Observações?